

## DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – UBERLÂNDIA/MG

## DIRETORIA DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 117/2026		A sessão pública será realizada na data e horário definidos no aviso/extrato do edital, no sítio: <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br">https://www.gov.br/compras/pt-br</a>	
<b>OBJETO:</b> Contratação para prestação de serviços de mão de obra terceirizada, para controle e operação de balanças rodoviárias do sistema de gestão de resíduos sólidos do DMAE, incluindo a locação dos equipamentos necessários à execução dos serviços, em atendimento à Diretoria de Meio Ambiente e Sustentabilidade, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas Termo de Referência e seus anexos.			
<b>Valor estimado</b>			
R\$ 546.737,19 (quinhentos e quarenta e seis mil e setecentos e trinta e sete reais e dezenove centavos)			
<b>Número da compra</b>	<b>Forma de Adjudicação</b>	<b>Exclusividade para ME/EPP</b>	<b>Reserva de cota para ME/EPP</b>
90117/2026	Global	Não	Não
<b>Modo de disputa</b>	<b>Critério de julgamento</b>	<b>Registro de preços</b>	<b>Vistoria/visita técnica</b>
Aberto-fechado	Menor preço	Não	Sim
<b>Amostra/Demonstração</b>	<b>Dedicação exclusiva de mão de obra</b>	<b>Garantia de execução</b>	<b>Instrumento contratual</b>
Não	Sim	Sim	Instrumento Contratual
<b>Documentos de habilitação (ver apêndice do termo de referência)</b>			
O detalhamento dos documentos/requisitos de habilitação deve ser consultado na seção do Termo de Referência acima indicada.			
<b>Pedidos de esclarecimentos ou impugnações</b>			
Até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame, pelo e-mail: <a href="mailto:licitacao@dmae.mg.gov.br">licitacao@dmae.mg.gov.br</a>			
Acompanhe as sessões públicas dos Pregões do DMAE - Uberlândia pelo endereço <a href="https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras">https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras</a> , selecionando a Unidade Compradora nº "926287".			
O edital e outros anexos estão disponíveis para download no Compras.gov.br, e, também, o processo administrativo na íntegra poderá ser acessado no Portal de Transparência do Município de Uberlândia: <a href="https://www.uberlandia.mg.gov.br/portal-da-transparencia/licitacoes-e-contratos/">https://www.uberlandia.mg.gov.br/portal-da-transparencia/licitacoes-e-contratos/</a>			

**DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – UBERLÂNDIA/MG**

**DIRETORIA DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 117/2026**

**(Processo Administrativo nº 329/2026 - Lei Federal nº 14.133/2021)**

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO “MENOR PREÇO” - GLOBAL**

**AMPLA CONCORRÊNCIA**

O **Diretor-Geral do Departamento Municipal de Água e Esgoto - DMAE**, no uso de suas atribuições legais, por delegação de poderes na forma do Decreto s/nº publicado no DOM nº 7060 de 10 de março de 2025 e pelo Decreto nº 21.567 de 1º de janeiro de 2025 e posteriores alterações, torna público que, por meio da Diretoria de Suprimentos, sediada na Avenida Rondon Pacheco, nº 6.400, bairro Tibery, CEP 38.405-142, Uberlândia/MG, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 20.154, de 2023 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, sendo a sessão pública realizada na data e horário definidos no aviso/extrato do edital.

**1 - DO OBJETO:** Contratação para **prestação de serviços de mão de obra terceirizada, para controle e operação de balanças rodoviárias do sistema de gestão de resíduos sólidos do DMAE, incluindo a locação dos equipamentos necessários à execução dos serviços**, em atendimento à Diretoria de Meio Ambiente e Sustentabilidade, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas Termo de Referência e seus anexos.

**1.2 – O valor global estimado é de R\$ 546.737,19 (quinhentos e quarenta e seis mil e setecentos e trinta e sete reais e dezenove centavos), conforme requisições nº 2804 e 2805/2026.**

**1.3 - DOS ITENS/GRUPOS E DA EXCLUSIVIDADE DE PARTICIPAÇÃO NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 123/2006**

**1.3.1 - A licitação será realizada em grupo único, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.**

**1.3.2 - A licitação é destinada ampla concorrência.**

**1.4 - PREVALÊNCIA DO TERMO DE REFERÊNCIA:** A descrição detalhada do objeto consta no Termo de Referência (Anexo 02) que deve ser analisada cuidadosamente pelas participantes da licitação, sendo que, em caso de divergência, com a especificação divulgada pelo site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, prevalecerá a descrição do Termo de Referência para efetivação da contratação.

**2 - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**2.1 - Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo**

Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

**2.1.1** - Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**2.2** - O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**2.3** - É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item 2.1 e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**2.4** - A não observância do disposto no item 2.3 poderá ensejar sua desclassificação no momento da habilitação.

**2.5** - No caso de itens ou grupos destinados à participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, nos termos do art. 48 da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a obtenção do benefício fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

**2.6** - Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, caso permitida sua participação, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006.

**2.6.1** - Nos termos do art. 4º, §§1º e 2º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para os itens cujo valor estimado por 1 (um) ano for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, não será aplicado o tratamento diferenciado previsto nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006.

**2.7** - Quando permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, deverão ser observadas as normas previstas no art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021 e as exigências de habilitação específicas elencadas no Termo de Referência e seus anexos.

**2.8** - Não poderão disputar esta licitação:

**2.8.1** - Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**2.8.2** - Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**2.8.3** - Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**2.8.4** - Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**2.8.4.1** - Entende-se por impossibilitada de participar da licitação a empresa impedida de licitar/contratar com o Município de Uberlândia e/ou declarada inidônea para licitar ou contratar com quaisquer órgãos da Administração Pública.

**2.8.5** - Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**2.8.6** - Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**2.8.7** - Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**2.8.8** - Agente público do órgão ou entidade licitante;

**2.8.9** - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

**2.8.10** - pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

**2.8.11** - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme §1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

**2.9** - O impedimento de que trata o item 2.8.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**2.10** - A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.8.2 e 2.8.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**2.11** - Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**2.12** - O disposto nos itens 2.8.2 e 2.8.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**2.13** - Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

**2.14** - A vedação de que trata o item 2.8.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**3.1** - Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

**3.2** - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**3.3** - No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**3.3.1** - Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**3.3.2** - Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**3.3.3** - Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**3.3.4** - Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**3.4** - Caso permitida sua participação, o licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

**3.5** - O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa (quando permitida sua participação) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006,

estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

**3.5.1** - No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

**3.5.2** - Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, quando permitida sua participação.

**3.6** - A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

**3.7** - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**3.8** - Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**3.9** - Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**3.10** - Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**3.10.1** - A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

**3.10.2** - Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

**3.11** - O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

**3.11.1** - Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

**3.11.2** - Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

**3.12** - O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.



**3.13** - Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**3.14** - O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**4.1** - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

##### **4.1.1 - Valor unitário e valor total do(s) item(ns).**

**4.1.1.1** - A proposta inicial, bem como os lances subsequentes, quando for caso, deverão ser registrados, em moeda corrente nacional (R\$) e limitado a 02 (duas) casas decimais (R\$ XX, XX).

**4.1.2** - Marca/fabricante (quando for o caso, não sendo admitida a indicação de mais de uma marca para um mesmo item);

**4.1.3** - Modelo/versão (se aplicável);

**4.2** - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**4.3** - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**4.4** - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**4.5** - Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

**4.6** - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**4.7** - Na licitação que envolva os serviços prestados com dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão ou locação de mão de obra para fins de enquadramento tributário, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar Federal nº 123/2006, cumprindo a licitante a responsabilidade de elaboração da proposta com a adequada incidência da tributação aplicável.

**4.8** - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais,

equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**4.8.1** - O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

**4.9** - Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

**4.9.1** - Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos neste Edital e seus anexos.

**4.10** - O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

**4.11** - Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

**4.12** - Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

**4.13** - Em se tratando de proposta apresentada por pessoa física, o fornecedor deverá acrescentar 20% sobre o valor da proposta, a título de contribuição patronal à Seguridade Social.

**4.14** - O valor será descontado da proposta final e recolhido diretamente pela Administração ao INSS.

## **5 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**5.1** - A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**5.2** - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**5.2.1** - Será desclassificada a proposta que identifique o licitante nos campos de cadastramento do portal (marca, descrição, fabricante, etc.).

**5.2.2** - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**5.2.3** - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.



**5.3** - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**5.4** - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

**5.5** - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**5.6** - O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item**.

**5.7** – Será desclassificada a proposta que não atender ao critério de julgamento definido no edital.

**5.8** - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**5.9** - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**5.10** - O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (um por cento).

**5.11** - O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

**5.12- O modo de disputa adotado será o “aberto-fechado”.**

**5.12.1-** O modo de disputa será aberto por proporcionar plena ciência do preço estimado aos licitantes e permitir uma competição mais agressiva pelo menor preço.

**5.13-** Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos.

**5.13.1-** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

**5.13.2-** Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**5.13.3-** Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da IN SEGES/ME nº 73, de 2022, incluído pela IN SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

**5.13.4-** No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

**5.13.5-** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**5.14-** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**5.15-** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**5.16-** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**5.17-** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**5.18-** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**5.19-** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**5.20-** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

**5.20.1-** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**5.20.2-** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**5.20.3-** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**5.20.4-** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**5.21-** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**5.21.1-** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

**5.21.1.1-** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**5.21.1.2-** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

**5.21.1.3-** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**5.21.1.4-** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**5.21.2** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**5.21.2.1** empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

**5.21.2.2-** empresas brasileiras;

**5.21.2.3-** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**5.21.2.4-** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**5.22** - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**5.22.1** - A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**5.22.2** - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**5.22.3** - O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e constará na Ata de Encerramento que integrará os autos do processo licitatório.

**5.22.4** - O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo definido pelo Pregoeiro, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**5.22.5** - É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**5.23** - Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **6 - DA FASE DE JULGAMENTO**

**6.1** - Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 5.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**a)** SICAF;

**b)** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

**c)** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

**6.1.1** - Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b” e “c” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

**6.2** - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

**6.3** - Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

**6.3.1** - A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

**6.3.2** - O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º), sem prejuízo do procedimento de descon sideração da personalidade jurídica indireta prevista no art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021 e no art. 166 do Decreto Municipal nº 20.154/2023.

**6.3.3** - Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**6.4** - Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

**6.5** - Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5 e 2.6 deste edital.

**6.6** - Caso a verba utilizada para a contratação seja integral ou parcialmente proveniente de transferências da União, será observada a margem de preferência prevista na Resolução

SEGES/MGI/CICS nº 1, de 02 de julho de 2024 caso o objeto se enquadre nas tabelas 1 e 2 do Anexo I da referida Resolução.

**6.7** - Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

**6.8** - Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, a informação dos acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho utilizadas no cálculo do valor estimado pela Administração estão indicadas nas planilhas de custos e formação de preços que integram o edital como anexo.

**6.8.1** - O(s) sindicato(s) indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado.

**6.9** - Será desclassificada a proposta vencedora que:

**6.9.1** - Contiver vícios insanáveis;

**6.9.2** - Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

**6.9.3** - Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**6.9.3.1** - Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão

**6.9.4** - Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**6.9.5** - Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**6.10** - No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

**6.10.1** - A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

**6.10.1.1** - Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

**6.10.1.2** - Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**6.10.2** - Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

**6.10.2.1** - Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

**6.10.2.2** - No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

**6.10.2.3** - No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

**6.10.2.4** - Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

**6.11** - Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**6.12** - Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

**6.12.1** - Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

**6.12.2** - Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

**6.12.3** - Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

**6.12.4** - Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.



**6.12.5** - Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

**6.13** - Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é bastante para arcar com todos os custos da contratação.

**6.13.1** - O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

**6.13.2** - Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**6.14** - Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

**6.15** – Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

**6.16** - Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

**6.16.1** - Caso o Termo de Referência exija a apresentação de documentação anexa à amostra, esta deverá ser encaminhada juntamente com a amostra.

**6.16.2** - Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

**6.16.3** - É facultada prorrogação do prazo estabelecido no Termo de Referência para a apresentação de amostra, a partir de solicitação fundamentada por escrito pelo interessado, antes de findo o prazo

**6.16.4** - Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

**6.16.5** - No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

**6.16.6** - Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

**6.16.7** - Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras reprovadas deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 30 (trinta) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

**6.16.8** - Caso a amostra apresentada se enquadre aos padrões objetivamente estabelecidos no Termo de Referência e demais análises da Diretoria Requisitante a mesma será APROVADA e o solicitante será sumariamente classificado para aquele item.

**6.16.9** - Ao fim, a Sessão Pública para análise das amostras será lavrada em Ata, que será publicada no sítio do DMAE, autuada no processo.

**6.17** - Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

## **7 - DA FASE DE HABILITAÇÃO**

**7.1** - Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**7.1.1** - A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

**7.2** - Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**7.3** - Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**7.4** - Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado, observada as condições específicas definidas no Termo de Referência.

**7.5** - Os documentos exigidos para fins de habilitação serão anexados no sistema em campo próprio.

**7.6** - Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

**7.7** - Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

**7.8** - Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**7.9** - O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**7.10** – **Caso tenham sido definidas regras de vistoria prévia no Termo de Referência**, as condições para tanto deverão ser integralmente observadas nas cláusulas do TR, incluindo-se, aí, a disposição do agendamento prévio, de modo que seu procedimento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

**7.11** - A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

**7.11.1** - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

**7.12** - É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

**7.12.1** - A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

**7.13** - A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**7.13.1** - Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo a ser definido pelo pregoeiro, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

**7.13.2** - Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

**7.14** - A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

**7.14.1** - Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

**7.14.2** - Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

**7.15** - Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

**7.15.1** - Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

**7.15.2** - Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

**7.16** - Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**7.17** - Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.13.1.

**7.18** - Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**7.19** - A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

**7.20** - Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **8 - DOS RECURSOS**

**8.1** - A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.2** - O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**8.3** - Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**8.3.1** - a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

**8.3.2** - o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

**8.3.3** - o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

**8.3.4** - na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

**8.4** - Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**8.4.1** - Serão desconsiderados pelo Pregoeiro os recursos interpostos fora do sistema eletrônico ComprasGov.

**8.5** - O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**8.6** - Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**8.7** - O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**8.8** - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**8.9** - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**8.10** - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [www.uberlandia.mg.gov.br](http://www.uberlandia.mg.gov.br).

## **9 - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**9.1** - Os licitantes ou contratados que descumprirem total ou parcialmente as normas administrativas ficarão sujeitos, sem prejuízo das demais responsabilidades, às sanções dispostas na referida norma federal e de acordo com o procedimento definido no Capítulo XIV na Lei Federal nº 14.133, de 2021 e suas alterações, e expostas no Decreto Municipal nº 20.154, de 01 de fevereiro de 2023.

**9.2** - Na aplicação das sanções, conforme resultado apurado em procedimento administrativo, em que sejam oportunizados a ampla defesa e o contraditório, serão considerados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, a natureza e a gravidade da infração, os danos que o cometimento da infração ocasionar à Administração Pública, ao serviço e aos usuários, a vantagem auferida em virtude da infração, as circunstâncias gerais agravantes e atenuantes e os antecedentes do licitante ou contratado.

**9.3** - A cobrança de eventual valor referente às multas aplicadas será realizada nos termos do artigo 136 e seguintes do Decreto Municipal nº 20.154, de 2023.

**9.4** - A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções administrativas e, na hipótese de cumulação, serão concedidos os prazos para defesa e recurso aplicáveis à penalidade mais gravosa.

**9.5** - A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação da CONTRATADA de indenizar integralmente eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, que poderão ser apurados no mesmo processo administrativo sancionatório.

**9.6** - As sanções serão informadas ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, ou outro que vier a substituí-lo

**9.7** - Durante o processo administrativo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 e suas alterações, como ato lesivo contra a administração pública, cópias necessárias à apuração da responsabilidade deverão ser remetidas à Controladoria Geral do Município, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

## **10 - DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

**10.1** - As rotinas de fiscalização e gestão estarão previstas no Termo de Referência e na minuta de contrato.

## **11 - DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

**11.1** - O pregoeiro declarará a vencedora por meio de relatório final, seguindo os autos posteriormente para a necessária adjudicação e homologação por parte do Ordenador de Despesas.

**11.2** - A Licitante vencedora, após a homologação, conforme disposições contratuais consubstanciadas no Termo de Referência, será convocada para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de até 10 (dez) dias, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na legislação aplicável.

**11.2.1** - O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pelo órgão contratante.

**11.2.2** - Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

## **12 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**12.1** - Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

**12.2** - A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**12.3** - A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail: [licitacao@dmae.mg.gov.br](mailto:licitacao@dmae.mg.gov.br).



**12.4** - As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**12.4.1** - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

**12.5** - Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

### **13 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**13.1** - Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

**13.2** - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**13.3** - Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

**13.4** - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**13.5** - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**13.6** - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**13.7** - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**13.8** - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**13.9** - Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as dos anexos.

**13.10** - O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereços eletrônicos: <https://www.gov.br/compras/pt-br> e [www.uberlandia.mg.gov.br](http://www.uberlandia.mg.gov.br).

**13.11** - Os endereços de e-mail informados na proposta comercial bem como os cadastrados no SICAF, serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente encaminhadas.

**13.12** - Reputa-se como entregue e recebido, e-mail que não retornar com mensagem de erro.

**13.13** - A empresa deverá incluir os domínios @uberlandia.mg.gov.br e @dmae.mg.gov.br na sua lista de e-mail confiáveis como forma de evitar que as comunicações sejam consideradas SPAM ou Lixo Eletrônico.

**13.14** - Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**ANEXO 01 – Estudo Técnico Preliminar**

**ANEXO 02 - Termo de Referência**

**Anexo I do Termo de Referência – Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**

**Anexo II do Termo de Referência – Modelo de planilha de medição mensal**

**Anexo III do Termo de Referência – Matriz de riscos**

**ANEXO 03 – Relatório de Pesquisa de Preços e planilhas com formação e estimativa de preços**

**ANEXO 04 - Modelo de Proposta Comercial**

**ANEXO 05 - Minuta de Termo de Contrato**

Uberlândia/MG, data da assinatura eletrônica.

**Nome Arquivo: 1.EDITAL PE 117.2026 - BALANCEIROS E EQUIP..pdf**

**Documento assinado de forma digital por MARIA DO ROSARIO DOS REIS**

**Certificado: \*\*IBljANBg\*\*\*\*\*ywMH9ObL\*\*LKlYr\*\*\*\*\*DAQAB**

**Data: 29/06/2026 09:47:59**

**Documento assinado de forma digital por Rodrigo Sávio Couto de Lacerda**

**Certificado: \*\*IBljANBg\*\*\*\*\*vAxhEfr1\*\*15B/J\*\*\*\*\*DAQAB**

**Data: 29/06/2026 10:57:16**



**20261394163NEC/PAG**

## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

### **SUMÁRIO**

<b>1. Informações Gerais .....</b>	<b>2</b>
<b>2. Problema a ser resolvido e solução através da contratação .....</b>	<b>2</b>
<b>3. Previsão no Plano de Contratações Anual .....</b>	<b>4</b>
<b>4. Requisitos da contratação .....</b>	<b>4</b>
<b>5. Quantidades .....</b>	<b>11</b>
<b>6. Levantamento de Mercado, Alternativas e Escolha da Solução .....</b>	<b>12</b>
<b>7. Estimativa do Valor e Publicidade do Orçamento .....</b>	<b>14</b>
<b>8. Descrição do Restante da Solução, Manutenção e Assistência Técnica .....</b>	<b>14</b>
<b>9. Justificativa para Parcelamento ou Adjudicação Conjunta .....</b>	<b>16</b>
<b>10. Contratações Correlatas ou Interdependentes .....</b>	<b>17</b>
<b>11. Demonstrativo dos Resultados Pretendidos .....</b>	<b>17</b>
<b>12. Providências a Serem Adotadas para a contratação e Execução .....</b>	<b>18</b>
<b>13. Possíveis Impactos Ambientais e Medidas Mitigadoras .....</b>	<b>18</b>
<b>14. Análise de Riscos .....</b>	<b>19</b>
<b>15. Justificativa em cumprimento ao art. 18, §2º da Lei Federal nº 14.133, de 2021 .....</b>	<b>20</b>
<b>16. Posicionamento Conclusivo .....</b>	<b>21</b>

**Contratação de serviços empresa para fornecimento de mão de obra terceirizada, de natureza contínua, a serem executados com dedicação exclusiva de mão de obra, regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) para as condições e quantidades estabelecidas no Termo de Referência, a serem utilizadas no controle e operação das balanças rodoviárias do sistema de gestão de resíduos sólidos do DMAE em Uberlândia**

## **1 - Informações Gerais**

Área Solicitante: Departamento Municipal de Água e Esgoto de Uberlândia-  
Diretoria de Meio Ambiente e Sustentabilidade

Responsável pela elaboração:

Arthur Rosa Públio

Christyan Paiva Farias

## **Descrição da necessidade da contratação:**

### **2 - Problema a ser resolvido e solução através da contratação:**

Atualmente, a operação da balança rodoviária instalada no Aterro Sanitário Municipal enfrenta um déficit de recursos humanos, comprometendo a continuidade e a eficiência dos serviços prestados. A atividade exige escala mínima de 4 servidores, considerando o regime de revezamento (trabalho em um dia e folga no outro), além de ao menos 1 profissional adicional para cobertura de férias, afastamentos ou ausências justificadas. No entanto, o quadro atual conta com apenas 4 trabalhadores, sendo um deles alocado provisoriamente de outro setor, em razão do afastamento prolongado de um servidor por acidente.

Adicionalmente, o setor conta com um chefe responsável pela coordenação das atividades, que, diante da insuficiência de pessoal, frequentemente necessita assumir funções operacionais para suprir ausências na equipe. Em diversas ocasiões, essa cobertura ocorre inclusive durante seus períodos de descanso, com o objetivo de evitar a paralisação dos serviços. Tal situação gera sobrecarga, comprometendo o adequado desempenho de suas atribuições

gerenciais, estratégicas e de supervisão.

A situação se agrava diante da iminente expansão das operações, com a entrada em funcionamento de mais 3 balanças rodoviárias nos galpões públicos, destinadas à mensuração da produtividade das coletas seletivas e de vidro no município. Tais equipamentos são fundamentais, pois subsidiam diretamente a medição e o pagamento de contratos relevantes vinculados à Diretoria de Meio Ambiente e Sustentabilidade.

A insuficiência de pessoal nesses pontos estratégicos poderá acarretar falhas operacionais, prejudicando o controle e a logística da coleta de resíduos sólidos urbanos. Como consequência, há risco de descontinuidade na prestação dos serviços, podendo ocasionar acúmulo de resíduos e impactos negativos à saúde pública.

Ressalta-se, ainda, que a empresa contratada deverá fornecer, às suas expensas, toda a infraestrutura necessária para a adequada operacionalização das balanças rodoviárias instaladas nos Galpões de Triagem Públicos, incluindo computadores, impressoras, nobreaks, conexão à internet, estabilizadores, periféricos e todos os materiais necessários para a emissão de tickets de pesagem em duas vias. Tal exigência mostra-se indispensável para garantir o pleno funcionamento dos equipamentos, a conectividade dos sistemas de controle e a adequada emissão, registro e rastreabilidade das informações operacionais referentes às pesagens realizadas.

A necessidade decorre do fato de que as associações e cooperativas de catadores atualmente não dispõem de estrutura tecnológica, equipamentos ou conectividade suficientes para suportar a operação contínua das balanças rodoviárias, sendo a disponibilização desses recursos condição essencial para a realização das pesagens, controle da produtividade das coletas seletivas e adequada fiscalização contratual. A ausência dessa infraestrutura comprometeria diretamente a confiabilidade dos dados operacionais, a medição dos serviços executados e, conseqüentemente, a regularidade dos pagamentos vinculados aos contratos administrativos relacionados à coleta seletiva e manejo de resíduos sólidos.

Dessa forma, a contratação de mão de obra especializada, associada ao fornecimento da infraestrutura operacional necessária, mostra-se imprescindível para garantir a operação contínua, segura e eficiente das balanças rodoviárias.



### **3 – Previsão no Plano de Contratações Anual:**

O objeto da presente contratação não consta no Plano de Contratações Anual de 2026. A necessidade da contratação surgiu no decorrer das atividades operacionais da Diretoria de Meio Ambiente e Sustentabilidade, diante do déficit de recursos humanos para a adequada operação das balanças rodoviárias instaladas no Aterro Sanitário Municipal, bem como da iminente ampliação do sistema com a entrada em funcionamento de novas balanças nos galpões públicos.

Tal demanda decorre da necessidade de garantir a continuidade, a eficiência e a segurança na mensuração dos resíduos sólidos urbanos, atividade essencial para o controle operacional e para a correta execução e pagamento de contratos vinculados à gestão de resíduos no município. A insuficiência de pessoal identificada ao longo da operação evidenciou a imprescindibilidade da contratação, a fim de evitar prejuízos à prestação dos serviços e possíveis impactos à saúde pública.

### **4 – Requisitos da contratação:**

#### **Caracterização do serviço e prazo da contratação:**

Trata-se de serviço de natureza contínua, definidos pela Lei nº 14.133/2021:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se: (...)

XV - serviços e fornecimentos contínuos: serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas;

Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e ininterrupta, por mais de um exercício financeiro, assegurando o adequado funcionamento das atividades finalísticas da Administração.

Os problemas expostos no tópico “Problema a ser resolvido e solução através da contratação” possuem natureza contínua, uma vez que estão diretamente relacionados à operação das balanças rodoviárias do sistema de gestão de resíduos sólidos do município. Tais atividades são indispensáveis para o controle, a mensuração e a fiscalização dos resíduos coletados, além de

subsidiarem a execução e o pagamento de contratos essenciais à limpeza urbana.

Dessa forma, a interrupção desses serviços comprometeria a operacionalização do sistema de coleta e destinação de resíduos, podendo gerar impactos diretos na prestação dos serviços públicos e riscos à saúde pública, o que reforça a necessidade de sua execução contínua.

O prazo inicial de vigência da contratação será de 1 ano contado da data de assinatura do termo contratual, podendo o contrato ser prorrogado, respeitada a vigência máxima decenal, nos termos do Art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

Os serviços objeto da presente contratação são caracterizados como serviços comuns, uma vez que possuem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, podendo ser executados por profissionais com capacitação adequada, sem a necessidade de formação técnica especializada de nível superior ou de responsabilidade técnica por engenheiro.

A atividade de operação de balanças rodoviárias não exige registro em conselho profissional específico, consistindo em procedimentos operacionais padronizados, como pesagem de veículos, registro de dados e controle de informações, os quais podem ser devidamente executados por profissionais treinados para essa finalidade.

Caracterizado como serviço comum, o art. 29, parágrafo único da Lei Federal n.14.133/2021 autoriza o uso da modalidade Pregão para o processamento da contratação. Com a adoção da modalidade pregão, será utilizado o critério de julgamento do menor preço.

O regime de execução adotado será da empreitada por preço unitário, conforme art. 6º, XXVIII da referida Lei. Com esse regime de execução, a forma de remunerar o contratado vem prevista no Edital, e ocorrerá por meio de unidade de medida e preços unitários determinados. Dessa forma, os pagamentos ocorrerão apenas pelos serviços efetivamente executados.

Além dos requisitos de habilitação obrigatórios por Lei, será exigido dos licitantes o atendimento aos requisitos de habilitação econômico-financeira, definidos no Termo de Referência e no Edital de Licitação.

### **Garantia Contratual**

A Lei nº 14.133/2021, em seu art. 96, permite a exigência de garantia contratual, a critério da autoridade competente, nas contratações de serviços. A garantia contratual configura-se como instrumento relevante para mitigar riscos de inadimplemento, assegurar a satisfação de créditos da Administração e possibilitar a indenização por eventuais danos causados pelo contratado durante a execução do objeto.

No presente caso, a exigência de garantia contratual mostra-se pertinente em razão da natureza contínua e essencial dos serviços de operação das balanças rodoviárias do sistema de gestão de resíduos sólidos. A eventual inexecução total ou parcial do objeto poderá comprometer o controle da pesagem de resíduos, impactar a fiscalização contratual e prejudicar a logística da coleta e destinação de resíduos no município.

Ademais, nos termos do art. 139, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, em caso de extinção contratual unilateral por culpa do contratado, a Administração poderá executar a garantia prestada para ressarcimento de prejuízos decorrentes da não execução do contrato, bem como para o pagamento de verbas trabalhistas, previdenciárias e demais encargos eventualmente inadimplidos, além das multas aplicadas.

Dessa forma, a exigência de garantia contratual resguarda a Administração, conferindo maior segurança jurídica e celeridade na recomposição de eventuais prejuízos, além de contribuir para a regular execução dos serviços e a proteção do interesse público.

### **Início da prestação dos serviços**

O início da prestação dos serviços deverá ocorrer de forma imediata, a partir da assinatura do contrato e/ou emissão da ordem de serviço, tendo em vista a necessidade urgente de garantir a continuidade das atividades de operação das balanças rodoviárias.

A exigência de início imediato justifica-se pelo caráter essencial e contínuo dos serviços, não sendo admissível qualquer interrupção que possa comprometer o controle da pesagem de resíduos, a execução contratual vigente e a regularidade dos serviços de coleta e destinação de resíduos sólidos no município.

### **Demais requisitos:**

- Cumprir integralmente o Termo de Referência, assumindo todos os riscos e custos inerentes à execução do objeto.
- Executar os serviços conforme as especificações técnicas e dentro dos prazos estabelecidos pela Administração.
- Garantir a continuidade e a qualidade da operação das balanças rodoviárias, responsabilizando-se por eventuais falhas, inconsistências ou prejuízos decorrentes da execução inadequada.
- Corrigir, de forma imediata e às suas expensas, quaisquer falhas na prestação dos serviços, inclusive substituindo profissionais que não atendam aos requisitos mínimos exigidos.
- Ressarcir eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, não sendo a fiscalização do DMAE fator excludente dessa responsabilidade.
- Apresentar, quando solicitado, documentos que comprovem a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, especialmente quando não for possível a verificação por meio do SICAF.
- Assumir integralmente as obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais relativas aos profissionais alocados, não havendo qualquer vínculo empregatício com a Administração.
- Adotar medidas eficazes para proteção de dados pessoais, em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), especialmente no que se refere ao tratamento de informações operacionais e contratuais.
- Manter sigilo sobre todas as informações obtidas em razão da execução dos serviços.
- Atender prontamente às determinações do DMAE, inclusive quanto à paralisação de atividades que não estejam sendo executadas adequadamente ou que representem risco à segurança de pessoas, equipamentos ou instalações.
- Alocar profissionais devidamente capacitados e em número suficiente para garantir a operação ininterrupta das balanças rodoviárias, conforme escala definida.
- Fornecer, quando aplicável, equipamentos, materiais e ferramentas necessários à execução dos serviços, observando as normas técnicas vigentes.

- Cumprir integralmente as normas de segurança do trabalho, especialmente em ambientes operacionais como aterros sanitários e galpões de triagem.
- Observar a vedação de contratação de parentes de dirigentes do DMAE, conforme disposto no art. 48 da Lei nº 14.133/2021.
- Garantir cobertura de pessoal suficiente para funcionamento contínuo das balanças, inclusive em finais de semana, feriados (quando ocorrer operação) e em regime de revezamento no Aterro e em horário comercial nas demais.
- Disponibilizar substituição imediata de profissionais em casos de faltas, afastamentos ou férias, sem prejuízo à continuidade dos serviços.
- Manter controle rigoroso dos registros de pesagem, garantindo confiabilidade, rastreabilidade e integridade das informações.
- Disponibilizar supervisão operacional periódica para acompanhamento da execução dos serviços e apoio à equipe.
- Garantir postura ética e atendimento adequado dos profissionais no contato com motoristas, cooperativas e prestadores de serviço.
- Assegurar que os profissionais possuam capacidade de receber e executar os treinamentos operações de balanças rodoviárias, e registros de dados e sistemas informatizado utilizado pelo DMAE.
- Cumprir rotinas administrativas relacionadas à operação, como emissão de relatórios, lançamento de dados e comunicação de inconsistências.
- Comunicar imediatamente ao DMAE quaisquer irregularidades, falhas operacionais ou situações que possam impactar a prestação dos serviços.
- Os profissionais balanceiros lotados no Aterro Sanitário deverão se apresentar ao posto de trabalho com antecedência mínima de 15 (quinze) minutos em relação ao início do seu turno, a fim de possibilitar a adequada transição das atividades. Esse período será destinado ao repasse de informações operacionais pelo profissional que está encerrando o turno, garantindo a continuidade dos serviços, a atualização de registros e a prevenção de falhas na operação das balanças.
- Fornecer, às suas expensas, computadores, impressoras, nobreaks, conexão à internet e todos os materiais necessários para a impressão de

tickets de pesagem em duas vias nas balanças localizadas nas Associações e/ou Cooperativas, garantindo o pleno funcionamento dos equipamentos, a conectividade dos sistemas e a adequada emissão, registro e controle das informações operacionais.

### **Justificativa para adoção da reserva técnica**

A adoção da reserva técnica no percentual de 2,5% sobre o somatório da remuneração, dos encargos sociais e trabalhistas e dos insumos de mão de obra mostra-se necessária, adequada e proporcional à natureza dos serviços de operação das balanças rodoviárias do Sistema de Gestão de Resíduos Sólidos de Uberlândia. Trata-se de atividade essencial, contínua e estratégica, diretamente vinculada ao controle quantitativo dos resíduos sólidos urbanos, à rastreabilidade das operações de coleta e destinação final, bem como ao suporte técnico para a gestão contratual, planejamento operacional e fiscalização dos serviços de limpeza urbana. Eventuais falhas ou descontinuidades na operação das balanças comprometem a confiabilidade dos dados de pesagem, o controle dos volumes destinados às unidades de tratamento e disposição final, a correta apuração das medições contratuais e, por consequência, os pagamentos devidos, além de impactar o planejamento logístico e o atendimento às exigências legais e ambientais.

Nesse contexto, a reserva técnica exerce função preventiva e mitigadora de riscos operacionais, ao assegurar condições mínimas para a continuidade dos serviços diante de custos eventuais não plenamente abrangidos pelos encargos sociais e trabalhistas. Ressalte-se que tais encargos já contemplam provisões ordinárias, como férias, 13º salário, afastamentos e substituições regulares. Contudo, subsistem situações residuais e imprevisíveis, a exemplo de substituições emergenciais decorrentes de desligamentos imprevistos, custos adicionais para mobilização imediata de pessoal, cobertura de turnos em caráter excepcional e despesas acessórias relacionadas à recomposição operacional não padronizada. Ainda que pontuais, tais ocorrências podem impactar diretamente à execução contratual, sobretudo em serviços que demandam funcionamento ininterrupto e elevado grau de confiabilidade.

Dessa forma, a fixação do percentual no limite máximo de 2,5% revela-se justificada não apenas pela aderência à jurisprudência do Tribunal de Contas da



União, notadamente os Acórdãos nº 1.753/2008 e nº 3.092/2010, mas, sobretudo, pela essencialidade do objeto contratado. Por se tratar de serviço cuja interrupção ou execução inadequada compromete diretamente a gestão dos resíduos sólidos, a medição contratual e o controle operacional do sistema, mostra-se prudente a adoção do patamar máximo admitido, de modo a conferir maior robustez à cobertura de riscos residuais. Assim, a escolha pelo percentual de 2,5% não representa superavaliação de custos, mas sim uma medida de segurança operacional proporcional à criticidade do serviço, assegurando a continuidade, a confiabilidade e a integridade das atividades desempenhadas, em estrita observância ao interesse público.

### **Justificativa para Condição de Assinatura Contratual**

Considerando que o objeto da contratação consiste na prestação de serviços continuados de mão de obra para operação das balanças rodoviárias do Sistema de Gestão de Resíduos Sólidos de Departamento Municipal de Água e Esgoto de Uberlândia, envolvendo a disponibilização de 07 (sete) postos de trabalho mensais, faz-se necessária a exigência, como condição para assinatura do contrato, da apresentação da relação nominal dos profissionais que executarão os serviços, acompanhada da comprovação de vínculo empregatício com a empresa contratada.

Tal exigência visa assegurar que a contratada possui efetiva capacidade operacional e disponibilidade de mão de obra regular para início imediato da execução contratual, garantindo a continuidade e a eficiência das atividades essenciais relacionadas ao controle e gerenciamento do sistema de resíduos sólidos do Município.

A medida também busca resguardar a Administração Pública quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, mitigando riscos de contratação irregular de pessoal, subcontratações indevidas ou utilização de trabalhadores sem vínculo formal, em observância aos princípios da legalidade, eficiência, segurança jurídica e interesse público.

Além disso, a comprovação do vínculo empregatício possibilita maior controle administrativo e fiscalização contratual por parte do DMAE, assegurando que os profissionais indicados estejam devidamente registrados e aptos à prestação dos

serviços, em conformidade com a legislação trabalhista vigente e com as disposições do edital e do contrato administrativo.

Dessa forma, a apresentação da relação dos funcionários vinculados à contratada constitui requisito indispensável para a formalização do contrato e para garantia da adequada execução dos serviços contratados.

### **Justificativa utilização convenção de trabalho**

Considerando que o cargo objeto da presente contratação, denominado “Mão de Obra para Controle e Operação das Balanças Rodoviárias do Sistema de Gestão de Resíduos Sólidos do DMAE em Uberlândia”, não possui enquadramento sindical específico identificado, a Diretoria de Meio Ambiente e Sustentabilidade adotou, exclusivamente para fins de composição estimativa de custos e formação de preços da contratação, como parâmetro referencial de mão de obra, a CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2026/2026 firmada pelo SIND EMPREG EMPRESAS ASSEIO CONS SIM TRIANG ALTO PARAN, inscrito no CNPJ nº 00.450.308/0001-39, utilizando como referência o cargo similar de “Controlador de Acesso” ou “Controlador de Piso”, em razão da compatibilidade operacional e funcional das atividades desempenhadas.

### **5 – Quantidades:**

Para a adequada operação das balanças rodoviárias vinculadas à gestão de resíduos sólidos do município, estima-se a necessidade de contratação de 7 (sete) profissionais balanceiros, distribuídos da seguinte forma:

- **Aterro Sanitário Municipal:** Serão necessários 4 (quatro) balanceiros, organizados em regime de revezamento, de modo a garantir operação contínua (24 horas), conforme escala abaixo:
  - 2 (dois) profissionais atuando às segundas, quartas e sextas-feiras, nos seguintes turnos:
    - 06h30 às 18h30
    - 18h30 às 06h30
  - 2 (dois) profissionais atuando às terças, quintas e sábados, nos seguintes turnos:
    - 06h30 às 18h30
    - 18h30 às 06h30

- **Galpões de Triagem Públicos:** Serão necessários 3 (três) balanceiros, sendo 1 (um) profissional por unidade, para operação das balanças instaladas nos galpões, com jornada de trabalho das 08h00 às 17h00.

Além da disponibilização da mão de obra necessária, a empresa contratada deverá fornecer, às suas expensas, toda a infraestrutura operacional indispensável ao funcionamento das balanças rodoviárias instaladas nos Galpões de Triagem Públicos, incluindo computadores, impressoras, nobreaks, estabilizadores, periféricos, conexão à internet e todos os insumos necessários para emissão de tickets de pesagem em duas vias. Essa infraestrutura de tecnologia deverá operar como uma solução autônoma e completamente segregada dos sistemas internos da Autarquia, de modo que os computadores e o link de internet não terão qualquer conexão com a rede de dados do DMAE, eliminando riscos de segurança e a necessidade de gerenciamento pela equipe de TI. Adicionalmente, a responsabilidade pela manutenção integral dos equipamentos, incluindo suporte técnico, reparos e substituição de peças ou de unidades inteiras em caso de falha, será exclusiva da contratada, sem qualquer ônus financeiro ou demanda de trabalho para o DMAE. Por se tratar de equipamentos de propriedade da contratada e sem incorporação ao patrimônio desta Autarquia, também não haverá necessidade de tombamento ou de qualquer controle patrimonial, afastando-se, assim, a necessidade de participação ou conferência da equipe de TI em qualquer fase da contratação.

### Prospecção de Soluções

---

#### **6 – Levantamento de Mercado, Alternativas e Escolha da Solução:**

No intuito de suprir a demanda operacional relacionada à operação das balanças rodoviárias do sistema de gestão de resíduos sólidos do município, foram analisadas diferentes alternativas, conforme descrito a seguir:

- **Remanejamento de servidores internos:**

Foi realizada consulta junto ao setor de Recursos Humanos do DMAE para identificação de servidores disponíveis para atuação na função de balanceiro. Contudo, as opções apresentadas não demonstraram interesse na atividade ou

não possuíam o perfil mínimo necessário para o desempenho adequado das funções exigidas.

- **Criação de funções de confiança para o setor:**

Avaliou-se a possibilidade de criação de funções de confiança destinadas aos servidores atuantes no setor de balança, como forma de atrair e reter profissionais qualificados. Entretanto, a medida mostrou-se inviável, uma vez que poderia gerar distinções indevidas entre servidores ocupantes do mesmo cargo, contrariando princípios da administração pública.

- **Utilização do contrato de concessão do aterro sanitário:**

Considerou-se a possibilidade de atribuir à concessionária responsável pela operação do aterro sanitário a disponibilização de profissionais para operação da balança. Todavia, essa alternativa foi descartada, pois implicaria subordinação dos balanceiros à mesma empresa responsável pela coleta de resíduos, comprometendo a independência e a confiabilidade dos dados de pesagem. Ademais, tal solução não atenderia à demanda das demais balanças a serem instaladas nos galpões públicos, que permaneceriam desassistidas.

- **Contratação de mão de obra especializada:**

Diante das limitações das alternativas analisadas, conclui-se que a contratação de mão de obra para operação das balanças rodoviárias do sistema de gestão de resíduos sólidos de Uberlândia é a solução mais adequada e eficiente. Essa alternativa garante a alocação de profissionais qualificados, em número suficiente para assegurar a operação contínua das balanças, tanto no Aterro Sanitário quanto nos galpões públicos.

Além disso, essa solução preserva a autonomia e a confiabilidade dos dados de pesagem, fundamentais para o controle operacional e para a correta execução e fiscalização dos contratos vinculados à gestão de resíduos. A contratação também permite maior flexibilidade na gestão de pessoal, assegurando cobertura em casos de afastamentos, férias ou outras intercorrências, evitando descontinuidade dos serviços e mitigando riscos à saúde pública.

Dessa forma, a alternativa escolhida demonstra-se a mais vantajosa sob os aspectos técnico, operacional e administrativo, atendendo de forma plena às

necessidades da Administração.

## **7 – Estimativa do Valor e Publicidade do Orçamento:**

Visando conferir maior clareza e transparência às informações constantes do Estudo Técnico Preliminar, apresenta-se a seguir a planilha orçamentária sintética contendo a consolidação dos valores estimados para a execução do objeto. Os valores foram obtidos com base na composição de custos realizada nos autos do processo, contemplando todos os custos necessários à adequada execução dos serviços, incluindo mão de obra, encargos sociais e trabalhistas, benefícios, insumos, equipamentos de apoio e demais despesas inerentes à contratação.

A planilha a seguir tem por finalidade demonstrar, de forma resumida, o montante estimado da contratação, servindo como referência para análise da viabilidade econômica da solução proposta e para subsidiar as etapas subsequentes do processo de contratação.

VALOR ESTIMADO ANUAL	
Controlador e Operador Balanças (Balanceiro)- Galpões Públicos	R\$ 218.493,75
Controlador e Operador Balanças Diurno (Balanceiro)- Aterro Sanitário	R\$ 143.219,72
Controlador e Operador Balanças Noturno (Balanceiro)- Aterro Sanitário	R\$ 165.712,24
Equipamentos para os Galpões Públicos	R\$ 19.311,48

### Detalhamento da Solução Escolhida

---

## **8 – Descrição do Restante da Solução, Manutenção e Assistência Técnica:**

A solução adotada consiste na contratação de mão de obra especializada para a operação contínua das balanças rodoviárias integrantes do sistema de gestão

de resíduos sólidos do município, abrangendo o Aterro Sanitário Municipal e os galpões públicos destinados às coletas seletivas.

A dinâmica de operação das balanças no Aterro Sanitário será realizada em regime ininterrupto (24 horas), com profissionais atuando em turnos de 12 horas, exceto de 06:30 dos domingos as 06:30 de segunda (o aterro não opera no domingo), organizados em escala de revezamento, de forma a garantir a continuidade dos serviços durante todos os dias de operação. Nos galpões públicos, a operação ocorrerá em horário comercial, com profissionais dedicados à realização das pesagens, registros e controle das informações relativas aos materiais recebidos.

Os serviços compreendem, entre outras atividades:

- Recebimento e orientação de veículos no acesso às balanças;
- Realização das pesagens de entrada e saída;
- Registro e conferência de dados em sistemas ou formulários próprios;
- Emissão de comprovantes e relatórios de pesagem;
- Comunicação de inconsistências ou irregularidades observadas durante a operação;
- Apoio às atividades de controle e fiscalização dos fluxos de resíduos.

A contratada deverá garantir a disponibilização contínua de profissionais em número suficiente para atender à demanda, incluindo substituições imediatas em casos de faltas, afastamentos ou férias, de modo a não comprometer a operação.

No que se refere à manutenção e assistência técnica, destaca-se que os equipamentos (balanças rodoviárias) são de responsabilidade da Administração, cabendo à contratada comunicar prontamente qualquer falha, irregularidade ou necessidade de manutenção identificada durante a operação. A contratada deverá colaborar com a equipe técnica do DMAE, prestando informações necessárias para diagnóstico de problemas e adotando medidas operacionais provisórias, quando cabíveis, para evitar a interrupção dos serviços.

Adicionalmente, a contratada deverá assegurar que seus profissionais estejam devidamente capacitados para a correta operação dos equipamentos e sistemas utilizados, bem como para o cumprimento dos procedimentos operacionais estabelecidos pela Administração.

Dessa forma, a solução proposta garante a adequada operação das balanças rodoviárias, promovendo eficiência, confiabilidade dos dados e continuidade dos serviços essenciais à gestão de resíduos sólidos do município.

### **9 – Justificativa para Parcelamento ou Adjudicação Conjunta:**

Em observância ao art. 40, V, 'b', da Lei nº 14.133/2021 e à Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União, a regra geral nas licitações é o parcelamento do objeto, visando ampliar a competitividade. Contudo, a própria legislação permite a adjudicação por preço global quando o agrupamento se mostra técnica e economicamente justificado, como ocorre no presente caso.

Opta-se pela adjudicação conjunta da prestação de serviço de mão de obra (itens 1 a 5 do TR) com o fornecimento da infraestrutura operacional (item 6 do TR), por se tratar de uma solução integrada e tecnicamente indivisível. A seguir, detalham-se as justificativas para esta decisão:

**9.1. Interdependência Técnica e Operacional:** O objeto da contratação não é apenas a alocação de postos de trabalho, mas a garantia do resultado final: a operação contínua e confiável das balanças, com o devido registro e emissão de tickets. A atividade do operador (mão de obra) é intrinsecamente dependente do funcionamento dos equipamentos (computador, impressora, internet). A falha em qualquer um desses componentes (ex: falta de toner, queda de conexão) inviabiliza a prestação do serviço. Agrupar os itens garante que a empresa contratada tenha total controle sobre todos os elos da cadeia de serviço.

**9.2. Unicidade de Responsabilidade e Eficiência na Fiscalização:** A adjudicação conjunta cria um ponto único de responsabilidade. Em um cenário de parcelamento, a ocorrência de uma falha (ex: um ticket que não é impresso) geraria um impasse na fiscalização: a empresa de mão de obra poderia culpar o equipamento, e a fornecedora do equipamento poderia alegar mau uso pelo operador. Essa situação criaria um vácuo de responsabilidade, prejudicando a rápida solução do problema e a continuidade do serviço público. Com um único contrato, a responsabilidade de solucionar qualquer falha, seja ela humana ou material, recai integralmente sobre a contratada, simplificando a gestão e a fiscalização do contrato.

**9.3. Manutenção da Competitividade:** A decisão de não parcelar, neste caso, não acarreta prejuízo à competição. O fornecimento de equipamentos básicos



de informática (computadores, impressoras, nobreaks) e insumos (papel, cartuchos, internet) é uma atividade acessória e de baixa complexidade, plenamente absorvida pelo mercado de empresas de terceirização de serviços. Trata-se de um requisito comum que não impõe uma barreira de entrada significativa nem restringe o universo de potenciais licitantes, cujo foco principal e maior custo residem na alocação da mão de obra.

**9.4. Ganhos de Eficiência e Economicidade:** A gestão de um único contrato integrado é mais eficiente para a Administração, reduzindo custos administrativos e de fiscalização. A contratação de um único prestador para a solução completa favorece a sinergia operacional, a agilidade na resolução de problemas e a padronização dos procedimentos em todas as unidades, resultando em maior qualidade e confiabilidade na prestação dos serviços.

Diante do exposto, conclui-se que o agrupamento dos itens é a medida que melhor atende ao interesse público, pois a interdependência técnica entre a mão de obra e os equipamentos torna o objeto indivisível na prática. A adjudicação conjunta é, portanto, essencial para garantir a responsabilidade integral, a continuidade operacional e a eficiência na gestão do contrato.

## **10 - Contratações Correlatas ou Interdependentes:**

- Contrato 205/2008: Concessão do Aterro Sanitário Municipal.
- Contrato 498/2025: Contrato para coleta e transporte de resíduos sólidos urbanos

## **11 – Demonstrativo dos Resultados Pretendidos:**

A presente contratação tem como objetivo assegurar a adequada operação das balanças rodoviárias do sistema de gestão de resíduos sólidos do município, garantindo a continuidade, eficiência e confiabilidade dos serviços prestados.

Como resultados pretendidos, destacam-se:

- Garantia da operação contínua das balanças rodoviárias, tanto no Aterro Sanitário quanto nos galpões públicos, evitando interrupções que possam comprometer a gestão dos resíduos sólidos.
- Redução de riscos operacionais, especialmente aqueles relacionados à falta de pessoal, falhas na medição e descontinuidade dos serviços.

- Prevenção de impactos à saúde pública e ao meio ambiente, evitando acúmulo de resíduos decorrente de falhas na operação do sistema.
- Desoneração da equipe interna, permitindo que os servidores do DMAE, especialmente a chefia do setor, possam desempenhar adequadamente suas funções gerenciais e estratégicas, sem necessidade de atuação constante em atividades operacionais.
- Adequação à expansão do sistema, com a entrada em operação de novas balanças, assegurando que o crescimento da estrutura seja acompanhado pela devida capacidade operacional.

Dessa forma, espera-se que a contratação contribua diretamente para a eficiência da gestão de resíduos sólidos no município, promovendo maior controle, transparência e qualidade na prestação dos serviços públicos.

## **12 – Providências a Serem Adotadas para a contratação e Execução:**

**a)** Após a consolidação deste ETP, serão produzidas as fases a seguir:

- I. Consolidar o Orçamento;
- II. Finalizar o Termo de Referência Provisório;
- III. Consolidar o Termo de Referência;
- IV. Confeccionar a Requisição e demais documentos que instruirão o Documento de Formalização da Demanda;
- V. Elaborar o Documento de Formalização da Demanda;
- VI. Enviar toda a documentação para a Diretoria de Suprimentos, requerendo a abertura do processo licitatório.

**b)** A equipe de fiscalização da contratação já é experiente e não será necessário o treinamento e capacitação de novos servidores para o acompanhamento.

## **13 – Possíveis Impactos Ambientais e Medidas Mitigadoras:**

A contratação de mão de obra para operação das balanças rodoviárias, por se tratar de atividade predominantemente operacional e de apoio, não gera impactos ambientais diretos significativos. No entanto, considerando que os serviços estão inseridos no contexto do sistema de gestão de resíduos sólidos, podem estar indiretamente relacionados a riscos ambientais decorrentes de falhas operacionais.

Entre os possíveis impactos indiretos, destacam-se:

- Registros incorretos de pesagem, que podem comprometer o controle da destinação adequada dos resíduos e pagamentos indevidos;
- Possíveis desajustes na logística de coleta e destinação, podendo resultar em acúmulo de resíduos em áreas inadequadas;

Para mitigar tais riscos, deverão ser adotadas as seguintes medidas:

- Garantia de operação contínua e adequada das balanças, evitando interrupções nos serviços;
- Capacitação dos profissionais para correta execução das atividades de pesagem e registro de dados;
- Padronização dos procedimentos operacionais, assegurando confiabilidade e rastreabilidade das informações;
- Monitoramento e fiscalização constante das atividades por parte do DMAE;
- Comunicação imediata de inconsistências ou irregularidades identificadas durante a operação;

Dessa forma, a contratação contribui positivamente para o controle ambiental, ao fortalecer os mecanismos de monitoramento e gestão dos resíduos, reduzindo riscos de impactos negativos ao meio ambiente e à saúde pública.

#### **14 - Análise de Riscos**

Embora o objeto da contratação apresente baixo grau de complexidade técnica, consistindo na disponibilização de mão de obra para operação das balanças rodoviárias do sistema de gestão de resíduos sólidos do município, foi realizada análise formal de riscos, com a elaboração do Formulário de Análise Preliminar de Riscos, do Mapa de Alocação de Riscos e da Matriz de Riscos que integram o processo de contratação.

A realização dessa análise não decorreu da complexidade técnica do objeto, mas da relevância estratégica e da essencialidade dos serviços para o adequado funcionamento do sistema de gestão de resíduos sólidos do município. Ademais, trata-se de uma nova contratação, destinada a suprir a operação das balanças rodoviárias localizadas no Aterro Sanitário Municipal e nos galpões públicos de triagem, circunstância que recomendou a identificação prévia dos principais

eventos de risco relacionados à seleção do fornecedor, à execução contratual e à continuidade dos serviços.

As atividades objeto da contratação permanecem caracterizadas como rotinas operacionais padronizadas e amplamente consolidadas, envolvendo procedimentos de pesagem de veículos, registro de dados, emissão de comprovantes e controle de informações, sem a execução de obras civis, serviços de engenharia ou utilização de tecnologias complexas. Todavia, eventual interrupção ou execução inadequada desses serviços pode comprometer a rastreabilidade dos resíduos, a medição contratual, o pagamento dos contratos vinculados à gestão de resíduos sólidos e, em situações extremas, impactar a continuidade dos serviços públicos de limpeza urbana.

Nesse contexto, a Matriz de Riscos identificou eventos relacionados à disponibilidade de mão de obra, ausência de profissionais nos postos de trabalho, falhas operacionais nas pesagens, indisponibilidade de equipamentos de apoio, inadimplemento trabalhista da contratada, descumprimento contratual, comprometimento da rastreabilidade dos resíduos e demais riscos inerentes à gestão e fiscalização contratual. Tais riscos foram classificados predominantemente como de nível médio e receberam medidas preventivas e contingenciais específicas, incluindo previsão de reserva técnica, exigência de qualificação econômico-financeira, fiscalização trabalhista contínua, treinamento operacional, substituição imediata de profissionais, auditorias periódicas e mecanismos de reequilíbrio econômico-financeiro.

Dessa forma, a elaboração da Matriz de Riscos mostrou-se adequada e necessária não em razão da complexidade técnica do objeto, mas em virtude da essencialidade do serviço, de sua influência direta sobre o sistema municipal de gestão de resíduos sólidos e da necessidade de assegurar a continuidade e a confiabilidade das operações durante toda a execução contratual.

## Conclusão

---

### **15- Justificativa em cumprimento ao art. 18, §2º da Lei Federal nº 14.133, de 2021**

Os elementos opcionais que não foram contemplados neste estudo foram

dispensados por não se adequarem ao caso concreto, conforme permissivo do art. 18, §2º da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

#### **16– Posicionamento Conclusivo:**

Diante do exposto, conclui-se que a contratação de mão de obra especializada para a operação das balanças rodoviárias do sistema de gestão de resíduos sólidos mostra-se necessária, adequada e vantajosa para a Administração Pública.


A iniciativa é fundamental para garantir a continuidade, a eficiência e a confiabilidade dos serviços de pesagem de resíduos, os quais são essenciais para o controle operacional, a fiscalização e a correta execução dos contratos vinculados à coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos no município.

Além disso, a contratação contribui para o adequado funcionamento das atividades desenvolvidas pela Diretoria de Meio Ambiente e Sustentabilidade, especialmente diante da ampliação das operações com a entrada em funcionamento de novas balanças nos galpões públicos. A disponibilidade de profissionais qualificados assegura a padronização dos procedimentos, a integridade das informações geradas e a mitigação de riscos operacionais.


Destaca-se, ainda, que a medida evita a sobrecarga dos servidores atualmente lotados no setor, permitindo melhor desempenho das atividades gerenciais e operacionais, bem como reduz o risco de interrupção dos serviços, o que poderia impactar negativamente a limpeza urbana e a saúde pública.

Dessa forma, a solução proposta fortalece a gestão dos resíduos sólidos no município, promovendo maior eficiência administrativa, segurança operacional e atendimento ao interesse público.


Uberlândia-MG, 15 de junho de 2026.

Documento assinado digitalmente  
 **CHRISTYAN PAIVA FARIAS**  
Data: 16/06/2026 13:20:55-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Christyan Paiva Farias**  
**Supervisor da Gerência de Resíduos Sólidos**

Documento assinado digitalmente  
 **ARTHUR ROSA PÚBLIO**  
Data: 16/06/2026 16:39:15-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Arthur Rosa Públio**  
**Coordenador da Gerência de Resíduos Sólidos**

Documento assinado digitalmente  
 **MARIA DO ROSÁRIO DOS REIS**  
Data: 16/06/2026 13:27:02-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Maria do Rosário dos Reis**  
**Diretoria de Meio Ambiente e Sustentabilidade**

**Nome Arquivo: ETP\_.pdf**

**Documento assinado de forma digital por CHRISTYAN PAIVA FARIAS 11208067630**

**Certificado: \*\*95348087\*\*\*\*\*8e01fd0b\*\*7fd07\*\*\*\*\*f53df**

**Data Validade: 30/03/2027**

**Data: 16/06/2026 16:55:43**



**ASSINATURA DIGITAL**

**9342a3784c9e7ae8d714877a8258000e**



**Nome Arquivo: 2. ANEXO 01 - ETP.pdf**

**Documento assinado de forma digital por MARIA DO ROSARIO DOS REIS**

**Certificado: \*\*IBljANBg\*\*\*\*\*ywMH9ObL\*\*LKlYr\*\*\*\*\*DAQAB**

**Data: 29/06/2026 09:47:59**

**Documento assinado de forma digital por Rodrigo Sávio Couto de Lacerda**

**Certificado: \*\*IBljANBg\*\*\*\*\*vAxhEfr1\*\*15B/J\*\*\*\*\*DAQAB**

**Data: 29/06/2026 10:57:16**



**20261394163NEC/PAG**

## **SUMÁRIO**

<b>1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO .....</b>	<b>2</b>
Valor Estimado.....	3
Prazo de vigência.....	4
<b>2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO, ESPECIFICAÇÕES ADICIONAIS .....</b>	<b>9</b>
<b>4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO .....</b>	<b>15</b>
<b>7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO .....</b>	<b>17</b>
Da Medição dos Serviços.....	17
Do Recebimento.....	17
Liquidação.....	19
Prazo de pagamento .....	20
Forma de pagamento.....	21
<b>8. OBRIGAÇÕES DAS PARTES.....</b>	<b>23</b>
Obrigações do contratante.....	23
Obrigações do contratado.....	24
<b>9. CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA ASSINATURA DO CONTRATO .....</b>	<b>26</b>
<b>10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DE PARCELAMENTO.....</b>	<b>26</b>
Forma de seleção.....	26
Critérios de aceitabilidade e julgamento da proposta.....	26
Exigências de habilitação.....	26
Habilitação jurídica, fiscal, social e Trabalhista .....	27
Vistoria Prévia.....	27
Qualificação Econômico-Financeira.....	28
<b>11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....</b>	<b>29</b>
<b>APÊNDICE – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....</b>	<b>30</b>
<b>ANEXO I- IMR .....</b>	<b>33</b>
<b>ANEXO II- MODELO DE PLANILHA DE MEDIÇÃO MENSAL .....</b>	<b>37</b>

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Contratação de serviços empresa para fornecimento de mão de obra terceirizada, de natureza contínua, a serem executados com dedicação exclusiva de mão de obra, regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) para as condições e quantidades estabelecidas no Termo de Referência, a serem utilizadas no controle e operação das balanças rodoviárias do sistema de gestão de resíduos sólidos do DMAE em Uberlândia, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	MPE ou AC*	ESPECIFICAÇÃO	CADASTRO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	AC	Fornecimento de mão de obra para controlador e Operador Balanças (Balanceiro)- Galpão de Triagem Daniel Fonseca. Endereço: Rua Monlevade, 1215. Daniel Fonseca	1009125	MO	12	R\$ 6.069,27	R\$ 72.831,25
2	AC	Fornecimento de mão de obra para controlador e Operador Balanças (Balanceiro)- Galpão de Triagem Santa Luzia. Endereço: Av. Joaquim Ribeiro, 477, esquina com rua Jaime Ribeiro. B. Santa Luzia	1009125	MO	12	R\$ 6.069,27	R\$ 72.831,25
3	AC	Fornecimento de mão de obra para controlador e Operador Balanças (Balanceiro)- Galpão de Triagem Jardim Brasília. Endereço: Rua Maria Abadia, 177 B. Jardim Brasília	1009125	MO	12	R\$ 6.069,27	R\$ 72.831,25
4	AC	Fornecimento de mão de obra para controlador e Operador Balanças (Balanceiro) Diurno- Aterro Sanitário Municipal	1009125	MO	24	R\$ 5.967,48	R\$ 143.219,72

<b>5</b>	<b>AC</b>	Fornecimento de mão de obra para controlador e Operador Balanças (Balanceiro) Noturno- Aterro Sanitário Municipal	1009125	MO	24	R\$ 6.904,67	R\$ 165.712,24
<b>6</b>	<b>AC</b>	Fornecimento de computadores, impressoras, nobreaks, conexão à internet e todos os materiais necessários para a impressão de tickets de pesagem em duas vias nas balanças localizadas nos 3 Galpões de Triagem Públicos	1008636	MO	36	R\$ 536,43	R\$ 19.311,48
*Item reservado para Micro e Pequenas Empresas ou destinado à Ampla Concorrência							

<b>TABELA DE QUANTIDADE DE POSTO DE SERVIÇOS</b>			
<b>Categoria Funcional (Nome do Posto de Trabalho)</b>	<b>Local de prestação de serviço</b>	<b>Quantidade de postos de serviço</b>	<b>Jornada de trabalho semanal</b>
Controlador e Operador Balanças (Balanceiro)-Diurno	Galpão de Triagem Daniel Fonseca	<b>1</b>	44 horas semanais (Diurno)
Controlador e Operador Balanças (Balanceiro)-Diurno	Galpão de Triagem Santa Luzia	<b>1</b>	44 horas semanais (Diurno)
Controlador e Operador Balanças (Balanceiro)-Diurno	Galpão de Triagem Jardim Brasília	<b>1</b>	44 horas semanais (Diurno)
Controlador e Operador Balanças (Balanceiro)-Noturno	Aterro Sanitário Municipal	<b>2</b>	12 x 36 (Diurno)
Controlador e Operador Balanças (Balanceiro)-Noturno	Aterro Sanitário Municipal	<b>2</b>	12 x 36 (Noturno)
<b>Total de Posto de Trabalho</b>		<b>7</b>	

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

#### **Valor Estimado**

1.3. Os preços foram formados conforme Relatório de Pesquisa de Preços, que compõe a documentação que instrui esta demanda.

1.4. O custo estimado total da contratação é de R\$ 546.737,19 (quinhentos e quarenta e seis mil, setecentos e trinta e sete reais e dezenove centavos), conforme custos unitários apostos na planilha orçamentária anexa.

1.5. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

### **Prazo de vigência**

1.6. O prazo de vigência da contratação é de 1 ano contados da data da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.6.1. O empenho deverá ser renovado a cada exercício.

1.6.2. A vantajosidade econômica da manutenção da contratação deverá ser atestada a cada exercício pelo gestor do contrato

1.6.3. Caso a manutenção do contrato se torne desvantajosa, poderá ser procedida sua extinção, sem ônus, pelo gestor do contrato, nos termos do art. 106, inciso III e §1º da Lei Federal nº 14.133/2021

1.6.4. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que se destina à manutenção permanente e ininterrupta das atividades de operação das balanças rodoviárias do sistema de gestão de resíduos sólidos do município, as quais são essenciais para o controle, a mensuração e a fiscalização dos resíduos coletados, bem como para a adequada execução e pagamento de contratos vinculados à gestão de resíduos sólidos, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando a necessidade de assegurar a continuidade operacional, a eficiência administrativa e a mitigação de riscos de descontinuidade dos serviços, conforme os elementos evidenciados no item 4 do Estudo Técnico Preliminar.

### **Repactuação dos Preços Contratados (art. 92, V e X)**

1.9. Os preços contratados poderão ser repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, mediante demonstração analítica da variação dos custos contratuais em se tratando dos custos decorrentes do mercado, após o interregno de 1 (um) ano, mediante solicitação do contratado.

1.10. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

1.10.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

1.10.2. Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

1.11. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

1.11.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que apostilada.

- 1.12. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços. (art. 135, § 4º, da Lei Federal n 14.133/2021).
- 1.13. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias. (art. 135, § 5º, da Lei Federal n 14.133/2021).
- 1.14. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.
- 1.15. Na repactuação, o CONTRATANTE não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratam de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.(art. 135, §§ 1º e 2º, da Lei Federal n. 14.133/2021).
- 1.16. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.
- 1.16.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.
- 1.16.2. Quando a repactuação solicitada pelo contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor.
- 1.17. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 1.18. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 1.18.1. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

- 1.19. Na eventual prorrogação contratual com dedicação exclusiva de mão de obra, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser eliminados e/ou negociados como condição para a renovação.
- 1.20. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o CONTRATANTE verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.
- 1.21. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.
- 1.22. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.
- 1.23. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.
- 1.24. O pedido de repactuação referente aos custos decorrentes do mercado deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.
- 1.25. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao CONTRATANTE ou ao contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.
- 1.26. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.
- 1.27. O CONTRATANTE decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 30 (trinta) dias, contado da data do fornecimento, pelo contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados, corretamente instruída. (art. 92, § 6o, c/c o art. 135, § 6o da Lei Federal no 14.133, de 2021).
- 1.28. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.
- 1.29. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.
- 1.30. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, o restabelecimento da manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal no 14.133, de 2021.
- 1.31. Havendo reequilíbrio econômico-financeiro do contrato em relação aos custos decorrentes do mercado, ocorrerá a modificação da data-base, passando a mesma a coincidir com a data de



concessão do reequilíbrio, sendo que os próximos reajustamentos anuais serão considerados a partir de então.

1.32. O contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado, no prazo de máximo de 20 dias, a contar da assinatura do apostilamento ou aditamento.

1.33. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

1.34. A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

1.35. Considerando que o cargo objeto da presente contratação, denominado “Mão de Obra para Controle e Operação das Balanças Rodoviárias do Sistema de Gestão de Resíduos Sólidos do DMAE em Uberlândia”, não possui enquadramento sindical específico identificado, a Diretoria de Meio Ambiente e Sustentabilidade adotou, exclusivamente para fins de composição estimativa de custos e formação de preços da contratação, como parâmetro referencial de mão de obra, a CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2026/2026 firmada pelo SIND EMPREG EMPRESAS ASSEIO CONS SIM TRIANG ALTO PARAN, inscrito no CNPJ nº 00.450.308/0001-39, utilizando como referência o cargo similar de “Controlador de Acesso” ou “Controlador de Piso”, em razão da compatibilidade operacional e funcional das atividades desempenhadas.

1.35.1. A adoção da referida Convenção Coletiva de Trabalho possui natureza meramente referencial para fins de estimativa orçamentária, composição de custos e eventual repactuação contratual, não implicando reconhecimento definitivo de enquadramento sindical da categoria profissional, prevalecendo, durante a execução contratual, o instrumento coletivo efetivamente aplicável à categoria dos empregados vinculados à contratada, desde que devidamente comprovado.

1.35.2. Eventual apresentação, pela contratada, de acordo, convenção ou dissídio coletivo diverso daquele utilizado como referência inicial deverá ser acompanhada da devida comprovação do efetivo enquadramento sindical da categoria profissional envolvida, bem como da demonstração analítica da repercussão dos custos sobre a planilha contratual, para fins de análise pela Administração.

#### **Reajuste Contratual (Art. 135, I, da Lei nº 14.133/2021)**

1.36. O preço definido no instrumento contratual, para os custos decorrentes do mercado, será fixo e irrevogável pelo período de (um) ano, contados da data da consolidação do orçamento estimado ou da data da alteração de sua data-base;

1.36.1. A data-base para a contagem do prazo de reajuste é a data da consolidação do orçamento estimado definida no Termo de Referência (Art. 25, § 7º, Lei 14.133/2021).

- 1.37. É facultado o reajuste em sentido estrito, a pedido da contratada, contemplando a variação do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor – IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), após 1 (um) ano da data da consolidação do orçamento estimado, com reflexo no contrato, em relação aos custos dos materiais, equipamentos e insumos, necessários a execução do contrato, devendo o pedido ser formulado antes do advento da data base referente ao reajuste subsequente, sob pena de o silêncio ser interpretado como renúncia presumida (preclusão do direito);
- 1.38. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 1.38.1. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 1.38.2. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 1.38.3. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 1.39. O reajuste será realizado por apostilamento.
- 1.40. Os efeitos financeiros do reajuste em sentido estrito serão devidos a partir da solicitação da contratada;
- 1.40.1. Caso a solicitação seja feita no prazo de até 30 (trinta) dias após o advento da data base, ou seja, do fato gerador do direito ao reajuste, os efeitos financeiros retroagirão à data do fato gerador ao direito.
- 1.41. Não serão considerados e/ou admitidos pedidos de reajuste protocolados antes da implementação da data base, ou seja, do fato gerador do direito ao reajuste.
- 1.42. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da anualidade será da data base do reajuste anterior.
- 1.43. Havendo reequilíbrio econômico-financeiro do contrato ou alteração do preço da ata de registro de preços com reflexo no contrato, ocorrerá a modificação da data-base, passando a mesma a coincidir com a data de concessão do reequilíbrio, sendo que os próximos reajustamentos anuais serão considerados a partir de então.
- 1.44. A Contratada poderá solicitar o reajuste a qualquer tempo durante a vigência do contrato, até a data da prorrogação de sua vigência, sob pena de preclusão do direito.
- 1.45. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento do reajuste e/ou reequilíbrio solicitado tempestivamente, hipótese em que será concedido por meio de termo indenizatório.
- 1.46. Caso a Contratada não requeira tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo ou sem qualquer ressalva quanto à posterior análise do reajuste pela Administração, ocorrerá a preclusão do direito.
- 1.47. A data de consolidação do orçamento é: **14/05/2026**.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da presente contratação não consta no Plano de Contratações Anual de 2026. A necessidade da contratação surgiu no decorrer das atividades operacionais da Diretoria de Meio Ambiente e Sustentabilidade, diante do déficit de recursos humanos para a adequada operação das balanças rodoviárias instaladas no Aterro Sanitário Municipal, bem como da iminente ampliação do sistema com a entrada em funcionamento de novas balanças nos galpões públicos.

2.3. Tal demanda decorre da necessidade de garantir a continuidade, a eficiência e a segurança na mensuração dos resíduos sólidos urbanos, atividade essencial para o controle operacional e para a correta execução e pagamento de contratos vinculados à gestão de resíduos no município. A insuficiência de pessoal identificada ao longo da operação evidenciou a imprescindibilidade da contratação, a fim de evitar prejuízos à prestação dos serviços e possíveis impactos à saúde pública.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO, ESPECIFICAÇÕES ADICIONAIS**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **Sustentabilidade**

4.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no Estudo Técnico Preliminar como requisito previsto em lei especial.

### **Da exclusividade de participação de ME e EPP**

4.2. A presente licitação será destinada à ampla concorrência, uma vez que não se enquadra em nenhuma das hipóteses do art. 48, inciso III da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, pois o item de contratação é superior ao limite legal e o objeto não pode ser fracionado, conforme justificativa de parcelamento no tópico correspondente.

### **Da participação de consórcios**

4.3. A vedação à participação de empresas consorciadas ou agrupadas justifica-se porque o Município de Uberlândia coaduna com o entendimento de que a admissão de consórcios nas licitações é recomendada quando o objeto licitado for considerado de alta complexidade ou vulto, pois nestes

casos está diretamente relacionada com a ampliação da competitividade, no sentido de permitir a participação de empresas que, isoladamente, não atenderiam a todos os requisitos de qualificação técnica e/ou econômico-financeira exigidos no instrumento convocatório. Em se tratando de licitações destinadas à aquisição de equipamento e/ou contratação de serviços comuns, não se vislumbra restrição no universo de possíveis licitantes, pois as empresas participantes, em sua maioria, já apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira para a execução de contratos dessa natureza. Nestes casos, portanto, a vedação à participação de consórcios não acarretará em prejuízos à competitividade do certame, muito pelo contrário, o objetivo é justamente evitar que a reunião de empresas por meio de consórcios, quando poderiam estar ofertando lances de modo individual, reduza o número de licitantes com propostas independentes, o que diminuiria, conseqüentemente, a concorrência, não sendo demais atentar quanto ao aumento da possibilidade de cartelização do mercado para manipular os preços nas licitações.

#### **Da participação de cooperativas**

4.4. Será permitida a participação de Sociedades Cooperativas, e serão exigidos para fins de habilitação jurídica os documentos previstos no Apêndice deste Termo.

#### **Da Subcontratação**

4.5. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual, pois os serviços de operação das balanças rodoviárias constituem atividade contínua, integrada e diretamente relacionada ao controle operacional e à confiabilidade dos dados de pesagem de resíduos sólidos, exigindo padronização de procedimentos, uniformidade na execução e responsabilidade direta da contratada sobre toda a equipe alocada. A eventual subcontratação poderia comprometer a rastreabilidade das informações, dificultar a fiscalização contratual, gerar fragmentação na execução dos serviços e aumentar o risco de falhas operacionais, prejudicando a adequada gestão dos resíduos e a execução dos contratos vinculados.

#### **Da Cláusula Anticorrupção**

4.6. Em atendimento ao Decreto Municipal nº 18.389/2019, para esta contratação, A CONTRATADA declara conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação, dentre elas, a Lei Anticorrupção (Lei Federal nº 12.846/2013) e o Decreto Municipal nº 18.389/2019 e se compromete a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por ela contratados.

4.7. As Partes declaram que manterão até o final da vigência deste contrato conduta ética, honesta e transparente na execução do objeto do presente instrumento.

4.8. A CONTRATADA se obriga a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste Contrato:

4.8.1. Não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente;

- 4.8.2. Adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por ela contratados;
- 4.8.3. Não empregar, direta ou mediante contrato de serviços ou qualquer outro instrumento, trabalho escravo ou infantil, salvo as exceções legalmente admitidas;
- 4.8.4. Participar de todos e quaisquer treinamentos eventualmente oferecidos pela CONTRATANTE que sejam relativos a qualquer aspecto que consta da lei anticorrupção ou políticas internas de integridade da CONTRATANTE.
- 4.9. A CONTRATADA se obriga a comunicar imediatamente a CONTRATANTE, por escrito, caso tome conhecimento de que algum pagamento impróprio tenha sido realizado, direta ou indiretamente, por um de seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por ela contratados. (Redação dada pelo Decreto Municipal nº 20234/2023).

#### **Garantia da contratação**

- 4.10. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 2021, no percentual de 5 % do valor contratual.
- 4.10.1. A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato.
- 4.10.2. No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato, observada a regra do art. 96, §3º da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 4.10.3. A apólice deverá ter validade por 180 dias após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- 4.11. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.
- 4.12. O Contratado deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de Execução**

- 5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- 5.1.1. Início da execução do objeto: **imediato, a partir da emissão da ordem de serviço**, considerando a necessidade de continuidade dos serviços.
- 5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:
- 5.1.2.1. A execução dos serviços compreenderá a operação contínua das balanças rodoviárias, incluindo:

- 5.1.2.1.1. Recebimento e orientação de veículos;
- 5.1.2.1.2. Realização das pesagens de entrada e saída;
- 5.1.2.1.3. Registro e conferência de dados em sistemas ou formulários próprios;
- 5.1.2.1.4. Emissão de comprovantes e relatórios de pesagem;
- 5.1.2.1.5. Comunicação imediata de inconsistências ou irregularidades;
- 5.1.2.1.6. Apoio às atividades de controle e fiscalização dos fluxos de resíduos.
- 5.1.2.1.7. A empresa contratada deverá proceder à impressão dos tickets de pesagem em duas vias, sendo uma destinada ao Departamento Municipal de Água e Esgoto de Uberlândia – DMAE e a outra à empresa responsável pela coleta dos resíduos, garantindo a rastreabilidade e conferência das informações registradas.
- 5.1.2.1.8. A empresa contratada deverá fornecer, às suas expensas, computadores, impressoras, nobreaks, conexão à internet e todos os materiais necessários para a impressão de tickets de pesagem em duas vias nas balanças localizadas nos Galpões de Triagem Públicos, garantindo o pleno funcionamento dos equipamentos, a conectividade dos sistemas e a adequada emissão, registro e controle das informações operacionais.
- 5.1.2.1.9. A contratada deverá manter estrutura de suporte técnico capaz de assegurar o pleno funcionamento dos equipamentos utilizados na operação das balanças rodoviárias. Em caso de falha, indisponibilidade ou mau funcionamento de qualquer equipamento ou sistema necessário à execução dos serviços, incluindo computadores, impressoras, nobreaks, periféricos, dispositivos de comunicação ou conexão à internet, a contratada deverá promover o restabelecimento das condições operacionais no prazo máximo de 03 (três) horas, contado da identificação da ocorrência ou da comunicação formal realizada pelo DMAE. Caso o problema não possa ser solucionado dentro desse prazo, a contratada deverá disponibilizar imediatamente equipamento ou solução substituta que assegure a continuidade ininterrupta das atividades de pesagem, sem prejuízo da aplicação das sanções contratuais cabíveis.

5.1.2.2. Os serviços serão executados de forma contínua, com rotinas operacionais padronizadas, observando:

- 5.1.2.2.1. Frequência diária, durante todos os dias de operação;
- 5.1.2.2.2. Execução ininterrupta no Aterro Sanitário (24 horas), em turnos de 12 horas (06h30 às 18h30 e 18h30 às 06h30), exceto no período em que não há operação (domingo).
- 5.1.2.2.3. Execução em horário comercial nos galpões públicos de segunda a sexta;
- 5.1.2.2.4. Utilização de sistemas informatizados e registros operacionais definidos pelo DMAE;
- 5.1.2.2.5. Substituição imediata de profissionais em casos de ausência, garantindo a continuidade do serviço.

5.1.2.3. Adicionalmente, no início da execução contratual, o chefe do Núcleo de Destinação de Resíduos do DMAE realizará treinamento operacional com os profissionais

da contratada, pelo período de até 3 (três) dias, com o objetivo de capacitá-los quanto às rotinas, procedimentos e sistemas utilizados na operação das balanças.

5.1.2.3.1. Durante esse período, será realizada avaliação prática dos profissionais alocados, podendo a fiscalização, caso identifique inadequação ao perfil exigido para a função, solicitar a substituição imediata do(s) profissional(is), mediante justificativa formal à contratada, sem prejuízo à continuidade dos serviços.

5.1.2.4. Os profissionais alocados no Aterro Sanitário deverão se apresentar ao posto de trabalho com antecedência mínima de 15 (quinze) minutos em relação ao início do turno, a fim de receber as informações operacionais do turno anterior, garantindo a adequada transição das atividades, a continuidade dos serviços e a confiabilidade dos registros.

5.1.3. Local e horário da prestação de serviço:

5.1.3.1. Aterro Sanitário Municipal: operação contínua (24 horas), em turnos de 12 horas (06h30 às 18h30 e 18h30 às 06h30), exceto no período em que não há operação (domingo). Endereço: Distrito Industrial, Uberlândia - MG;

5.1.3.2. Galpões de Triagem Públicos: operação em horário comercial, das 08h00 às 17h00. Endereços:

5.1.3.2.1. Galpão de Triagem Daniel Fonseca. Endereço: Rua Monlevade, 1215. Daniel Fonseca;

5.1.3.2.2. Galpão de Triagem Santa Luzia. Endereço: Av. Joaquim Ribeiro, 477, esquina com rua Jaime Ribeiro. B. Santa Luzia;

5.1.3.2.3. Galpão de Triagem Jardim Brasília. Endereço: Rua Maria Abadia, 177 B. Jardim Brasília.

5.1.3.3. Os serviços serão prestados nas unidades integrantes do sistema de gestão de resíduos sólidos do município.

5.1.4. Cronograma de realização dos serviços:

5.1.4.1. Os serviços terão execução contínua durante toda a vigência contratual, sem interrupções, conforme escala operacional definida pela Administração, garantindo cobertura integral dos postos de trabalho.

5.1.4.2. Etapas de execução:

5.1.4.3. Etapa 1 – Mobilização inicial: até o início da execução (após emissão da ordem de serviço);

5.1.4.4. Etapa 2 – Início da operação: imediato, com alocação dos profissionais nos postos de trabalho;

5.1.4.5. Etapa 3 – Execução contínua dos serviços: durante toda a vigência contratual;

5.1.4.6. Etapa 4 – Monitoramento e ajustes operacionais: contínuo, durante a execução;

5.1.4.6.1. Etapa 5 – Encerramento contratual: ao término da vigência, com a devida transição.



5.2. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

**5.2.1. Planejamento da transição:**

5.2.1.1. O plano de transição será elaborado pela Administração (DMAE), com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do término da vigência contratual, contemplando as medidas necessárias para garantir a continuidade dos serviços.

5.2.1.2. A contratada deverá cumprir integralmente o plano de transição definido, prestando todas as informações e o apoio necessários à sua execução.

**5.2.2. Transferência de rotinas operacionais:**

5.2.2.1. A contratada deverá colaborar com a Administração e/ou eventual nova contratada, repassando orientações práticas sobre a execução dos serviços, fluxos operacionais e rotinas de trabalho adotadas na operação das balanças.

**5.2.3. Apoio à transição operacional:**

5.2.3.1. A contratada deverá, quando solicitado pelo DMAE, prestar apoio técnico-operacional durante o período de transição, limitado à vigência contratual, podendo incluir o acompanhamento inicial das atividades pela nova equipe, conforme diretrizes estabelecidas pela Administração.

**5.2.4. Desmobilização da equipe:**

5.2.4.1. A desmobilização dos profissionais da contratada deverá ocorrer de forma imediata no último dia de vigência do contrato, conforme diretrizes estabelecidas pelo DMAE, não sendo admitida qualquer permanência após o encerramento contratual.

**5.2.5. Continuidade dos serviços:**

5.2.5.1. A contratada deverá assegurar a plena execução dos serviços até o último dia da vigência contratual, sendo vedada qualquer paralisação, redução de equipe, substituição não autorizada ou descontinuidade injustificada, inclusive nos dias que antecedem o encerramento.

**5.2.6. Verificação final da execução contratual:**

5.2.6.1. A fiscalização realizará a verificação final quanto ao cumprimento das obrigações contratuais, especialmente no que se refere à regularidade da prestação dos serviços, à adequada alocação de profissionais e ao cumprimento das rotinas operacionais estabelecidas.

5.3. A reserva técnica para os profissionais alocados na operação das balanças rodoviárias deverá corresponder a 2,5% (dois vírgula cinco por cento) sobre o somatório da remuneração, dos encargos sociais e trabalhistas e dos insumos de mão de obra, aplicável aos cargos envolvidos na execução dos serviços de Mão de Obra para Operação das Balanças Rodoviárias do Sistema de Gestão de Resíduos Sólidos de Uberlândia.

5.3.1. Nos Acórdãos do TCU (793/2010 e 1442/2010, da 2ª Câmara; 727/2009, 2060/2009, 1597/2010 e 3092/2010, 910/2014, 288/2014 do Plenário), que determinam que, no caso de haver necessidade de previsão de reserva técnica no dimensionamento das equipes, o valor percentual adotado deverá ser motivado em estudo específico que demonstre os eventos em que serão aplicados, limitado a 2,5%, incidindo sobre o somatório da remuneração, dos

encargos sociais e trabalhistas e dos insumos de mão de obra. (conforme relatório TCE/MG). Nos Acórdãos do Tribunal de Contas da União – TCU (793/2010 e 1442/2010, da 2ª Câmara; 727/2009, 2060/2009, 1597/2010, 3092/2010, 910/2014 e 288/2014, do Plenário), restou consolidado o entendimento de que, havendo necessidade de previsão de reserva técnica no dimensionamento das equipes, o percentual adotado deve ser devidamente motivado em estudo específico que demonstre os eventos em que será aplicado, ficando limitado a 2,5% (dois vírgula cinco por cento), incidente sobre o somatório da remuneração, dos encargos sociais e trabalhistas e dos insumos de mão de obra, conforme também consignado em orientação do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE/MG, sendo que, no presente caso, a justificativa para a adoção da reserva técnica nesse percentual encontra-se devidamente apresentada no Estudo Técnico Preliminar.

#### **Especificação da garantia do serviço**

- 5.4. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido no art. 26 da Lei Federal nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor)

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, designados conforme o Decreto Municipal nº 20.154, de 1º de fevereiro de 2023.
- 6.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a

regularização das faltas ou dos defeitos observados. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.7.1. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.7.2. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.8. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.9.2. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.9.3. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.10. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

- 6.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 6.12. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.
- 6.13. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- 6.13.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

- 7.1. Além do previsto neste termo, os procedimentos a serem adotados nos processos de liquidação e pagamento deverão observar o disposto na Portaria Conjunta SMF/CGM nº 19, de 13 de setembro de 2023.
- 7.2. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo I.
- 7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os critérios fixados no IMR.
- 7.5. As glosas previstas no IMR não afastam a aplicação das penalidades dos arts. 156 e 157 da Lei 14.133/2021.

### **Da Medição dos Serviços**

- 7.6. As medições terão periodicidade mensal
- 7.7. A CONTRATADA deverá apresentar os relatórios de serviços executados no intervalo entre o primeiro dia e o último dia referente ao mês da medição, que serão analisados pela CONTRATANTE gerando a Medição Mensal conforme o critério descrito adiante:
- 7.7.1. Os serviços serão medidos pela quantidade de postos de trabalho disponibilizadas por mês que, efetivamente, ficarão à disposição do Departamento Municipal de Água e Esgoto de Uberlândia, do primeiro ao último dia de cada mês, para execução dos serviços nas balanças.

### **Do Recebimento**

7.8. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.8.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.8.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.8.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico/administrativo/setorial do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.9.1. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.9.2. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.9.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.9.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para adotar as providências cabíveis.

7.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, pelo fiscal do contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os procedimentos previstos no Decreto Municipal nº 20.154/2023 ou outro instrumento que vier a substituí-lo ou regulamentá-lo.

- 7.12. Para os itens de contratação cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.
- 7.13. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.14. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.15. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 7.16. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

### **Liquidação**

- 7.17. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 125, inciso I do Decreto Municipal nº 20.154 de 1º de fevereiro de 2023.
- 7.17.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).
- 7.18. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- a) o prazo de validade;
  - b) a data da emissão;
  - c) os dados do contrato e do órgão contratante;
  - d) o período respectivo de execução do contrato;
  - e) o valor a pagar; e
  - f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.19. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 7.20. Haverá retenção na fonte do imposto de renda – IR, nos termos do Decreto Municipal nº 20.086/2022 e em conformidade com a Instrução Normativa nº 1.234/2012, e suas alterações, da Receita Federal, inclusive no que se refere às isenções.

- 7.21. As notas fiscais deverão ser emitidas em observância às regras de retenção dispostas na Instrução Normativa nº 1234/2012, e suas alterações, da Receita Federal, conforme dispõe o Decreto Municipal nº 20.086/2022, sob pena de não aceitação por parte do contratante.
- 7.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006 não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 7.23. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei Federal nº 14.133/ 2021](#).
- 7.24. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF, ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais, para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 7.25. Constatando-se, junto ao SICAF, ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 7.26. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.27. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 7.28. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

- 7.29. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 125, inciso II do Decreto Municipal nº 20.154 de 1º de fevereiro de 2023.
- 7.29.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)



7.30. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$EM = I \times N \times VP$$

sendo:

I – Índice de Compensação Financeira, capitalizado diariamente em regime de juros simples, à taxa nominal de 6,0% (seis por cento) ao ano, ou de 0,5% (meio por cento) ao mês.

Cálculo do parâmetro “I”

$$I = (TX/100) / 365 = (6/100) / 365 = 0,00016438.$$

$$TX = 6,0\% \text{ a.a.}$$

VP = Valor do pagamento, ou da parcela em atraso.

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

### **Forma de pagamento**

7.31. Para pagamento das **medições mensais** a Contratada deverá encaminhar ao Gestor do contrato os seguintes documentos:

- 7.31.1. Requerimento;
- 7.31.2. Planilha de Medição, conforme Anexo II;
- 7.31.3. Certidão da Receita Federal – Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (dentro do prazo de validade);
- 7.31.4. Certidão do FGTS – Certificado de Regularidade – CRF – Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (dentro do prazo de validade);
- 7.31.5. Certidão Municipal – Certidão Negativa de Tributos Municipais (dentro do prazo de validade);
- 7.31.6. Certidão Trabalhista – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (dentro do prazo de validade);
- 7.31.7. Registro de funcionários (na primeira medição e quando houver novas contratações);
- 7.31.8. Exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA (na primeira medição e quando houver novas contratações);
- 7.31.9. Termo de rescisão (quando houver rescisão de funcionários);
- 7.31.10. Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais (quando houver rescisão de funcionários);
- 7.31.11. Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado (quando houver rescisão de funcionários);

7.31.12.Exames médicos demissionais dos empregados dispensados (quando houver rescisão de funcionários);

7.31.13.Folha de Pagamento;

7.31.14.Comprovantes de depósito em conta bancária do salário dos empregados;

7.31.15.Comprovantes de depósito em conta bancária do vale-transporte, auxílio-alimentação e demais benefícios devidos por força do Contrato ou Convenção, se forem prestados em dinheiro;

7.31.16.Cópias dos recibos de entrega dos vales-transportes, dos vales alimentação, dos uniformes e de outros benefícios estipulados na Convenção Coletiva de Trabalho, se não forem prestados em dinheiro;

7.31.17.Comprovante de pagamento do 13º salário, da concessão de férias e do correspondente pagamento do adicional de férias, na forma da Lei;

7.31.18.Comprovante de pagamento/quitação dos tributos, impostos e contribuições da DCTFWeb, ou seja, documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF) Previdenciário comprovando o recolhimento do INSS de acordo com a DCTFWeb do período da solicitação de pagamento;

7.31.19. GFD - Guias do FGTS Digital;

7.31.20. A Contratada deve apresentar, num **prazo de 30 dias** após à assinatura do Contrato, os seguintes documentos:

7.31.20.1.Cópia do PGR - Programa de Gerenciamento de Riscos, especificadamente das atividades e ambientes ocupacionais reconhecidos/avaliados segundo as atividades e ambiente ocupacional objeto do contrato;

7.31.20.2.Cópia do PCMSO – Programa de Controle de Saúde Ocupacional do quadro de colaboradores, específico das funções objeto do Contrato;

7.31.20.3.Cópia do LTCAT (com indicação do percentual) – Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho, específico das funções, enquadradas ou não como insalubres, periculosidade e/ou de aposentadoria especial, objeto do Contrato;

7.31.20.4.Cópias de ASO – Atestado de Saúde Ocupacional do quadro permanente e de novos contratados;

7.31.20.5.Laudo de Inspeção do Equipamento– Se pertinente ao objeto do contrato, a Contratada deverá apresentar na primeira medição e a cada substituição do veículo/máquina/moto.

7.31.21.A cada nova medição deverá a Contratada apresentar separadamente ao Núcleo de Segurança do Trabalho do DMAE os seguintes documentos:

7.31.21.1.Cópia de fichas de EPI assinadas pelos colaboradores;

7.31.21.2.Relação do quadro permanente e de novos colaboradores contratados;

7.31.21.3.Recibos de pagamento de insalubridade ou de periculosidade, holerites - Quando o LTCAT apontar a existência da atividade insalubre NR15 ou periculosa NR16 – Anexo II, Anexo V;

- 7.31.21.4. Lista de colaboradores com direito a aposentadoria especial – Quando o LTCAT apontar a existência de tarefas com direito a aposentadoria especial.
- 7.31.22. Quando o Colaborador fizer jus ao adicional de insalubridade – segundo LTCAT – a Contratada deverá apresentar ao Núcleo de Segurança do Trabalho do DMAE cópias de recibos de pagamento;
- 7.31.23. Caso ocorra acidente de trabalho com abertura de Comunicação de Acidente de Trabalho- CAT, a Contratada deverá enviar cópia da CAT ao Núcleo de Segurança do Trabalho do DMAE na primeira medição após o acidente;
- 7.31.24. A Contratada somente receberá o pagamento da primeira medição após apresentar na íntegra toda a documentação mencionada. No caso de eventual erro nos documentos apresentados pela Contratada, estes serão a ela devolvidos para verificação, contando-se novo prazo para análise, aprovação e pagamento, a partir da data de sua reapresentação. Em nenhuma hipótese a devolução dos documentos, para correção será considerado motivo para suspensão da execução do objeto contratado.
- 7.32. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 7.33. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.34. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista nas legislações aplicáveis e conforme previsto neste documento.
- 7.34.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.35. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar Federal nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 7.36. Não serão retidos os valores correspondentes ao IR, conforme hipóteses do art.4º, IN 1.234/2012.

## **8. OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

### **Obrigações do contratante**

São obrigações do Contratante:

- 8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

- 8.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- 8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- 8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.8. Cientificar o órgão de representação judicial, quando for o caso, para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações, inclusive sobre eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 8.10. Deverá ser observado o prazo de 01 (um) mês, contado da data do protocolo do requerimento, fixado no art. 112 do Decreto Municipal nº 20.154, de 2023, caso não haja disposição legal ou prazo específico estabelecido no Termo de Referência, sendo admitida a prorrogação uma vez, por igual período, desde que motivado;
- 8.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **Obrigações do contratado**

- 8.13. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 8.14. Entregar o objeto nas quantidades, prazos e condições pactuadas, acompanhado do manual, folders, catálogo, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando for o caso;
- 8.15. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078, de 1990);
- 8.16. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, caso não tenha sido fixado prazo diverso no Termo de Referência;
- 8.17. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 8.18. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 8.19. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou

o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.20. Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para contratação.

8.21. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

8.22. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

8.23. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, quando não for definido prazo diverso no Termo de Referência, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

8.24. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

8.25. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021);

8.26. Quando solicitado, comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021);

8.27. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.28. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, inc. II, alínea “d”, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

8.29. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

8.30. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência, se for o caso;

8.31. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato, quando aplicável;

8.32. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

8.33. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do termo de referência ou instrumento congênere.

## **9. CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA ASSINATURA DO CONTRATO**

9.1. Para a assinatura do contrato cumprirá ao licitante apresentar o(s) seguinte(s) documento(s):

9.1.1. Relação nominal dos profissionais que serão disponibilizados para execução dos serviços objeto da contratação, correspondentes aos 07 (sete) postos de trabalho mensais previstos, contendo, no mínimo, nome completo, função e número do documento de identificação de cada empregado.

9.1.2. Comprovação do vínculo empregatício dos profissionais relacionados com a empresa contratada, mediante apresentação de um dos seguintes documentos:

9.1.2.1. cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, física ou digital;

9.1.2.2. ficha de registro de empregado;

9.1.2.3. contrato individual de trabalho; ou

9.1.2.4. outro documento hábil legalmente aceito que comprove o vínculo empregatício.

9.1.3. Os documentos previstos nos itens anteriores deverão demonstrar que os profissionais indicados encontram-se regularmente vinculados à empresa contratada na data da assinatura do contrato.

9.1.4. A não apresentação de qualquer dos documentos ou comprovações exigidos neste item, no prazo estabelecido pela Administração, poderá ensejar a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis e da convocação dos licitantes remanescentes, na forma da legislação aplicável.

9.1.5. Durante a execução contratual, qualquer substituição de profissional deverá ser previamente comunicada ao Departamento Municipal de Água e Esgoto de Uberlândia, acompanhada da respectiva comprovação de vínculo empregatício do novo empregado indicado.

9.1.6. As exigências previstas neste item não se confundem com os documentos de habilitação, consistindo em requisitos complementares de natureza operacional, técnica e documental necessários à formalização da contratação e ao início regular da execução contratual.

## **10.FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DE PARCELAMENTO**

### **Forma de seleção**

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento LICITATÓRIO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

10.1.1. A justificativa de parcelamento ou aglutinação está definida no Estudo Técnico Preliminar.

**Critérios de aceitabilidade e julgamento da proposta**

10.2. Serão desclassificadas as propostas que permanecerem com quaisquer itens acima do orçamento estimado após todas as etapas de negociação.

**Exigências de habilitação**

10.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante atender os itens a seguir.

10.4. Em caso de contratação de ME ou EPP cuja natureza do serviço vede o recolhimento na forma do SIMPLES NACIONAL nos termos do art. 17 da Lei Complementar Federal nº 123/2006, a mesma deverá, nos moldes e prazos estabelecidos na Receita Federal, promover seu desenquadramento do Simples Nacional, na forma do art. 30, § 1º, inc. II, da mesma Lei.

**Habilitação jurídica, fiscal, social e Trabalhista**

10.5. Serão exigidos para fins de habilitação jurídica os documentos previstos no Apêndice deste Termo.

**Vistoria Prévia**

10.6. Será facultado ao licitante a avaliação prévia do local de execução dos serviços para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:00 horas às 16:00 horas.

10.7. O interessado deverá entrar em contato com a equipe técnica da demandante através do telefone (34) 3228-7744 ou através do e-mail [coletaseletivauberlandia@gmail.com](mailto:coletaseletivauberlandia@gmail.com) até 03 (três) dias antes da sessão de licitação para marcar a vistoria.

10.8. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia, sendo vedada a realização de visitas com mais de um licitante ao mesmo tempo.

10.9. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

10.10. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

10.11. A vistoria prévia facultativa pode ser substituída por declaração de que o licitante tem pleno conhecimento das condições locais e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços.

10.12. A licitante, comparecendo presencialmente ou não à vistoria técnica, deverá emitir um dos seguintes documentos que serão apresentados juntamente com a documentação técnica:

10.12.1. atestar que conhece o local e as condições da realização da obra ou serviço após a realização da visita.



10.12.2. atestar que conhece o local e as condições da realização da obra ou serviço mesmo sem ter realizado a visita.

10.12.3. declarar formalmente, por meio do respectivo responsável técnico, que possui conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação independentemente da visita.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

10.13. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

10.14. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei Federal nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

10.14.1. Só será permitida a participação de empresas em recuperação judicial e extrajudicial se comprovada, respectivamente, a aprovação ou a homologação do plano de recuperação pelo juízo competente e apresentada certidão emitida pelo juízo da recuperação, que ateste a aptidão econômica e financeira para o certame.

10.14.2. Se o licitante não for sediado no Estado de Minas Gerais, as certidões deverão vir acompanhadas de comprovação de que a certidão emitida contempla as ações relativas a falências, recuperação judicial e execução patrimonial.

10.15. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

10.16. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 5 % do valor total estimado da contratação.


10.17. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 65, §1º).

10.18. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 69, §6º)

## **11.ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**


11.1. A despesa decorrente desta licitação correrá por conta da dotação orçamentária do orçamento em vigor, aprovado pela Lei nº 14651 de 17 de dezembro de 2025:  
17.01.17.512.0018.2.960.3.3.90.34

**Uberlândia-MG, 16 de junho de 2026.**

Documento assinado digitalmente  
 **ARTHUR ROSA PÚBLIO**  
Data: 16/06/2026 16:39:15-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


**Arthur Rosa Públio**

**Coordenador da Gerência de Resíduos Sólidos**

Documento assinado digitalmente  
 **CHRISTYAN PAIVA FARIAS**  
Data: 16/06/2026 16:27:59-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Christyan Paiva Farias**

**Supervisor da Gerência de Resíduos Sólidos**

Documento assinado digitalmente  
 **MARIA DO ROSÁRIO DOS REIS**  
Data: 16/06/2026 16:33:15-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Maria do Rosário dos Reis**

**Diretora de Meio Ambiente e Sustentabilidade**

**APÊNDICE - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**Habilitação jurídica**

- A. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- B. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- C. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- D. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- E. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).
- F. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- G. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- H. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei Federal nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

1. Em caso de participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

2. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

- 3.A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
  - 4.A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
  - 5.O registro previsto na Lei Federal nº 5.764, de 1971, art. 107;
  6. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
  7. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
  - 8.A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei Federal nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.
- I. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto Federal nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).
- J. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).
- K. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

- L. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;
- M. Prova de regularidade relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.
- N. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, conforme art. 195, §3º da CRFB/1988;
- O. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- P. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da

Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei Federal nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

Q. Prova de regularidade com a Fazenda *Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

1.Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

R. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar Federal n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

S. Declaração firmada pela Licitante, com amparo do art. 68, inciso VI Lei Federal nº. 14.133, de 2021, que não possui em seu quadro permanente menor de 18 anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos de idade, em trabalho de qualquer natureza, exceto na condição de menor aprendiz, a partir de 14 anos de idade.

T. Declaração firmada pela Licitante, com amparo do art. 63, inciso IV c/c art. 92, inciso XVII da Lei Federal nº. 14.133, de 2021, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas.

### **Habilitação econômico-financeira**

A documentação para habilitação econômico-financeira, caso exigida, consta no Termo de Referência.

### **Qualificação técnica**

A documentação para qualificação técnica, caso exigida, consta no Termo de Referência.

**ANEXO I- INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)**

O Instrumento de Medição de Resultado (IMR) contemplará um ou mais indicadores, contendo as respectivas metas a cumprir.

O Indicador proposto implica em variável que está sob controle da Administração e permite a mensuração da qualidade e eficiência dos serviços contratados.

A fiscalização do contrato acompanhará o desempenho da contratada com base no indicador proposto e utilizará formulários de controle.

Os serviços poderão ser avaliados tanto no seu recebimento quanto na sua fase de execução.

Durante a prestação dos serviços e após sua conclusão por parte da contratada, a fiscalização poderá realizar vistoria aleatória nos locais de execução, podendo, a seu critério, repeti-la sempre que for necessária.

O resultado da avaliação mensal do indicador será entregue ao preposto da contratada até o 5º dia útil subsequente, a fim de que a contratada possa emitir a fatura mensal dos serviços executados.

Os pagamentos por parte da contratante serão proporcionais ao atendimento das metas estabelecidas no Instrumento de Medição de Resultado (IMR) estabelecido.

Segue abaixo os parâmetros de análise:

INDICADOR	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Cumprimento dos critérios e serviços relacionados na Tabela 1
Meta a cumprir	100% dos serviços realizados e adequados à perspectiva da Administração.
Instrumento de Medição	Planilha de Controle dos serviços executados, conforme modelo deste anexo.
Forma de acompanhamento	Realização mensal de inspeção, por parte da fiscalização do contrato, da execução dos serviços especificados, bem como dos critérios elencados na Tabela 1 e das demais disposições do Termo de Referência, conforme perspectiva de adequação da Administração e posterior lançamento do resultado na Planilha de Controle
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	% de serviços adequados executados dentro do mês de referência (total de serviços adequados executados dentro do mês de referência/total de serviços estabelecidos por período) * 100
Início da Vigência	Data do início da execução dos serviços
Faixas de Ajuste no Pagamento	85% a 100% dos serviços = recebimento de 100% da fatura. 75% a 84% dos serviços = recebimento de 95% da fatura. 65% a 74% dos serviços = recebimento de 85% da fatura. 59% a 64% dos serviços = recebimento de 80% da fatura
Sanção	Abaixo de 64% dos serviços = multa de 5% sobre o valor total da fatura alusiva aos serviços onde constatou-se o não cumprimento dos requisitos insertos na Tabela 1.

**Tabela 1**

<b>Índice de Medição de Resultados - IMR</b>			
<b>ITEM</b>	<b>AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO</b>	<b>ADEQUADO</b>	<b>INADEQUADO</b>
1	Cumprimento da jornada e escala de trabalho: verificação do atendimento integral às jornadas e escalas definidas para cada posto, incluindo cobertura de turnos, finais de semana e feriados, quando aplicável.		
2	Frequência e assiduidade: aferição da presença regular dos profissionais alocados, mediante análise de controles de ponto, registros de frequência ou instrumentos equivalentes		
3	Continuidade da prestação dos serviços: avaliação da regularidade da execução, sem interrupções injustificadas ou descontinuidade operacional.		
4	Qualidade da execução dos serviços: análise da correta realização das pesagens, da fidedignidade dos registros e da adequada utilização dos sistemas informatizados disponibilizados pela Administração.		
5	Cumprimento das rotinas operacionais: verificação da observância às rotinas, procedimentos e orientações estabelecidas pelo DMAE, bem como às determinações da fiscalização contratual.		
6	Reposição de pessoal: avaliação da capacidade da contratada em realizar a substituição imediata de profissionais em casos de faltas, afastamentos ou inadequação, sem prejuízo à continuidade dos serviços.		
7	Regularidade documental: verificação da apresentação tempestiva e completa da documentação trabalhista, previdenciária e fiscal exigida contratualmente.		
8	Confiabilidade operacional: aferição da ausência de falhas graves que comprometam a confiabilidade dos dados de pesagem ou a adequada operação das balanças.		



9	Atesto da fiscalização: validação da execução dos serviços pela fiscalização do contrato, sendo condição indispensável para a liberação do pagamento mensal.		
10	Solução definitiva da ocorrência ou disponibilização de equipamento substituto em até 3 (três) horas após a abertura do chamado ou comunicação da falha, em caso de problemas nos computadores, impressoras, nobreaks, periféricos, equipamentos de comunicação, conexão à internet ou qualquer outro recurso indispensável à execução dos serviços nos Galpões Públicos.		

**PLANILHA DE CONTROLE DOS SERVIÇOS EXECUTADOS - MÊS DE REFERÊNCIA:**

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Avaliações dos Serviços (A)	Quantidade de itens avaliados em cada serviço prestado (B)	Quantidade de itens avaliados e classificados como adequados (C)	Porcentagem do Serviço Realizado (D)
Prestação de Serviços	10	XX	XX%

(A) Todos os Serviços, Tarefas e Obrigações a serem executados pela Contratada de forma adequada à expectativa da Administração.

(B) A quantidade de itens avaliados em cada serviço prestado seguirá o somatório dos itens discriminados na Tabela 1 e deverá ser preenchida por servidor formalmente designado pela Administração para a fiscalização do contrato.

(C) A quantidade de itens avaliados e classificados como adequados corresponde ao somatório de avaliações do serviço efetivamente realizado e devidamente adequado à expectativa da Administração, especificados na Tabela 1.

(D) A porcentagem do serviço realizado será mensurada mediante o cálculo  $(C/B) \times 100$ , ou seja, a quantidade de itens avaliados e classificados como adequados sobre a quantidade de itens avaliados em cada serviço prestado (soma da Tabela 1), vezes 100 (cem). Este cálculo informará o percentual do serviço que foi realizado, ensejando o respectivo ajuste no pagamento.

Obs. 1 - Havendo casas decimais na porcentagem do serviço realizado (D), arredondar para o percentual inteiro abaixo, exemplo: 89,47%=89%

Obs. 2 - O levantamento dos serviços e as respectivas avaliações serão realizadas pelo Fiscal do Contrato designado pela Administração.

Obs. 3 - Durante a execução dos serviços e após sua conclusão por parte da contratada, a fiscalização realizará vistoria aleatória nos postos de serviço contratados.

**FICHA DE AVALIAÇÃO**

UNIDADE:	DATA: ____/____/____
PROCESSO:	MÊS/ANO DE REFERÊNCIA:
FISCAL DO CONTRATO:	CONTRATO:

MATRÍCULA:	CNPJ:
ASSINATURA: <hr/>	EMPRESA:

## PLANILHA DE MEDIÇÃO

[illegible]

**Nome Arquivo: TR\_ 2.pdf**

**Documento assinado de forma digital por CHRISTYAN PAIVA FARIAS 11208067630**

**Certificado: \*\*95348087\*\*\*\*\*8e01fd0b\*\*7fd07\*\*\*\*\*f53df**

**Data Validade: 30/03/2027**

**Data: 16/06/2026 16:55:20**



**ASSINATURA DIGITAL**

**857e47dc0402388a841a9aaf846c5811**

**Nome Arquivo: 3. ANEXO 02 - TR.pdf**

**Documento assinado de forma digital por MARIA DO ROSARIO DOS REIS**

**Certificado: \*\*IBljANBg\*\*\*\*\*ywMH9ObL\*\*LKlYr\*\*\*\*\*DAQAB**

**Data: 29/06/2026 09:47:59**

**Documento assinado de forma digital por Rodrigo Sávio Couto de Lacerda**

**Certificado: \*\*IBljANBg\*\*\*\*\*vAxhEfr1\*\*15B/J\*\*\*\*\*DAQAB**

**Data: 29/06/2026 10:57:16**



**20261394163NEC/PAG**

## **MATRIZ DE RISCO**

### **1. DIRETRIZES GERAIS**

São conceitos que compõem a Matriz de Riscos:

**RISCO:** é a situação que gera a possibilidade de ocorrência de determinado evento desfavorável, imprevisto ou de difícil previsão, com capacidade de onerar demasiadamente os encargos contratuais de uma ou ambas as partes da relação jurídica;

**DEFINIÇÃO:** é a especificação detalhada dos possíveis riscos associados ao evento que pode ou não ocorrer durante a execução do contrato;

**ALOCAÇÃO:** é a identificação da responsabilidade sobre os riscos decorrentes do evento desfavorável, considerando a capacidade de as partes para melhor realizar a avaliação, o controle e o gerenciamento do risco, com melhor acesso a instrumentos de cobertura;

Os riscos podem ser alocados para o setor: (i) Contratante (Administração Pública); (ii) Contratada (empresa licitante vencedora) ou (iii) Compartilhado (ambas as partes).

### **2. CLASSIFICAÇÃO GERAL DOS FATORES DE RISCO**

#### **3.1. Riscos econômico-financeiros:**

- São os eventos relacionados à capacidade financeira da contratada de suportar os encargos previstos no contrato, abrangendo oscilações de demanda, inadimplemento de obrigações trabalhistas e tributárias, alterações na carga tributária incidente, variações econômicas inesperadas e alterações unilaterais impostas pela Administração.

### **3.2. Riscos Técnicos e Operacionais:**

- São aqueles decorrentes de falhas ou limitações técnicas, humanas ou logísticas que afetam a execução dos serviços de coleta de resíduos sólidos urbanos e limpeza urbana. Incluem interrupções de funcionamento de equipamentos e sistemas, desvios operacionais, danos a terceiros, acidentes de trabalho, incidentes com veículos, interferências externas (eventos climáticos, trânsito urbano) e vulnerabilidades operacionais de rotina.

### **3.3. Riscos Jurídicos:**

- São riscos advindos de fatores externos de natureza jurídica que impactam direta ou indiretamente a execução do contrato, incluindo decisões judiciais, ordens administrativas, força maior, pandemias e atos unilaterais da Administração.

### **3.4. Riscos Ambientais:**

- São riscos relacionados a danos ambientais que possam ser causados pela execução inadequada dos serviços contratados.

## **3. ALOCAÇÃO DE RISCOS**

A alocação dos riscos representa, por sua vez, a repartição objetiva desses riscos entre as partes sendo certo que, quando feita de forma clara e eficiente, tem o condão de diminuir as incertezas quanto ao futuro, proporcionando maior segurança jurídica.

Uma vez identificados os riscos, eles são distribuídos de acordo com o princípio básico de alocação, cujo risco deve ficar a cargo da parte que melhor possui condições de administrá-lo, gerenciá-lo e suportá-lo.

- Riscos de responsabilidade do contratante (Administração Pública);
- Riscos de responsabilidade da contratada (empresa prestadora de serviços).

## **4. MECANISMOS DE MITIGAÇÃO DE RISCOS**



A mitigação de riscos envolve ações para reduzir a probabilidade de que o risco ocorra ou diminuir seu impacto caso aconteça.

Nesse sentido, além do mapeamento e alocação dos riscos, também estão previstas as ações (não exaustivas) para prevenir e reduzir os efeitos destes riscos.

## 5. MATRIZ DE RISCOS CONSOLIDADA

Na matriz de risco que segue estão descritos os principais riscos envolvidos na prestação do serviço público de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e sua alocação, de forma clara e direta.

Realizou-se o mapeamento de riscos com o intuito de abarcar o maior número de situações, entretanto, é natural que nem todos os riscos oriundos da prestação de serviços tenham sido mapeados e estejam descritos na matriz de risco, motivo pelo qual os riscos aqui apontados não são exaustivos.

### 6.1. Riscos Econômico-Financeiros

Nº	FATOR DE RISCO	ALOCÇÃO	MECANISMOS DE MITIGAÇÃO DO RISCO
01	Incapacidade financeira da contratada para arcar com custos operacionais, especialmente folha de pagamento, encargos trabalhistas e substituições de pessoal.	Contratada	Exigência de qualificação econômico-financeira; análise de balanço patrimonial; fiscalização da execução contratual; vinculação de pagamentos à regularidade fiscal e trabalhista.
02	Inadimplência no pagamento de salários e encargos trabalhistas, com risco de paralisação dos serviços.	Contratada	Condicionamento dos pagamentos à comprovação de quitação das obrigações trabalhistas; retenção de valores quando cabível; fiscalização administrativa contínua.
03	Subdimensionamento de custos pela contratada na proposta (especialmente mão de obra, encargos, benefícios e reserva técnica).	Contratada	Análise da exequibilidade da proposta; exigência de planilha de custos detalhada; diligências durante a fase de julgamento.
04	Aumento de custos decorrente de dissídios coletivos, reajustes salariais ou convenções coletivas.	Contratante	Possibilidade de repactuação contratual, nos termos da legislação, desde que comprovada a variação efetiva dos custos.
05	Acréscimos ou supressões contratuais decorrentes de alteração na demanda de postos de trabalho.	Contratante	Limitação legal de até 25% do valor inicial atualizado do contrato; formalização por termo aditivo.
06	Atraso nos pagamentos por parte da Administração.	Contratante	Previsão de atualização monetária; organização do fluxo financeiro; priorização de contratos essenciais.

<b>07</b>	Alteração de tributos ou encargos legais que impactem diretamente o custo da prestação dos serviços.	Contratante	Possibilidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando cabível.
<b>08</b>	Custos adicionais decorrentes de necessidade de substituição frequente de profissionais (absenteísmo elevado).	Contratada	Previsão de reserva técnica; exigência de gestão eficiente de pessoal; aplicação de indicadores de desempenho (IMR)..

## 6.2. Riscos Técnicos e Operacionais

Nº	FATOR DE RISCO	ALOCACÃO	MECANISMOS DE MITIGAÇÃO DO RISCO
<b>01</b>	Ausência de profissionais nos postos de trabalho (faltas, atrasos, abandono ou não reposição imediata).	Contratada	Exigência de cobertura integral das jornadas; substituição imediata; previsão de reserva técnica; aplicação de penalidades e IMR; fiscalização contínua.
<b>02</b>	Falhas na operação das balanças rodoviárias (erros de pesagem, registros incorretos, inconsistência de dados).	Contratada	Treinamento prévio e contínuo; padronização de procedimentos; supervisão técnica; auditoria de registros e relatórios.
<b>03</b>	Indisponibilidade ou inadequação de equipamentos e sistemas utilizados na operação (computadores, interfaces operacionais).	Contratada	Exigência de estrutura mínima adequada; manutenção preventiva; pronta substituição de equipamentos; verificação periódica pela fiscalização.
<b>04</b>	Falhas na comunicação entre equipe operacional e fiscalização (omissão de ocorrências, atrasos na informação).	Contratada	Definição de fluxos formais de comunicação; exigência de relatórios periódicos; acompanhamento direto pela gestão contratual.
<b>05</b>	Rotatividade elevada de profissionais, com perda de qualidade operacional.	Contratada	Exigência de equipe minimamente estável; capacitação contínua
<b>06</b>	Erro ou inconsistência no controle de entrada e saída de resíduos, afetando a rastreabilidade e medição contratual.	Contratada	Procedimentos padronizados de registro; conferência cruzada de dados; auditorias periódicas; responsabilização contratual.
<b>07</b>	Comprometimento da operação com impacto no sistema de gestão de resíduos, podendo gerar acúmulo de resíduos nas vias públicas e riscos à saúde pública.	Contratada	Garantia de continuidade dos serviços; exigência de cobertura total dos postos; fiscalização intensiva; aplicação de sanções em caso de falhas.

## 6.3. Riscos Jurídicos

Nº	FATOR DE RISCO	ALOCACÃO	MECANISMOS DE MITIGAÇÃO DO RISCO
<b>01</b>	Reconhecimento de vínculo trabalhista direto entre os profissionais alocados e a Administração (responsabilidade subsidiária ou solidária).	Contratada	Estruturação contratual adequada; ausência de subordinação direta; fiscalização do contrato sem ingerência na gestão de pessoal; exigência de cumprimento integral das obrigações trabalhistas pela contratada.
<b>02</b>	Ações trabalhistas decorrentes de inadimplemento de salários, encargos ou benefícios.	Contratada	Condicionamento dos pagamentos à comprovação de regularidade; retenção de valores quando cabível;

			acompanhamento periódico da situação trabalhista; previsão de garantias contratuais.
03	Irregularidades fiscais ou previdenciárias da contratada durante a execução contratual.	Contratada	Fiscalização contínua; exigência de certidões atualizadas; suspensão de pagamentos em caso de irregularidade.
04	Descumprimento contratual (inexecução, falhas na prestação dos serviços, ausência de postos de trabalho).	Contratada	Aplicação de penalidades administrativas; previsão de IMR; possibilidade de rescisão contratual; execução de garantias.
05	Judicialização do contrato por parte da contratada (pleitos de reequilíbrio indevidos, questionamentos de cláusulas).	Contratante	Clareza e objetividade nas cláusulas contratuais; adequada instrução do processo; observância das normas legais; registro documental das decisões administrativas.
06	Imposição de sanções por órgãos de controle em razão de falhas na contratação ou fiscalização.	Contratante	Elaboração adequada do ETP/TR; justificativas técnicas robustas; fiscalização efetiva; observância da legislação aplicável.
07	Caracterização indevida de terceirização irregular ou desvio de função.	Contratante	Definição clara do objeto como prestação de serviços; delimitação das atividades; vedação de subordinação direta; acompanhamento da execução contratual.
08	Apresentação de atestados de capacidade técnica inidôneos ou inconsistentes.	Contratada	Diligência na fase de habilitação; verificação de autenticidade; possibilidade de solicitação de documentos complementares.
09	Rescisão contratual com impactos na continuidade dos serviços essenciais.	Contratante	Previsão de mecanismos de transição; contratação emergencial quando necessário; planejamento prévio de nova contratação.

#### 6.4. Riscos Ambientais

Nº	FATOR DE RISCO	ALOCÇÃO	MECANISMOS DE MITIGAÇÃO DO RISCO
01	Comprometimento do controle de entrada de resíduos, prejudicando a rastreabilidade e a destinação ambientalmente adequada.	Contratada	Padronização dos procedimentos de pesagem e registro; treinamento contínuo; auditoria periódica dos dados; fiscalização pela Administração.
02	Falhas na geração de dados, comprometendo o atendimento a órgãos de controle	Contratada	Padronização de relatórios; validação periódica das informações; exigência de consistência e rastreabilidade dos dados.

Uberlândia, 04 de maio de 2026.

**Nome Arquivo: 4 MATRIZ\_DE\_ALOCACAO\_DE\_RISCOS.pdf**

**Documento assinado de forma digital por CHRISTYAN PAIVA FARIAS 11208067630**

**Certificado: \*\*95348087\*\*\*\*\*8e01fd0b\*\*7fd07\*\*\*\*\*f53df**

**Data Validade: 30/03/2027**

**Data: 08/05/2026 10:40:40**



**ASSINATURA DIGITAL**

**6e3729ad04ff7df153bf9246bbd2df1c**

Classificar de acordo com o NRR sendo o primeiro o mais crítico. Ordenar o NRR (coluna J) do maior para o menor.	Selecionar a etapa do processo de contratação em que o evento de risco pode ocorrer?					Na planilha "Escalas P x I" estão descritas as categorias dos riscos				Considera			A classificação do NRR	A planilha "Escalas P x I" está respondendo ao evento do risco
										Na planilha "Escalas P x I" estão descritas as categorias dos riscos	Impacto	Nível de Risco residual-NRR		
Ordem de criticidade	Etapa da Contratação	Processo	EVENTO	Causas	Consequências	Categoria do Risco	Controles Preventivos Existentes	Controles Contingenciais Existentes	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco residual-NRR	Classificação NRR		
Médio	SELEÇÃO DO FORNECEDOR	Análise dos documentos de habilitação	Incapacidade financeira da contratada para arcar com custos operacionais, especialmente folha de pagamento, encargos trabalhistas e substituições de pessoal	Planejamento financeiro inadequado; baixa capacidade econômica; desequilíbrio financeiro da contratada.	Paralisação parcial dos serviços; inadimplemento trabalhista; prejuízo operacional.	Financeiro/Orçamentário	Exigência de qualificação econômico-financeira; análise de balanço patrimonial; análise de exequibilidade.	Retenção de pagamentos; execução de garantias; aplicação de penalidades	2	8	16	Médio	ACEITAR	
Médio	GESTÃO CONTRATUAL	Execução e fiscalização dos serviços	Inadimplência no pagamento de salários e encargos trabalhistas, com risco de paralisação dos serviços	Má gestão financeira; insuficiência de fluxo de caixa	Greves; ações trabalhistas; interrupção dos serviços	Financeiro/Orçamentário	Fiscalização trabalhista contínua; exigência de comprovantes de pagamento	Retenção cautelar de valores; comunicação aos órgãos competentes	2	8	16	Médio	ACEITAR	
Médio	SELEÇÃO DO FORNECEDOR	Análise e julgamento das propostas	Subdimensionamento de custos pela contratada na proposta (especialmente mão de obra, encargos, benefícios e reserva técnica).	Erro na composição de custos; proposta inexequível	Desequilíbrio contratual; baixa qualidade operacional	Financeiro/Orçamentário	Análise de planilhas de custos; diligências técnicas	Revisão contratual e aplicação de penalidades	5	5	25	Médio	ACEITAR	
Médio	GESTÃO CONTRATUAL	Execução e fiscalização dos serviços	Aumento de custos decorrente de dissídios coletivos, reajustes salariais ou convenções coletivas.	Alterações em convenções coletivas	Aumento dos custos de execução	Financeiro/Orçamentário	Previsão de repactuação contratual	Reequilíbrio econômico-financeiro	5	5	25	Médio	ACEITAR	
Baixo	GESTÃO CONTRATUAL	Execução e fiscalização dos serviços	Acréscimos ou supressões contratuais decorrentes de alteração na demanda de postos de trabalho.	Mudança operacional ou administrativa	Necessidade de readequação contratual	Financeiro/Orçamentário	Planejamento operacional; monitoramento da demanda	Formalização de aditivos contratuais	1	8	8	Baixo	ACEITAR	
Médio	GESTÃO CONTRATUAL	Análise de viabilidade orçamentária da licitação	Atraso nos pagamentos por parte da Administração.	Contingenciamento financeiro; falhas administrativas	Desequilíbrio financeiro da contratadaDesequilíbrio financeiro da contratada	Financeiro/Orçamentário	Organização do fluxo financeiro, previsão no Plano de Contratações Anual de 2027 do serviço	Atualização monetária e priorização de pagamentos	2	5	10	Médio	ACEITAR	
Médio	GESTÃO CONTRATUAL	Execução e fiscalização dos serviços	Alteração de tributos ou encargos legais que impactem diretamente o custo da prestação dos serviços.	Mudança legislativa ou tributária	Aumento dos custos operacionais	Financeiro/Orçamentário	Monitoramento legislativo e contratual	Reequilíbrio econômico-financeiro	2	5	10	Médio	ACEITAR	
Médio	GESTÃO CONTRATUAL	Execução e fiscalização dos serviços	Custos adicionais decorrentes de necessidade de substituição frequente de profissionais (absenteísmo elevado).	Alta rotatividade; afastamentos; baixa retenção de pessoal	Aumento de custos operacionais; queda de produtividade	Financeiro/Orçamentário	Previsão de reserva técnica para melhoria na gestão contratual; gestão eficiente de pessoal	Reposição emergencial de profissionais	5	5	25	Médio	ACEITAR	
Médio	GESTÃO CONTRATUAL	Execução e fiscalização dos serviços	Ausência de profissionais nos postos de trabalho (faltas, atrasos, abandono ou não reposição imediata).	Faltas; atrasos; abandono de função	Comprometimento da operação das balanças	Operacional	Cobertura integral de escalas; previsão de reserva técnica; previsão como condição para assinatura do contrato da relação de funcionários e seu vínculo com a licitante	Substituição imediata e aplicação de penalidades	2	8	16	Médio	MITIGAR	
Médio	GESTÃO CONTRATUAL	Execução e fiscalização dos serviços	Falhas na operação das balanças rodoviárias (erros de pesagem, registros incorretos, inconsistência de dados).	Falta de treinamento; erro operacional	Erros de medição; inconsistência contratual	Operacional	Treinamento contínuo; padronização operacional	Auditoria de registros e reproprocessamento das informações	2	8	16	Médio	ACEITAR	
Médio	GESTÃO CONTRATUAL	Execução e fiscalização dos serviços	Indisponibilidade ou inadequação de equipamentos e sistemas utilizados na operação (computadores, interfaces operacionais).	Falhas em computadores e sistemas	Paralisação parcial das atividades	Operacional	Manutenção preventiva; verificação periódica	Substituição imediata de equipamentos	5	5	25	Médio	MITIGAR	
Baixo	GESTÃO CONTRATUAL	Execução e fiscalização dos serviços	Falhas na comunicação entre equipe operacional e fiscalização (omissão de ocorrências, atrasos na informação).	Omissão de informações; falhas de comunicação	Decisões operacionais inadequadas	Operacional	Fluxos formais de comunicação; relatórios periódicos	Comunicação emergencial e reforço da supervisão	1	5	5	Baixo	MITIGAR	
Médio	GESTÃO CONTRATUAL	Execução e fiscalização dos serviços	Rotatividade elevada de profissionais, com perda de qualidade operacional.	Baixa retenção de mão de obra	Redução da eficiência operacional	Operacional	Capacitação contínua; exigência de equipe estável	Reforço de treinamento e substituições	2	8	16	Médio	ACEITAR	
Médio	GESTÃO CONTRATUAL	Execução e fiscalização dos serviços	Erro ou inconsistência no controle de entrada e saída de resíduos, afetando a rastreabilidade e medição contratual.	Falhas de registro; ausência de conferência	Perda de rastreabilidade; erros de medição	Operacional	Conferência cruzada; auditorias periódicas	Revisão dos registros e auditoria extraordinária	2	8	16	Médio	MITIGAR	
Médio	GESTÃO CONTRATUAL	Execução e fiscalização dos serviços	Comprometimento da operação com impacto no sistema de gestão de resíduos, podendo gerar acúmulo de resíduos nas vias públicas e riscos à saúde pública.	Paralisações; falhas operacionais	Acúmulo de resíduos; riscos à saúde pública	Operacional	Fiscalização intensiva; cobertura total dos postos	Utilização do substituto imediato	2	8	16	Médio	MITIGAR	

Médio	GESTÃO CONTRATUAL	Execução e fiscalização dos serviços	Reconhecimento de vínculo trabalhista direto entre os profissionais alocados e a Administração (responsabilidade subsidiária ou solidária).	Subordinação direta indevida	Responsabilização subsidiária do ente público	Integridade	Delimitação contratual clara; vedação de subordinação	Revisão das rotinas de fiscalização	2	8	16	Médio	ACEITAR
Médio	GESTÃO CONTRATUAL	Execução e fiscalização dos serviços	Ações trabalhistas decorrentes de inadimplemento de salários, encargos ou benefícios.	Descumprimento de obrigações trabalhistas	Condenações judiciais e passivos	Integridade	Fiscalização trabalhista periódica	Retenção de pagamentos e execução de garantias	5	5	25	Médio	ACEITAR
Médio	GESTÃO CONTRATUAL	Execução e fiscalização dos serviços	Irregularidades fiscais ou previdenciárias da contratada durante a execução contratual.	Descumprimento fiscal/previdenciário	Suspensão contratual; sanções administrativas	Integridade	Exigência de certidões atualizadas	Suspensão de pagamentos e notificações	5	5	25	Médio	ACEITAR
Médio	GESTÃO CONTRATUAL	Execução e fiscalização dos serviços	Descumprimento contratual (inexecução, falhas na prestação dos serviços, ausência de postos de trabalho).	Má execução contratual	Paralisação ou deficiência dos serviços	Operacional	IMR; aplicação de sanções	Rescisão contratual e contratação emergencial	5	5	25	Médio	ACEITAR
Médio	GESTÃO CONTRATUAL	Execução e fiscalização dos serviços	Judicialização do contrato por parte da contratada (pletos de reequilíbrio indevidos, questionamentos de cláusulas).	Questionamentos administrativos e financeiros	Atrasos e insegurança jurídica	Integridade	Clareza contratual; adequada instrução processual	Atuação da Procuradoria e defesa técnica	2	5	10	Médio	ACEITAR
Médio	PLANEJAMENTO	Elaboração dos documentos da Etapa de Planejamento da Contratação	Imposição de sanções por órgãos de controle em razão de falhas na contratação ou fiscalização.	Falhas no planejamento ou fiscalização	Penalidades administrativas ao órgão	Integridade	ETP/TR robustos; fiscalização adequada	Adequação imediata dos procedimentos	2	8	16	Médio	MITIGAR
Médio	GESTÃO CONTRATUAL	Execução e fiscalização dos serviços	Caracterização indevida de terceirização irregular ou desvio de função.	Atuação inadequada da fiscalização	Responsabilização trabalhista e da equipe de gestão	Integridade	Vedação da subcontratação	Readequação operacional imediata	2	8	16	Médio	MITIGAR
Médio	SELEÇÃO DO FORNECEDOR	Condução do processo licitatório	Apresentação de atestados de capacidade técnica inidôneos ou inconsistentes.	Fraude documental	Habilitação indevida de licitante	Integridade	Diligências e verificação de autenticidade	Inabilitação e comunicação aos órgãos competentes	2	8	16	Médio	ACEITAR
Médio	GESTÃO CONTRATUAL	Execução e fiscalização dos serviços	Rescisão contratual com impactos na continuidade dos serviços essenciais.	Inexecução contratual grave	Paralisação dos serviços essenciais	Operacional	Planejamento de transição contratual	Contratação emergencial	2	8	16	Médio	ACEITAR
Médio	GESTÃO CONTRATUAL	Execução e fiscalização dos serviços	Comprometimento do controle de entrada de resíduos, prejudicando a rastreabilidade e a destinação ambientalmente adequada.	Falhas de pesagem e registro	Perda de controle contratual e operacional	Operacional	Padronização de procedimentos; auditorias	Revisão dos registros e fiscalização intensiva	2	8	16	Médio	ACEITAR
Médio	GESTÃO CONTRATUAL	Execução e fiscalização dos serviços	Falhas na geração de dados, comprometendo o atendimento a órgãos de controle	Falhas na operação dos serviços; ausência de devida fiscalização.	Possibilidade de penalização da equipe de gestão ambiental	Operacional	Padronização de relatórios; validação periódica	Revisão dos dados e reapresentação de informações	5	5	25	Médio	MITIGAR



Documento assinado digitalmente  
**CHRISTYAN PAIVA FARIAS**  
Data: 07/05/2026 17:17:47-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



Documento assinado digitalmente  
**MARIA DO ROSARIO DOS REIS**  
Data: 08/05/2026 09:48:26-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



Documento assinado digitalmente  
**ARTHUR ROSA PUBLIO**  
Data: 08/05/2026 10:17:20-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Nome Arquivo: 5 Matriz\_de\_risco.pdf**

**Documento assinado de forma digital por CHRISTYAN PAIVA FARIAS 11208067630**

**Certificado: \*\*95348087\*\*\*\*\*8e01fd0b\*\*7fd07\*\*\*\*\*f53df**

**Data Validade: 30/03/2027**

**Data: 08/05/2026 10:40:55**



**ASSINATURA DIGITAL**

**807736d6f5062fd5f7e67f77fc9c9681**

**Nome Arquivo: 3.1 Anexo III TR. Matriz de riscos.pdf**

**Documento assinado de forma digital por MARIA DO ROSARIO DOS REIS**

**Certificado: \*\*IBljANBg\*\*\*\*\*ywMH9ObL\*\*LKlYr\*\*\*\*\*DAQAB**

**Data: 29/06/2026 09:47:59**

**Documento assinado de forma digital por Rodrigo Sávio Couto de Lacerda**

**Certificado: \*\*IBljANBg\*\*\*\*\*vAxhEfr1\*\*15B/J\*\*\*\*\*DAQAB**

**Data: 29/06/2026 10:57:16**



**20261394163NEC/PAG**



## ANEXO 03

## RELATÓRIO DE PESQUISA DE PREÇOS 2804 e 2805/2026

O presente relatório é resultado da pesquisa de preços a seguir discriminada, em cumprimento ao determinado na Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 20.154/2023, e em conformidade com a Instrução Normativa nº 65/2021 SEGES– ME.

**1 - OBJETO:** Contratação de Mão de Obra para Operação das Balanças Rodoviárias do Sistema de Gestão de Resíduos Sólidos de Uberlândia, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas no termo de referência.

**2 - PERÍODO DE REALIZAÇÃO:** Data da consolidação do orçamento 14/05/2025 conforme PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DIRETORIA DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE- GERÊNCIA DE RESÍDUOS SÓLIDOS, no mapa 03/06/2026.

**3 - METODOLOGIA APLICADA:** o valor de referência foi aferido por meio de: ☐ Média ☐ Mediana ☐ Menor Preço ☒ Outra: Preço estimado com base na planilha orçamentária e outras, apresentado pela Diretoria de Meio Ambiente e Sustentabilidade- Gerência Ambiental. O método acima foi escolhido pois está em conformidade com a análise feita no mapa de contratações públicas.

## 4 - ANÁLISE DA PESQUISA:

1	2804	1009125	SERVICO OPERACAO SISTEMA/ EQUIPOS/MAQUINAS - Prestação de Serviços de Operação Sistema/ Equipamentos/Máquinas Serviços de mão de obra para operação das balanças rodoviárias dos sistemas de gestão de resíduos sólidos, sendo: 1- Aterro Sanitário Municipal: Serão necessários 4 (quatro) balanceiros, organizados em regime de revezamento, de modo a garantir operação contínua (24 horas), conforme escala abaixo: - 2 (dois) profissionais atuando às segundas, quartas e sextas-feiras, nos seguintes turnos: das 06h30 às 18h30, da 18h30 às 06h30 - 2 (dois) profissionais atuando às terças, quintas e sábados, nos seguintes turnos: das 06h30 às 18h30; das 18h30 às 06h30 2- Galpões de Triagem Públicos: Serão necessários 3 (três) balanceiros, sendo 1 (um) profissional por unidade, para operação das balanças instaladas nos galpões, com jornada de trabalho das 08h00 às 17h00.	<b>R\$ 263.712,86</b>  (duzentos e sessenta e três mil setecentos e doze reais e oitenta e seis centavos)
2		1008636	LOCACAO DE COMPUTADORES/PERIFERICOS - Prestação de Serviços de Locação de Computadores/Periféricos. Fornecimento de computadores, impressoras, nobreaks, conexão à internet e todos os materiais necessários para a impressão de tickets de pesagem em duas vias nas balanças localizadas nos 3 Galpões de Triagem Públicos: 1- Galpão de Triagem Daniel Fonseca. Endereço: Rua Monlevade, 1215. Daniel Fonseca 2- Galpão de Triagem Santa Luzia. Endereço: Av. Joaquim	<b>R\$ 9.655,74</b>  (nove mil seiscentos e cinquenta e cinco reais e

			Ribeiro, 477, esquina com rua Jaime Ribeiro. B. Santa Luzia 3- Galpão de Triagem Jardim Brasília. Endereço: Rua Maria Abadia, 177 B. Jardim Brasília.	setenta e quatro centavos)
1	2805	1009125	SERVICO OPERACAO SISTEMA/ EQUIPOS/MAQUINAS - Prestaçãode Serviços de Operação Sistema/ Equipamentos/Máquinas Serviços de mãode obra para operação das balanças rodoviárias dos sistemas de gestão deresíduos sólidos, sendo: 1- Aterro Sanitário Municipal: Serão necessários 4 (quatro) balanceiros, organizados em regime de revezamento, de modo agarrantir operação contínua (24 horas), conforme escala abaixo: - 2 (dois) profissionais atuando às segundas, quartas e sextas-feiras, nos seguintes turnos: das 06h30 às 18h30, da 18h30 às 06h30 - 2 (dois) profissionais atuando às terças, quintas e sábados, nos seguintes turnos: das 06h30 às 18h30; das 18h30 às 06h30 2- Galpões de Triagem Públicos: Serão necessários 3 (três) balanceiros, sendo 1 (um) profissional por unidade, para operação das balanças instaladas nos galpões, com jornada de trabalho das 08h00 às 17h00.	<b>R\$ 263.712,86</b>  (duzentos e sessenta e três mil setecentos e doze reais e oitenta e seis centavos)
2		1008636	LOCACAO DE COMPUTADORES/PERIFERICOS - Prestação de Serviços de Locação de Computadores/Periféricos. Fornecimento de computadores, impressoras, nobreaks, conexão à internet e todos os materiais necessários para a impressão de tickets de pesagem em duas vias nas balanças localizadas nos 3 Galpões de Triagem Públicos: 1- Galpão de Triagem Daniel Fonseca. Endereço: Rua Monlevade, 1215. Daniel Fonseca2- Galpão de Triagem Santa Luzia. Endereço: Av. Joaquim Ribeiro, 477, esquina com rua Jaime Ribeiro. B. Santa Luzia 3- Galpão de Triagem Jardim Brasília. Endereço: Rua Maria Abadia, 177 B. Jardim Brasília.	<b>R\$ 9.655,74</b>  (nove mil seiscentos e cinquenta e cinco reais e setenta e quatro centavos)

ANEXOS: A documentação comprobatória que compõe a pesquisa de preços segue anexa a este relatório.

**Nome Arquivo: 4. Relatorio de Pesquisa de Preços.pdf**

**Documento assinado de forma digital por MARIA DO ROSARIO DOS REIS**

**Certificado: \*\*IBljANBg\*\*\*\*\*ywMH9ObL\*\*LKlYr\*\*\*\*\*DAQAB**

**Data: 29/06/2026 09:47:59**

**Documento assinado de forma digital por Rodrigo Sávio Couto de Lacerda**

**Certificado: \*\*IBljANBg\*\*\*\*\*vAxhEfr1\*\*15B/J\*\*\*\*\*DAQAB**

**Data: 29/06/2026 10:57:16**



**20261394163NEC/PAG**

# SERVIÇO (MÃO DE OBRA) - CONTROLE DE BALANÇAS

## (Aterro Sanitário Municipal + Galpões Públicos)

**Objeto:**

Contratação de serviços empresa para fornecimento de mão de obra terceirizada, de natureza contínua, a serem executados com dedicação exclusiva de mão de obra, regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) para as condições e quantidades estabelecidas no Termo de Referência, a serem utilizadas no controle e operação das balanças rodoviárias do sistema de gestão de resíduos sólidos do DMAE em Uberlândia.

**Contem:**

- PLANILHA ORÇAMENTÁRIA (ESTIMATIVA)
- PLANILHA COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS
- CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO
- COMPOSIÇÃO DO BDI (Taxa BDI) - Serviços e Materiais
- CONVENÇÃO COLETIVA DO TRABALHO (CCT) ADOTADA



SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA - CONTROLE DAS BALANÇAS

**PLANILHA ORÇAMENTÁRIA**

DIRETORIA DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE- GERÊNCIA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

DATA DA CONSOLIDAÇÃO DO ORÇAMENTO: 14/05/2026

1. POSTO DE TRABALHO - SERVIÇO DE CONTROLE DE BALANÇAS										
ITEM	DESCRIÇÃO DO POSTO DE SERVIÇO	LOCAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	JORNADA DE TRABALHO	UNID.	QUANTIDADE	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL (12 meses)	BDI (%)	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL (12 meses)

**Postos Galpões Públicos**

1.1	Controlador e Operador Balanças (Balanceiro)	Galpão de Triagem Daniel Fonseca. Endereço: Rua Montevade, 1215. Daniel Fonseca	44 horas semanais	Mês	1	R\$ 4.759,03	R\$ 57.108,36	24,42%	R\$ 5.921,24	R\$ 71.054,88
1.2	Controlador e Operador Balanças (Balanceiro)	Galpão de Triagem Santa Luzia. Endereço: Av. Joaquim Ribeiro, 477, esquina com rua Jaime Ribeiro. B. Santa Luzia	44 horas semanais	Mês	1	R\$ 4.759,03	R\$ 57.108,36	24,42%	R\$ 5.921,24	R\$ 71.054,88
1.3	Controlador e Operador Balanças (Balanceiro)	Galpão de Triagem Jardim Brasília. Endereço: Rua Maria Abadia,177 B. Jardim Brasília.	44 horas semanais	Mês	1	R\$ 4.759,03	R\$ 57.108,36	24,42%	R\$ 5.921,24	R\$ 71.054,88
SUBTOTAL ITENS 1.1 + 1.2 + 1.3 (Galpões Públicos)						R\$ 14.277,09	R\$ 171.325,08	24,42%	R\$ 17.763,72	R\$ 213.164,64
RESERVA TÉCNICA (Conforme Orientação TCE/MG e Acórdãos TCU)- 2,5%					3	R\$ 356,92	R\$ 4.283,12	24,42%	R\$ 444,09	R\$ 5.329,11
TOTAL ITENS 1.1 + 1.2 + 1.3 (Galpões Públicos)						R\$ 14.634,01	R\$ 175.608,20	24,42%	R\$ 18.207,81	R\$ 218.493,75

**Postos Aterro Municipal - Diurno**

1.4	Controlador e Operador Balanças (Balanceiro)	Aterro Sanitário Municipal	12 x 36 horas	Mês	2	R\$ 4.679,23	R\$ 112.301,52	24,42%	R\$ 5.821,94	R\$ 139.726,56
RESERVA TÉCNICA (Conforme Orientação TCE/MG e Acórdãos TCU)- 2,5%					2	R\$ 116,98	R\$ 2.807,53	24,42%	R\$ 145,54	R\$ 3.493,16
TOTAL ITEM 1.4						R\$ 4.796,21	R\$ 115.109,05	24,42%	R\$ 5.967,48	R\$ 143.219,72

**Postos Aterro Municipal - Noturno**

1.5	Controlador e Operador Balanças (Balanceiro)	Aterro Sanitário Municipal	12 x 36 horas	Mês	2	R\$ 5.414,09	R\$ 129.938,16	24,42%	R\$ 6.736,27	R\$ 161.670,48
RESERVA TÉCNICA (Conforme Orientação TCE/MG e Acórdãos TCU)- 2,5%					2	R\$ 135,35	R\$ 3.248,45	24,42%	R\$ 168,40	R\$ 4.041,76
TOTAL ITEM 1.3						R\$ 5.549,44	R\$ 133.186,61	24,42%	R\$ 6.904,67	R\$ 165.712,24

TOTAL CUSTO GRUPO 1 (SEM BDI)		R\$	423.903,86
BDI		R\$	103.521,85
TOTAL PREÇO GRUPO 1 (COM BDI)		R\$	527.425,71

**2. EQUIPAMENTOS(estimativa mensal e anual)**

ITEM	DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA MENSAL	QUANTIDADE ESTIMADA (12 meses)	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL (12 meses)	BDI (%)	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL (12 meses)
2.1	ALUGUEL COMPUTADOR /IMPRESSORA (EMBASA- F030011001)	Mês	3	36	R\$ 220,24	R\$ 7.928,64	19,73%	R\$ 263,69	R\$ 9.492,84
2.2	CARTUCHO PARA IMPRESSORA - PRETO (EMBASA- F030011001)	UN	3	36	R\$ 80,41	R\$ 2.894,76	19,73%	R\$ 96,27	R\$ 3.465,72
2.3	PAPEL SULFITE ALCALINO A4)- (EMBASA- D229722480)	FI	750	9.000	R\$ 0,03	R\$ 270,00	19,73%	R\$ 0,03	R\$ 270,00
2.4	PLANO DE TELEFONIA/INTERNET (AGETOP- 1318)	Mês	3	36	R\$ 141,13	R\$ 5.080,68	19,73%	R\$ 168,97	R\$ 6.082,92
TOTAL CUSTO GRUPO 2 (SEM BDI)						R\$	16.174,08		
BDI						R\$	3.137,40		
TOTAL PREÇO GRUPO 2 (COM BDI)						R\$	19.311,48		

**TOTAL PREÇO GLOBAL (1 + 2) R\$ 546.737,19**

SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA - CONTROLE DAS BALANÇAS														
CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO														
DIRETORIA DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE- GERÊNCIA DE RESÍDUOS SÓLIDOS														
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	PREÇO TOTAL COM BDI (R\$)	ANO 2025 / 2026											
			MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5	MÊS 6	MÊS 7	MÊS 8	MÊS 9	MÊS 10	MÊS 11	MÊS 12
1. POSTO DE TRABALHO - SERVIÇO DE CONTROLE DE BALANÇAS														
1.1	Controlador e Operador Balanças (Balanceiro)	R\$ 71.054,88	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%
			R\$ 5.921,24	R\$ 5.921,24	R\$ 5.921,24	R\$ 5.921,24	R\$ 5.921,24	R\$ 5.921,24	R\$ 5.921,24	R\$ 5.921,24	R\$ 5.921,24	R\$ 5.921,24	R\$ 5.921,24	R\$ 5.921,24
1.2	Controlador e Operador Balanças (Balanceiro)	R\$ 71.054,88	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%
			R\$ 5.921,24	R\$ 5.921,24	R\$ 5.921,24	R\$ 5.921,24	R\$ 5.921,24	R\$ 5.921,24	R\$ 5.921,24	R\$ 5.921,24	R\$ 5.921,24	R\$ 5.921,24	R\$ 5.921,24	R\$ 5.921,24
1.3	Controlador e Operador Balanças (Balanceiro)	R\$ 71.054,88	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%
			R\$ 5.921,24	R\$ 5.921,24	R\$ 5.921,24	R\$ 5.921,24	R\$ 5.921,24	R\$ 5.921,24	R\$ 5.921,24	R\$ 5.921,24	R\$ 5.921,24	R\$ 5.921,24	R\$ 5.921,24	R\$ 5.921,24
-	RESERVA TÉCNICA (Conforme Edital)	R\$ 5.329,11	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%
			R\$ 444,09	R\$ 444,09	R\$ 444,09	R\$ 444,09	R\$ 444,09	R\$ 444,09	R\$ 444,09	R\$ 444,09	R\$ 444,09	R\$ 444,09	R\$ 444,09	R\$ 444,09
1.4	Controlador e Operador Balanças (Balanceiro)	R\$ 139.726,56	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%
			R\$ 11.643,88	R\$ 11.643,88	R\$ 11.643,88	R\$ 11.643,88	R\$ 11.643,88	R\$ 11.643,88	R\$ 11.643,88	R\$ 11.643,88	R\$ 11.643,88	R\$ 11.643,88	R\$ 11.643,88	R\$ 11.643,88
-	RESERVA TÉCNICA (Conforme Edital)	R\$ 3.493,16	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%
			R\$ 291,09	R\$ 291,09	R\$ 291,09	R\$ 291,09	R\$ 291,09	R\$ 291,09	R\$ 291,09	R\$ 291,09	R\$ 291,09	R\$ 291,09	R\$ 291,09	R\$ 291,12
1.5	Controlador e Operador Balanças (Balanceiro)	R\$ 161.670,48	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%
			R\$ 13.472,54	R\$ 13.472,54	R\$ 13.472,54	R\$ 13.472,54	R\$ 13.472,54	R\$ 13.472,54	R\$ 13.472,54	R\$ 13.472,54	R\$ 13.472,54	R\$ 13.472,54	R\$ 13.472,54	R\$ 13.472,54
-	RESERVA TÉCNICA (Conforme Edital)	R\$ 4.041,76	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%
			R\$ 336,81	R\$ 336,81	R\$ 336,81	R\$ 336,81	R\$ 336,81	R\$ 336,81	R\$ 336,81	R\$ 336,81	R\$ 336,81	R\$ 336,81	R\$ 336,81	R\$ 336,84
2. EQUIPAMENTOS(estimativa mensal e anual)														
2.1	ALUGUEL COMPUTADOR IMPRESSORA (EMBASA-F030011001)	R\$ 9.492,84	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%
			R\$ 791,07	R\$ 791,07	R\$ 791,07	R\$ 791,07	R\$ 791,07	R\$ 791,07	R\$ 791,07	R\$ 791,07	R\$ 791,07	R\$ 791,07	R\$ 791,07	R\$ 791,07
2.2	CARTUCHO PARA IMPRESSORA - PRETO (EMBASA-F030011001)	R\$ 3.465,72	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%
			R\$ 288,81	R\$ 288,81	R\$ 288,81	R\$ 288,81	R\$ 288,81	R\$ 288,81	R\$ 288,81	R\$ 288,81	R\$ 288,81	R\$ 288,81	R\$ 288,81	R\$ 288,81
2.3	PAPEL SULFITE ALCALINO A4) (EMBASA- D229722480)	R\$ 270,00	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%
			R\$ 22,50	R\$ 22,50	R\$ 22,50	R\$ 22,50	R\$ 22,50	R\$ 22,50	R\$ 22,50	R\$ 22,50	R\$ 22,50	R\$ 22,50	R\$ 22,50	R\$ 22,50
2.4	PLANO DE TELEFONIA/INTERNET (AGETOP- 1318)	R\$ 6.082,92	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%
			R\$ 506,91	R\$ 506,91	R\$ 506,91	R\$ 506,91	R\$ 506,91	R\$ 506,91	R\$ 506,91	R\$ 506,91	R\$ 506,91	R\$ 506,91	R\$ 506,91	R\$ 506,91
R\$ 546.737,19														
PERCENTUAL MENSAL:			8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%
VALOR MENSAL:			R\$ 45.561,42	R\$ 45.561,42	R\$ 45.561,42	R\$ 45.561,42	R\$ 45.561,42	R\$ 45.561,42	R\$ 45.561,42	R\$ 45.561,42	R\$ 45.561,42	R\$ 45.561,42	R\$ 45.561,42	R\$ 45.561,48
PERCENTUAL ACUMULADO:			8,33%	16,67%	25,00%	33,33%	41,67%	50,00%	58,33%	66,67%	75,00%	83,33%	91,67%	100,00%
VALOR ACUMULADO:			R\$ 45.561,42	R\$ 91.122,84	R\$ 136.684,26	R\$ 182.245,68	R\$ 227.807,10	R\$ 273.368,52	R\$ 318.929,94	R\$ 364.491,36	R\$ 410.052,78	R\$ 455.614,20	R\$ 501.175,62	R\$ 546.737,10

## PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO N.º \_\_\_\_/202\_

IN 05/2017/SEGES/MPDG - ANEXO VII-D

Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços Disponível em:

<https://www.gov.br/anac/pt-br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/licitacoes-2024/pregao-90003-2024/modelo-de-planilha-de-custos-e-formacao-de-precos/view>

Em conformidade com o Art. 18º, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021 e Lei Municipal nº 8.013 de 24/04/2002

Categoria profissional: Controlador de Acesso ou de Piso

Discriminação dos Serviços		
A	Data de apresentação da proposta	CONF.EDITAL
B	Município	UBERLÂNDIA / MG
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	MG000523/2026
D	Nº de meses de execução contratual	12

Identificação do Serviço		
Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Controlador e Operador Balanças (Balanceiro)-Diurno (44horas sama	Posto	

Dados para composição dos custos referentes à mão-de-obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Serviço de Controle de Balança
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	
3	Salário Nominativo da Categoria Profissional	R\$ 2.294,91
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Controlador de Acesso ou de Piso
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/01/2026

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
	COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	%	VALOR (R\$)
A	Salário Base		2.294,91
B	Adicional Periculosidade		-
C	Adicional Insalubridade		-
D	Adicional Noturno		-
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		-
F	Outros (x...)		-
TOTAL DO MÓDULO 1			2.294,91

MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		%	VALOR (R\$)
A	13 (Décimo-terceiro) salário (Percentual obrigatório conforme Anexo XII - IN 5/17)	8,33%	191,24
B	Férias e Adicional de Férias (Percentual obrigatório conforme Anexo XII - IN 5/17)	11,11%	254,96
TOTAL SUBMÓDULO 2.1		19,44%	446,20

Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições		%	VALOR (R\$)
A	INSS	20,00%	548,22
B	Salário Educação	2,50%	68,52
C	SAT (Seguro Acidente de Trabalho)	3,00%	82,23
D	SESC ou Sesi	1,50%	41,11
E	SENAI - SENAC	1,00%	27,41
F	SEBRAE	0,60%	16,44
G	INCRA	0,20%	5,48
H	FGTS	8,00%	219,28
TOTAL SUBMÓDULO 2.2		36,80%	1.008,69

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários			VALOR (R\$)
A	Transporte (R\$ 5,70 x 2 x 22 - 6% x Sal.Base)	-	113,10
B	Auxílio-Refeição/Alimentação e Cesta Básica	-	616,87
C	Benefício Social Familiar e Benefício Natalidade	-	-
D	Auxílio Saúde / Odontológico	-	46,19
E	Seguro de Vida	-	-
F	Outros (especificar)- Contribuição Assistencial- Patronal	-	12,02
TOTAL SUBMÓDULO 2.3			788,18

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS		
Módulo 2 - Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários		VALOR (R\$)
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	446,20
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições	1.008,69
2.3	Benefícios Mensais e Diários	788,18
TOTAL DO MÓDULO 2		2.243,07

MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO			
	PROVISÃO PARA RESCISÃO	%	VALOR (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	9,56
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,03%	0,76
C	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	44,62
D	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,72%	16,42
E	Multa FGTS (40%) sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado (Alterado conf. Lei nº 13.932/2020)	3,20%	73,43
TOTAL DO MÓDULO 3		6,31%	144,79

MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Submódulo 4.1 - Substituição nas Ausências Legais		%	VALOR (R\$)



A	Substituto na cobertura de Férias	1,62%	37,18
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,28%	6,37
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,02%	0,47
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,33%	7,64
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,07%	1,69
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	0,00%	-
TOTAL SUBMÓDULO 4.1		2,33%	53,35

Submódulo 4.2 - Intra jornada		%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação	0,00%	-
TOTAL SUBMÓDULO 4.2		0,00%	-

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			VALOR (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais		53,35
4.2	Substituto na Intra jornada		-
TOTAL DO MÓDULO 4			53,35

MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS				
5	INSUMOS DIVERSOS (Uniformes e EPI's)	Quant./Ano	Vr. Unit.	VALOR (R\$)
A	Uniforme	1	22,91	22,91
A.1	Camisa de uniforme- por funcionário	3	7,95	-
A.2	Calça jeans- por funcionário	2	7,86	-
A.3	Botina de segurança- por funcionário	2	6,96	-
A.4	Crachá de identificação- por funcionário	1	0,14	-
TOTAL DO MÓDULO 5				22,91

MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO (BDI - SERVIÇO)			
6	CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	%	VALOR (R\$)
A	Custos Indiretos	3,00%	142,77
B	Lucro	6,00%	294,10
C	TRIBUTOS		
C.1	PIS (Lucro Presumido)	1,65%	97,70
C.2	COFINS (Lucro Presumido)	7,60%	450,01
C.3	ISS	3,00%	177,63
TOTAL DO MÓDULO 6		BDI = 24,42%	1.162,21

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		VALOR (R\$)
A	MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	2.294,91
B	MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAS E DIÁRIOS	2.243,07
C	MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO	144,79
D	MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	53,35
E	MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS	22,91
Subtotal (A + B + C + D + E)		4.759,03
F	MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO (BDI - SERVIÇO)	1.162,21
PREÇO TOTAL POR EMPREGADO		R\$ 5.921,24

## Observações:

### 1. Planilha de Composição de Custos e Formação do Preço

A planilha de composição de custos e formação do preço deverá apresentar o detalhamento completo dos custos unitários próprios, incluindo tributos atualizados, despesas com pessoal, combustível, equipamentos, materiais, impostos, encargos, lucro e demais custos ou despesas, diretas e indiretas, conforme disposto na Municipal nº 001/2024, de 24/04/2024, e no art. 10º, inciso VII, da Lei Federal nº 14.333/2021.

O modelo da planilha de composição de custos e formação de preço adotado está disponível no site governamental GOV.BR, no seguinte endereço eletrônico: <https://www.gov.br/pg/pt-br/acao-a-informacao/licitacoes-e-contratos/licitacoes-2024/pregao-2024-modelo-da-planilha-de-custos-e-formacao-de-preco/view>.

A planilha é meramente estimativa, cabendo ao licitante preenchê-la e apresentá-la de acordo com sua realidade, incluindo a aplicação dos percentuais de impostos e tributos previstos em lei e aplicados ao enquadramento tributário da licitante. Os encargos sociais e tributários aplicáveis às empresas optantes pelo Simples Nacional, caso aplicável, também deverão ser devidamente considerados.

### 2. Apresentação dos Preços

Todos os preços unitários deverão ser apresentados em, no máximo, duas casas decimais, cortando as casas decimais excedentes, ignorando o arredondamento. Ou, pode ser feito utilizando a função TRUNC/TRUNCAR no Excel ou similar em outras ferramentas, seguindo as normas e regulamentos aplicáveis ao contrato.

Conforme estabelecido no "Padrão de Cálculo do Tribunal de Contas da União (TCU)", deve-se adotar o truncamento na segunda casa decimal, desconsiderando-se as demais casas a partir da terceira. Essa diretriz aplica-se aos cálculos de: Valores unitários e totais; Quantitativos; Composições de custos e insumos; Planilhas orçamentárias e de composição de custos. Essa disposição está em conformidade com as Orientações para Elaboração de Planilhas Orçamentárias do TCU, em especial o item "2.11.3 Aproximação", disponível em:

[https://portal.tcu.gov.br/data/files/BF/21/7F/EE/965EC710D79E7EB7F18818A8/Orientacoes\\_elaboracao\\_planilhas\\_orcamentarias\\_obras\\_publicas.PDF](https://portal.tcu.gov.br/data/files/BF/21/7F/EE/965EC710D79E7EB7F18818A8/Orientacoes_elaboracao_planilhas_orcamentarias_obras_publicas.PDF).

Dessa forma, os preços, valores e as quantitativos deverão ser apresentados em, no máximo, duas casas decimais, desprezando da terceira casa em diante, antes da operação de multiplicação.

Essa padronização visa garantir **transparência, uniformidade e conformidade** com as normas do TCU, assegurando a **precisão e a lisura** dos processos de contratação. Em caso de discrepância entre o preço unitário e o preço total, prevalecerá o valor do preço unitário, sendo o preço total ajustado em conformidade.

### 3. Encargos Sociais e Trabalhistas

Para composição do valor estimado, adotou-se como critério unitário a tabela de Encargos Sociais no âmbito do governo federal, disponível conforme planilha de composição de custos e formação de preço em: <https://www.gov.br/pg/pt-br/acao-a-informacao/licitacoes-e-contratos/licitacoes-2024/pregao-2024-modelo-da-planilha-de-custos-e-formacao-de-preco/view>.

Deverá também considerar o percentual do item SAT (Seguro de Acidente de Trabalho), conforme o FAP (Fator Acidentário de Prevenção) do enquadramento atual da empresa licitante participante do certame. O DMAE poderá solicitar, a qualquer momento, a apresentação de documentação comprobatória do percentual aplicado.

### 4. Convenção Coletiva de Trabalho (CCT)

A CCT - Convenção Coletiva de Trabalho, adotada para o cálculo dos custos estimados, bem como a definição do salário-base dos profissionais considerados, está especificada no início desta composição de custos e também em anexo. A licitante deverá seguir a CCT da entidade profissional representativa da categoria profissional que abrange o município de Uberlândia/MG, observando os princípios da unicidade sindical e da territorialidade, conforme artigo 8º, inciso IV, da Constituição Federal. A licitante deverá levar em consideração o enquadramento sindical e a base territorial da prestação dos serviços, aplicando-se os instrumentos coletivos vigentes no local de execução dos serviços. A abrangência das convenções coletivas será determinada pela representação das categorias econômicas e profissionais em condições de



local de execução do serviço. A abrangência das convenções coletivas será determinada pela representação das categorias econômica e profissional, em obediência ao princípio da territorialidade.

**5. Cálculo de Hora Extra**

O cálculo do valor da hora-extra deverá incluir o percentual adicional de acréscimo, conforme estipulado na CCT – Convenção Coletiva do Trabalho vigente, se for o caso.

**6. Fidelidade e Transparência**

A licitante deverá observar rigorosamente os critérios acima na confecção de sua proposta de preço e planilha de composição de custos, garantindo o atendimento às normas aplicáveis e a transparência necessária para a competitividade do certame.

## PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO N.º \_\_\_\_/202\_

IN 05/2017/SEGES/MPDG - ANEXO VII-D

Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços Disponível em:

<https://www.gov.br/anac/pt-br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/licitacoes-2024/pregao-90003-2024/modelo-de-planilha-de-custos-e-formacao-de-precos/view>

Em conformidade com o Art. 18º, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021 e Lei Municipal nº 8.013 de 24/04/2002

## Categoria profissional: Controlador de Acesso ou de Piso

Discriminação dos Serviços		
A	Data de apresentação da proposta	CONF.EDITAL
B	Município	UBERLÂNDIA / MG
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	MG000523/2026
D	Nº de meses de execução contratual	12

Identificação do Serviço		
Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Controlador e Operador Balanças (Balanceiro)-Diurno (12x36HS)	Posto	

Dados para composição dos custos referentes à mão-de-obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Serviço de Controle de Balança
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	
3	Salário Nominativo da Categoria Profissional	R\$ 2.294,91
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Controlador de Acesso ou de Piso
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/01/2026

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
1	COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	%	VALOR (R\$)
A	Salário Base		2.294,91
B	Adicional Periculosidade		-
C	Adicional Insalubridade		-
D	Adicional Noturno		-
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		-
F	Outros (x...)		-
TOTAL DO MÓDULO 1			2.294,91

MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENS AIS E DIÁRIOS			
Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		%	VALOR (R\$)
A	13 (Décimo-terceiro) salário (Percentual obrigatório conforme Anexo XII - IN 5/17)	8,33%	191,24
B	Férias e Adicional de Férias (Percentual obrigatório conforme Anexo XII - IN 5/17)	11,11%	254,96
TOTAL SUBMÓDULO 2.1		19,44%	446,20

Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições		%	VALOR (R\$)
A	INSS	20,00%	548,22
B	Salário Educação	2,50%	68,52
C	SAT (Seguro Acidente de Trabalho)	3,00%	82,23
D	SESC ou Sesi	1,50%	41,11
E	SENAI - SENAC	1,00%	27,41
F	SEBRAE	0,60%	16,44
G	INCRA	0,20%	5,48
H	FGTS	8,00%	219,28
TOTAL SUBMÓDULO 2.2		36,80%	1.008,69

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários		VALOR (R\$)	
A	Transporte (R\$ 5,70 x 2 x 15 - 6% x Sal.Base)	-	33,30
B	Auxílio-Refeição/Alimentação e Cesta Básica	-	616,87
C	Benefício Social Familiar e Benefício Natalidade	-	-
D	Auxílio Saúde / Odontológico	-	46,19
E	Seguro de Vida	-	-
F	Outros (especificar)	-	12,02
TOTAL SUBMÓDULO 2.3		708,38	

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENS AIS E DIÁRIOS		
Módulo 2 - Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários		VALOR (R\$)
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	446,20
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições	1.008,69
2.3	Benefícios Mensais e Diários	708,38
TOTAL DO MÓDULO 2		2.163,27

MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	PROVISÃO PARA RESCISÃO	%	VALOR (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	9,56
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,03%	0,76
C	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	44,62
D	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,72%	16,42
E	Multa FGTS (40%) sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado (Alterado conf. Lei nº 13.932/2020)	3,20%	73,43
TOTAL DO MÓDULO 3		6,31%	144,79

MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais		%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	1,62%	37,18

B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,28%	6,37
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,02%	0,47
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,33%	7,64
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,07%	1,69
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	0,00%	-
TOTAL SUBMÓDULO 4.1		2,33%	53,35

Submódulo 4.2 - Intrajornada		%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação	0,00%	-
TOTAL SUBMÓDULO 4.2		0,00%	-

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			VALOR (R\$)
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			
4.1	Substituto nas Ausências Legais		53,35
4.2	Substituto na Intrajornada		-
TOTAL DO MÓDULO 4			53,35

MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS				
5	INSUMOS DIVERSOS (Uniformes e EPI's)	Quant./Ano	Vr. Unit.	VALOR (R\$)
A	Uniforme	1	22,91	22,91
A.1	Camisa de uniforme- por funcionário	3	7,95	-
A.2	Calça jeans- por funcionário	2	7,86	-
A.3	Botina de segurança- por funcionário	2	6,96	-
A.4	Crachá de identificação- por funcionário	1	0,14	-
TOTAL DO MÓDULO 5				22,91

MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO (BDI - SERVIÇO)			
6	CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	%	VALOR (R\$)
A	Custos Indiretos	3,00%	140,37
B	Lucro	6,00%	289,17
C	TRIBUTOS		
C.1	PIS (Lucro Presumido)	1,65%	96,06
C.2	COFINS (Lucro Presumido)	7,60%	442,46
C.3	ISS	3,00%	174,65
TOTAL DO MÓDULO 6		BDI = 24,42%	1.142,71

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO			VALOR (R\$)
Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)			
A	MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		2.294,91
B	MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS		2.163,27
C	MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO		144,79
D	MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		53,35
E	MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS		22,91
Subtotal (A + B + C + D + E)			4.679,23
F	MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO (BDI - SERVIÇO)		1.142,71
PREÇO TOTAL POR EMPREGADO			R\$ 5.821,94

**Observações:****1. Planilha de Composição de Custos e Formação do Preço**

A planilha de composição de custos e formação do preço deverá apresentar o detalhamento completo dos custos unitários próprios, incluindo tributos atualizados, despesas com pessoal, combustível, equipamentos, materiais, impostos, encargos, lucro e demais custos ou despesas, diretas e indiretas, conforme disposto na Municipal nº 001/2024, de 24/04/2024, e no art. 10º, inciso VII, da Lei Federal nº 14.333/2021.

O modelo da planilha de composição de custos e formação de preço adotado está disponível no site governamental GOV.BR, no seguinte endereço eletrônico: <https://www.gov.br/pg/pt-br/acao-a-informacao/licitacoes-e-contratos/licitacoes-2024/pregao-2024-modelo-da-planilha-de-custos-e-formacao-de-preco/view>.

A planilha é meramente estimativa, cabendo ao licitante preenchê-la e apresentá-la de acordo com sua realidade, incluindo a aplicação dos percentuais de impostos e tributos previstos em lei e aplicados ao enquadramento tributário da licitante. Os encargos sociais e tributários aplicáveis às empresas optantes pelo Simples Nacional, caso aplicável, também deverão ser devidamente considerados.

**2. Apresentação dos Preços**

Todos os preços unitários deverão ser apresentados em, **no máximo, duas casas decimais, cortando as casas decimais excedentes**, ignorando o arredondamento. Ou, pode ser feito utilizando a função TRUNC/TRUNCAR no Excel ou similar em outras ferramentas, seguindo as normas e regulamentos aplicáveis ao contrato.

Conforme estabelecido no "Padrão de Cálculo do Tribunal de Contas da União (TCU)", deve-se adotar o truncamento na segunda casa decimal, desconsiderando-se as demais casas a partir da terceira. Essa diretriz aplica-se aos cálculos de: Valores unitários e totais; Quantitativos; Composições de custos e insumos; Planilhas orçamentárias e de composição de custos. Essa disposição está em conformidade com as Orientações para Elaboração de Planilhas Orçamentárias do TCU, em especial o item "2.11.3 Aproximação", disponível em:

[https://portal.tcu.gov.br/data/files/BF/21/7F/EE/965EC710D79E7EB7F18818A8/Orientacoes\\_elaboracao\\_planilhas\\_orcamentarias\\_obras\\_publicas.PDF](https://portal.tcu.gov.br/data/files/BF/21/7F/EE/965EC710D79E7EB7F18818A8/Orientacoes_elaboracao_planilhas_orcamentarias_obras_publicas.PDF).

Dessa forma, os preços, valores e as quantitativos deverão ser apresentados em, no máximo, duas casas decimais, desprezando da terceira casa em diante, antes da operação de multiplicação.

Essa padronização visa garantir **transparência, uniformidade e conformidade** com as normas do TCU, assegurando a **precisão e a lisura** dos processos de contratação. Em caso de discrepância entre o preço unitário e o preço total, prevalecerá o valor do preço unitário, sendo o preço total ajustado em conformidade.

**3. Encargos Sociais e Trabalhistas**

Para composição do valor estimado, adotou-se como critério unitário a tabela de Encargos Sociais no âmbito do governo federal, disponível conforme planilha de composição de custos e formação de preço em: <https://www.gov.br/pg/pt-br/acao-a-informacao/licitacoes-e-contratos/licitacoes-2024/pregao-2024-modelo-da-planilha-de-custos-e-formacao-de-preco/view>.

Deverá também considerar o percentual do item SAT (Seguro de Acidente de Trabalho), conforme o FAP (Fator Acidentário de Prevenção) do enquadramento atual da empresa licitante participante do certame. O DMAE poderá solicitar, a qualquer momento, a apresentação de documentação comprobatória do percentual aplicado.

**4. Convenção Coletiva de Trabalho (CCT)**

A CCT - Convenção Coletiva de Trabalho, adotada para o cálculo dos custos estimados, bem como a definição do salário-base dos profissionais considerados, está especificada no início desta composição de custos e também em anexo. A licitante deverá seguir a CCT da entidade profissional representativa da categoria profissional que abrange o município de Uberlândia/MG, observando os princípios da unicidade sindical e da territorialidade, conforme artigo 8º, inciso IV, da Constituição Federal.

A licitante deverá levar em consideração o enquadramento sindical e a base territorial da prestação dos serviços, aplicando-se os instrumentos coletivos vigentes no local de execução do serviço. A abrangência das convenções coletivas será determinada pela representação das categorias econômica e profissional, em obediência ao princípio da territorialidade.

**5. Cálculo de Hora Extra**

**5. Cálculo de Hora Extra**

O cálculo do valor da hora-extra deverá incluir o percentual adicional de acréscimo, conforme estipulado na CCT – Convenção Coletiva do Trabalho vigente, se for o caso.

**6. Fidelidade e Transparência**

A licitante deverá observar rigorosamente os critérios acima na confecção de sua proposta de preço e planilha de composição de custos, garantindo o atendimento às normas aplicáveis e a transparência necessária para a competitividade do certame.

## PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO N.º \_\_\_\_/202\_

IN 05/2017/SEGES/MPDG - ANEXO VII-D

Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços Disponível em:

<https://www.gov.br/anac/pt-br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/licitacoes-2024/pregao-90003-2024/modelo-de-planilha-de-custos-e-formacao-de-precos/view>

Em conformidade com o Art. 18º, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021 e Lei Municipal nº 8.013 de 24/04/2002

## Categoria profissional: Controlador de Acesso ou de Piso

Discriminação dos Serviços			
A	Data de apresentação da proposta		CONF.EDITAL
B	Município		UBERLÂNDIA / MG
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo		MG000523/2026
D	Nº de meses de execução contratual		12
Identificação do Serviço			
Tipo de Serviço		Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Controlador e Operador Balanças (Balanceiro)-Noturno (12x36HS)		Posto	
Dados para composição dos custos referentes à mão-de-obra			
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)		Serviço de Controle de Balança
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)		
3	Salário Nominativo da Categoria Profissional		R\$ 2.294,91
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)		Controlador de Acesso ou de Piso
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)		01/01/2026
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
1	COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		VALOR (R\$)
A	Salário Base		2.294,91
B	Adicional Periculosidade		-
C	Adicional Insalubridade		-
D	Adicional Noturno		427,17
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		-
F	Outros (x...)		-
TOTAL DO MÓDULO 1			2.722,08
MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias			VALOR (R\$)
A	13 (Décimo-terceiro) salário (Percentual obrigatório conforme Anexo XII - IN 5/17)		226,83
B	Férias e Adicional de Férias (Percentual obrigatório conforme Anexo XII - IN 5/17)		302,42
TOTAL SUBMÓDULO 2.1			529,25
Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições			VALOR (R\$)
A	INSS		650,26
B	Salário Educação		81,28
C	SAT (Seguro Acidente de Trabalho)		97,53
D	SESC ou Sesi		48,76
E	SENAI - SENAC		32,51
F	SEBRAE		19,50
G	INCRA		6,50
H	FGTS		260,10
TOTAL SUBMÓDULO 2.2			1.196,44
Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários			VALOR (R\$)
A	Transporte (R\$ 5,70 x 2 x 15 - 6% x Sal.Base)		33,30
B	Auxílio-Refeição/Alimentação e Cesta Básica		616,87
C	Benefício Social Familiar e Benefício Natalidade		-
D	Auxílio Saúde / Odontológico		46,19
E	Seguro de Vida		-
F	Outros (especificar)		12,02
TOTAL SUBMÓDULO 2.3			708,38
QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
Módulo 2 - Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários			VALOR (R\$)
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias		529,25
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições		1.196,44
2.3	Benefícios Mensais e Diários		708,38
TOTAL DO MÓDULO 2			2.434,07
MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	PROVISÃO PARA RESCISÃO		VALOR (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado		11,34
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado		0,90
C	Aviso Prévio Trabalhado		52,92
D	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado		19,47
E	Multa FGTS (40%) sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado (Alterado conf. Lei nº 13.932/2020)		87,10
TOTAL DO MÓDULO 3			171,73
MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais			VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias		164,10

AUTARQUIA MUNICIPAL - LEI Nº 1.555 DE 23/11/1967 | CNPJ/MF: 25.769.548/0001-21 | AV. RONDON PACHECO, 6400, FONE 3233 4300 – CEP: 38405-142 – BAIRRO TIBERY - UBERLÂNDIA-MG

16

44,10

16

44,10

B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,28%	7,56
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,02%	0,56
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,33%	9,07
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,07%	2,01
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	0,00%	-
TOTAL SUBMÓDULO 4.1		2,33%	63,30

Submódulo 4.2 - Intrajornada		%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação	0,00%	-
TOTAL SUBMÓDULO 4.2		0,00%	-

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		VALOR (R\$)
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		
4.1	Substituto nas Ausências Legais	63,30
4.2	Substituto na Intrajornada	-
TOTAL DO MÓDULO 4		63,30

MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS				
5	INSUMOS DIVERSOS (Uniformes e EPI's)	Quant./Ano	Vr. Unit.	VALOR (R\$)
A	Uniforme	1	22,91	22,91
A.1	Camisa de uniforme- por funcionário	3	7,95	-
A.2	Calça jeans- por funcionário	2	7,86	-
A.3	Botina de segurança- por funcionário	2	6,96	-
A.4	Crachá de identificação- por funcionário	1	0,14	-
TOTAL DO MÓDULO 5				22,91

MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO (BDI - SERVIÇO)			
6	CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	%	VALOR (R\$)
A	Custos Indiretos	3,00%	162,42
B	Lucro	6,00%	334,59
C	TRIBUTOS		
C.1	PIS (Lucro Presumido)	1,65%	111,14
C.2	COFINS (Lucro Presumido)	7,60%	511,95
C.3	ISS	3,00%	202,08
TOTAL DO MÓDULO 6		BDI = 24,42%	1.322,18

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		VALOR (R\$)
Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		
A	MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	2.722,08
B	MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS	2.434,07
C	MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO	171,73
D	MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	63,30
E	MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS	22,91
Subtotal (A + B + C + D + E)		5.414,09
F	MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO (BDI - SERVIÇO)	1.322,18
PREÇO TOTAL POR EMPREGADO		R\$ 6.736,27

**Observações:****1. Planilha de Composição de Custos e Formação do Preço**

A planilha de composição de custos e formação do preço deverá apresentar o detalhamento completo dos custos unitários próprios, incluindo tributos atualizados, despesas com pessoal, combustível, equipamentos, materiais, impostos, encargos, lucro e demais custos ou despesas, diretas e indiretas, conforme disposto na Municipal nº 001/2024, de 24/04/2024, e no art. 10º, inciso VII, da Lei Federal nº 14.333/2021.

O modelo da planilha de composição de custos e formação de preço adotado está disponível no site governamental GOV.BR, no seguinte endereço eletrônico: <https://www.gov.br/pg/pt-br/acao-a-informacao/licitacoes-e-contratos/licitacoes-2024/pregao-2024-modelo-da-planilha-de-custos-e-formacao-de-preco/view>.

A planilha é meramente estimativa, cabendo ao licitante preenchê-la e apresentá-la de acordo com sua realidade, incluindo a aplicação dos percentuais de impostos e tributos previstos em lei e aplicados ao enquadramento tributário da licitante. Os encargos sociais e tributários aplicáveis às empresas optantes pelo Simples Nacional, caso aplicável, também deverão ser devidamente considerados.

**2. Apresentação dos Preços**

Todos os preços unitários deverão ser apresentados em, **no máximo, duas casas decimais, cortando as casas decimais excedentes**, ignorando o arredondamento. Ou, pode ser feito utilizando a função TRUNC/TRUNCAR no Excel ou similar em outras ferramentas, seguindo as normas e regulamentos aplicáveis ao contrato.

Conforme estabelecido no "Padrão de Cálculo do Tribunal de Contas da União (TCU)", deve-se adotar o truncamento na segunda casa decimal, desconsiderando-se as demais casas a partir da terceira. Essa diretriz aplica-se aos cálculos de: Valores unitários e totais; Quantitativos; Composições de custos e insumos; Planilhas orçamentárias e de composição de custos. Essa disposição está em conformidade com as Orientações para Elaboração de Planilhas Orçamentárias do TCU, em especial o item "2.11.3 Aproximação", disponível em:

[https://portal.tcu.gov.br/data/files/BF/21/7F/EE/965EC710D79E7EB7F18818A8/Orientacoes\\_elaboracao\\_planilhas\\_orcamentarias\\_obras\\_publicas.PDF](https://portal.tcu.gov.br/data/files/BF/21/7F/EE/965EC710D79E7EB7F18818A8/Orientacoes_elaboracao_planilhas_orcamentarias_obras_publicas.PDF).

Dessa forma, os preços, valores e as quantitativos deverão ser apresentados em, no máximo, duas casas decimais, desprezando da terceira casa em diante, antes da operação de multiplicação.

Essa padronização visa garantir **transparência, uniformidade e conformidade** com as normas do TCU, assegurando a **precisão e a lisura** dos processos de contratação. Em caso de discrepância entre o preço unitário e o preço total, prevalecerá o valor do preço unitário, sendo o preço total ajustado em conformidade.

**3. Encargos Sociais e Trabalhistas**

Para composição do valor estimado, adotou-se como critério unitário a tabela de Encargos Sociais no âmbito do governo federal, disponível conforme planilha de composição de custos e formação de preço em: <https://www.gov.br/pg/pt-br/acao-a-informacao/licitacoes-e-contratos/licitacoes-2024/pregao-2024-modelo-da-planilha-de-custos-e-formacao-de-preco/view>.

Deverá também considerar o percentual do item SAT (Seguro de Acidente de Trabalho), conforme o FAP (Fator Acidentário de Prevenção) do enquadramento atual da empresa licitante participante do certame. O DMAE poderá solicitar, a qualquer momento, a apresentação de documentação comprobatória do percentual aplicado.

**4. Convenção Coletiva de Trabalho (CCT)**

A CCT - Convenção Coletiva de Trabalho, adotada para o cálculo dos custos estimados, bem como a definição do salário-base dos profissionais considerados, está especificada no início desta composição de custos e também em anexo. A licitante deverá seguir a CCT da entidade profissional representativa da categoria profissional que abrange o município de Uberlândia/MG, observando os princípios da unicidade sindical e da territorialidade, conforme artigo 8º, inciso IV, da Constituição Federal.

A licitante deverá levar em consideração o enquadramento sindical e a base territorial da prestação dos serviços, aplicando-se os instrumentos coletivos vigentes no local de execução do serviço. A abrangência das convenções coletivas será determinada pela representação das categorias econômica e profissional, em obediência ao princípio da territorialidade.

**5. Cálculo de Hora Extra**

**5. Cálculo de Hora Extra**

O cálculo do valor da hora-extra deverá incluir o percentual adicional de acréscimo, conforme estipulado na CCT – Convenção Coletiva do Trabalho vigente, se for o caso.

**6. Fidelidade e Transparência**

A licitante deverá observar rigorosamente os critérios acima na confecção de sua proposta de preço e planilha de composição de custos, garantindo o atendimento às normas aplicáveis e a transparência necessária para a competitividade do certame.

### COMPOSIÇÃO CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO (BDI / LDI) - SERVIÇOS

Itens Componentes do BDI:	%	Grupo	%
Administração Central (AC)	2,00%	Despesas Indiretas	3,00%
Custo Financeiro (CF)	0,00%		
Seguro (S)	0,36%		
Garantias (G)	0,14%		
Margem de Incerteza (MI)	0,50%		
Tributos Municipais (ISS)	3,00%	Impostos (I)	12,25%
Optante pelo SIMPLES Nacional ( % legal definido nos Anexos da Lei 123/2006)	0,00%		
Tributos Federais (PIS) Regime Cumulativo - Lucro Presumido - 0,65%	1,65%		
Tributos Federais (COFINS) Regime Cumulativo - Lucro Presumido - 3,0%	7,60%		
Tributos Federais (PIS) Regime Não-Cumulativo - Lucro Real - 1,65%	0,00%		
Tributos Federais (COFINS) Regime Não-Cumulativo - Lucro Real - 7,6%	0,00%		
CPRB - Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta-INSS (Desonerado)	0,00%		
Lucro*	6,00%	= Lucro Líquido + (IR+CS)	

<b>BDI/LDI sobre o Custo Total Direto -----&gt;&gt;&gt;&gt;&gt;&gt;&gt;&gt;</b>	<b>24,42%</b>
---	---------------

\*Tributos (IR+CSLL) não são repassáveis à administração pública.

Fórmula para integração do BDI (Bonificação e Despesas Indiretas): Conforme Acórdão 2.369/2011 e revisão 2622-37/13 ( TC 036.076/2011-2 ):

$$BDI = \frac{((1 + (AC + CF + S + G + MI)) * (1 + L))}{(1 - I)} - 1$$

### COMPOSIÇÃO CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO (BDI / LDI) - EQUIPAMENTOS

Itens Componentes do BDI:	%	Grupo	%
Administração Central (AC)	2,00%	Despesas Indiretas	3,00%
Custo Financeiro (CF)	0,00%		
Seguro (S)	0,36%		
Garantias (G)	0,14%		
Margem de Incerteza (MI)	0,50%		
Tributos Municipais (ISS)	3,00%	Impostos (I)	12,25%
Optante pelo SIMPLES Nacional ( % legal definido nos Anexos da Lei 123/2006)	0,00%		
Tributos Federais (PIS) Regime Cumulativo - Lucro Presumido - 0,65%	1,65%		
Tributos Federais (COFINS) Regime Cumulativo - Lucro Presumido - 3,0%	7,60%		
Tributos Federais (PIS) Regime Não-Cumulativo - Lucro Real - 1,65%	0,00%		
Tributos Federais (COFINS) Regime Não-Cumulativo - Lucro Real - 7,6%	0,00%		
CPRB - Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta-INSS (Desonerado)	0,00%		
Lucro*	2,00%	= Lucro Líquido + (IR+CS)	



BDI/LDI sobre o Custo Total Direto ----->>>>>>>>>	19,73%
---	--------

\*Tributos (IR+CSLL) não são repassáveis à administração pública.

Fórmula para integração do BDI (Bonificação e Despesas Indiretas): Conforme Acórdão 2.369/2011 e revisão 2622-37/13 ( TC 036.076/2011-2 ):

$$BDI = \frac{((1 + (AC + CF + S + G + MI)) * (1 + L))}{(1 - I)} - 1$$

## MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS

Descrição		Unidade	Quantidade (Estimada por Ano)	Valor Unitário (Média Cotação)	Custo Mês (por Funcionário)
INSUMOS DIVERSOS (Uniformes e EPI's)					
Uniforme		Jogo	1	R\$ 22,91	R\$ 22,91
a) Camisa de uniforme		Unidade	3	R\$ 7,95	
b) Calça jeans		Unidade	2	R\$ 7,86	
c) Botina de segurança		Par	2	R\$ 6,96	
d) Crachá de identificação		Unidade	1	R\$ 0,14	
					<b>R\$ 22,91</b>

## 2. EQUIPAMENTOS(estimativa mensal e anual)

Descrição	Unidade	Quantidade (Estimada por Mês)	Valor Unitário (Média Cotação)	Valor Custo Mês
2.1 -ALUGUEL COMPUTADOR /IMPRESSORA (EMBASA- F030011001)	Mês	1	R\$ 220,24	R\$ 220,00
2.2 -CARTUCHO PARA IMPRESSORA - PRETO (EMBASA- F030011001)	UN	1	R\$ 80,41	R\$ 80,00
2.3 -PAPEL SULFITE ALCALINO A4)- (EMBASA- D229722480)	Fl	750	R\$ 0,03	R\$ 23,00
2.4 -PLANO DE TELEFONIA/INTERNET (AGETOP- 1318)	Mês	1	R\$ 141,13	R\$ 141,00
				<b>R\$ 464,00</b>

## RECORTE DA CONVENÇÃO COLETIVA DO TRABALHO 2025/2025 - ADOTADA PARA O LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

## CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2026/2026

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: MG000523/2026  
 DATA DE REGISTRO NO MTE: 12/02/2026  
 NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR079948/2025  
 NÚMERO DO PROCESSO: 47979.216777/2026-48  
 DATA DO PROTOCOLO: 04/02/2026

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SIND EMPREG EMPRESAS ASSEIO CONS SIM TRIANG ALTO PARAN, CNPJ n. 00.450.308/0001-39, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). MARIA TEREZINHA BORGES;

E

SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO DO ESTADO DE , CNPJ n. 16.844.557/0001-49, neste ato representado(a) por seu Membro de Diretoria Colegiada, Sr(a). MARCOS ANTONIO DE SOUSA;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

## CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de janeiro de 2026 a 31 de dezembro de 2026 e a data-base da categoria em 01º de janeiro.

## CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) PROFISSIONAL "dos Empregados nas Empresas de Asseio e Conservação e Similares" e ECONÔMICA "das empresas de asseio e conservação - compreendidas no 5º Grupo - Turismo Hospitalidade - do Plano da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - CNC, nestas abrangidas as empresas que prestam serviços de limpeza, conservação e manutenção de prédios, serviços de limpeza, conservação e manutenção de móveis, jardins, preservação ambiental, serviços de medições para expedições de contas de fornecimentos públicos de energia e água/esgotos e entregas, empresas de prestação de serviços permanentes ou contínuos de portaria e vigia, empresas de prestação de serviços permanentes ou contínuos de faxina, empresas de prestação de serviços permanentes ou contínuos de limpeza de caixa de água, empresas de prestação de serviços permanentes ou contínuos de trabalhos braçais, empresas de prestação de serviços permanentes ou contínuos de agentes de campo, empresas de prestação de serviços permanentes ou contínuos de ascensoristas, empresas de prestação de serviços permanentes ou contínuos de copeiragem, empresas de prestação de serviços permanentes ou contínuos de capinagem, empresas de prestação de serviços de dedetização e controle de pragas urbanas, empresas de prestação de serviços permanentes ou contínuos de limpeza de vidros, empresas de prestação de serviços permanentes ou contínuos de manobrista, empresas de prestação de serviços permanentes ou contínuos de garagista, empresas de prestação de serviços permanentes ou contínuos de reprografista, empresas de prestação de serviços permanentes ou contínuos de jardinagem, empresas de prestação de serviços permanentes ou contínuos de office-boys, empresas de prestação de serviços permanentes ou contínuos de faxina de limpeza técnica industrial, empresas de prestação de serviços permanentes ou contínuos de recepcionistas ou atendentes", com abrangência territorial em Uberlândia/MG.

Documento assinado digitalmente



CHRISTYAN PAIVA FARIAS  
 Data: 01/06/2026 13:41:12-0300  
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente



ARTHUR ROSA PUBLICO  
 Data: 01/06/2026 13:51:32-0300  
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente



MARIA DO ROSARIO DOS REIS  
 Data: 01/06/2026 13:58:26-0300  
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Nome Arquivo: Plan2\_Orcamentaria.pdf**

**Documento assinado de forma digital por CHRISTYAN PAIVA FARIAS 11208067630**

**Certificado: \*\*95348087\*\*\*\*\*8e01fd0b\*\*7fd07\*\*\*\*\*f53df**

**Data Validade: 30/03/2027**

**Data: 01/06/2026 13:49:06**



**ASSINATURA DIGITAL**

**66ba23642721d995c3a7bea292b0d544**

**Nome Arquivo: 4.1 Planilhas de preços.pdf**

**Documento assinado de forma digital por MARIA DO ROSARIO DOS REIS**

**Certificado: \*\*IBljANBg\*\*\*\*\*ywMH9ObL\*\*LKlYr\*\*\*\*\*DAQAB**

**Data: 29/06/2026 09:47:59**

**Documento assinado de forma digital por Rodrigo Sávio Couto de Lacerda**

**Certificado: \*\*IBljANBg\*\*\*\*\*vAxhEfr1\*\*15B/J\*\*\*\*\*DAQAB**

**Data: 29/06/2026 10:57:16**



**20261394163NEC/PAG**

## ANEXO 04

## MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Processo Licitatório nº 117/2026	Proposta de Preços “Menor Preço” – Global	Modalidade Pregão Eletrônico
O DMAE, nos termos da Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal nº 20.154, de 1º de fevereiro de 2023 e demais normas pertinentes, torna público que será aberto o Processo Licitatório em epígrafe no endereço eletrônico <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br">https://www.gov.br/compras/pt-br</a> .		
Data da Expedição: Conforme assinatura eletrônica.	A sessão pública será realizada na data e horário definidos no aviso/extrato do edital, no sítio: <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br">https://www.gov.br/compras/pt-br</a>	
Razão Social	CNPJ	
Endereço (Bairro, CEP, etc.)	Inscrição Estadual	
Cidade/UF	Telefone/Fax E-mail	
E-mail corporativo para recebimento dos documentos da licitação:		
<b>OBJETO:</b> Contratação para prestação de serviços de mão de obra terceirizada, para controle e operação de balanças rodoviárias do sistema de gestão de resíduos sólidos do DMAE, incluindo a locação dos equipamentos necessários à execução dos serviços, em atendimento à Diretoria de Meio Ambiente e Sustentabilidade, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas Termo de Referência e seus anexos, bem como nas especificações abaixo:		

Item	Quant	Un.	Especificação	Valor mensal	Valor anual
01	01	MO	<b>SERVIÇO OPERAÇÃO SISTEMA/ EQUIPOS/MÁQUINAS:</b> Prestação de serviços de operação sistema/equipamentos/máquinas fornecimento de mão de obra para controlador e operador balanças (balanceiro), sendo:  <b>1- Aterro Sanitário Municipal:</b> Serão necessários <b>4 (quatro) balanceiros</b> , organizados em regime revezamento, de modo a garantir operação contínua (24 horas), conforme escala abaixo:  - <b>2 (dois) profissionais</b> atuando às segundas, quartas e sextas-feiras, nos seguintes turnos: 06h30 às 18h30 18h30 às 06h30  - <b>2 (dois) profissionais</b> atuando às terças, quintas e sábados, nos seguintes turnos: 06h30 às 18h30 18h30 às 06h30  <b>2 - Galpões de Triagem Públicos:</b> Serão necessários <b>3 (três) balanceiros</b> , sendo 1 (um) profissional por unidade, para operação das balanças instaladas nos galpões, com jornada de trabalho das 08h00 às 17h00  Demais especificações conforme termo de referência.		
02	01	MO	<b>LOCAÇÃO DE COMPUTADORES/PERIFÉRICOS:</b> Prestação de serviços de locação de computadores/periféricos fornecimento de computadores, impressoras, nobreaks, conexão à internet e todos os materiais necessários para a impressão de tickets de pesagem em duas vias nas balanças localizadas nos 3 galpões de triagem públicos:		

		1- Galpão de Triagem Daniel Fonseca. Endereço: Rua Monlevade, 1215. Daniel Fonseca		
		2- Galpão de Triagem Santa Luzia. Endereço: Av. Joaquim Ribeiro, 477, esquina com rua Jaime Ribeiro. B. Santa Luzia		
		3- Galpão de Triagem Jardim Brasília. Endereço: Rua Maria Abadia, 177 B. Jardim Brasília		

Valor total: R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_)

**SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA - CONTROLE DAS BALANÇAS****PLANILHA ORÇAMENTÁRIA****DIRETORIA DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE- GERÊNCIA DE RESÍDUOS SÓLIDOS****1. POSTO DE TRABALHO - SERVIÇO DE CONTROLE DE BALANÇAS**

Item	Descrição do posto de serviço	Local de prestação de serviço	Jornada de trabalho	Unid.	Quantidade	Custo unitário	Custo total (12 meses)	BDI (%)	Preço unitário	Preço total (12 meses)
------	-------------------------------	-------------------------------	---------------------	-------	------------	----------------	------------------------	---------	----------------	------------------------

**Postos Galpões Públicos**

1.1	Controlador e Operador Balanças (Balanceiro)	Galpão de Triagem Daniel Fonseca. Endereço: Rua Monlevade, 1215. Daniel Fonseca	44 horas semanais	Mês	1					
1.2	Controlador e Operador Balanças (Balanceiro)	Galpão de Triagem Santa Luzia. Endereço: Av. Joaquim Ribeiro, 477, esquina com rua Jaime Ribeiro. B. Santa Luzia	44 horas semanais	Mês	1					
1.3	Controlador e Operador Balanças (Balanceiro)	Galpão de Triagem Jardim Brasília. Endereço: Rua Maria Abadia, 177 B. Jardim Brasília.	44 horas semanais	Mês	1					

**SUBTOTAL ITENS 1.1 + 1.2 + 1.3 (Galpões Públicos)**

RESERVA TÉCNICA (Conforme Orientação TCE/MG e Acórdãos TCU)- 2,5%	3					
---	---	--	--	--	--	--

**TOTAL ITENS 1.1 + 1.2 + 1.3 (Galpões Públicos)****Postos Aterro Municipal - Diurno**

1.4	Controlador e Operador Balanças (Balanceiro)	Aterro Sanitário Municipal	12 x 36 horas	Mês	2					
-----	--	----------------------------	---------------	-----	---	--	--	--	--	--

RESERVA TÉCNICA (Conforme Orientação TCE/MG e Acórdãos TCU)- 2,5%	2					
---	---	--	--	--	--	--

**TOTAL ITEM 1.4****Postos Aterro Municipal - Noturno**

1.5	Controlador e Operador Balanças (Balanceiro)	Aterro Sanitário Municipal	12 x 36 horas	Mês	2					
-----	--	----------------------------	---------------	-----	---	--	--	--	--	--

RESERVA TÉCNICA (Conforme Orientação TCE/MG e Acórdãos TCU)- 2,5%	2					
---	---	--	--	--	--	--

**TOTAL ITEM 1.3****TOTAL CUSTO GRUPO 1 (SEM BDI)****BDI****TOTAL PREÇO GRUPO 1 (COM BDI)****2. EQUIPAMENTOS (ESTIMATIVA MENSAL E ANUAL)**

Item	Descrição e especificação	Unidade	Quantidade estimada mensal	Quantidade estimada	Custo unitário	Custo total (12 meses)	BDI (%)	Preço unitário	Preço total (12 meses)
------	---------------------------	---------	----------------------------	---------------------	----------------	------------------------	---------	----------------	------------------------

				(12 meses)					
2.1	ALUGUEL COMPUTADOR /IMPRESSORA (EMBASA- F030011001)	Mês	3	36					
2.2	CARTUCHO PARA IMPRESSORA - PRETO (EMBASA- F030011001)	UN	3	36					
2.3	PAPEL SULFITE ALCALINO A4)- (EMBASA- D229722480)	Fl	750	9.000					
2.4	PLANO DE TELEFONIA/INTERNET (AGETOP- 1318)	Mês	3	36					

TOTAL CUSTO GRUPO 2 (SEM BDI)

BDI

TOTAL PREÇO GRUPO 2 (COM BDI)

TOTAL PREÇO GLOBAL (1 + 2)

## SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA - CONTROLE DAS BALANÇAS

## CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

## DIRETORIA DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE- GERÊNCIA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Item	Descrição do item	Preço total com BDI (R\$)	ANO 2025 / 2026											
			mês s 1	mês s 2	mês s 3	mês s 4	mês s 5	mês s 6	mês s 7	mês s 8	mês s 9	mês s 10	mês s 11	mês s 12

## 1. POSTO DE TRABALHO - SERVIÇO DE CONTROLE DE BALANÇAS

1.1	Controlador e Operador Balanças (Balanceiro)													
1.2	Controlador e Operador Balanças (Balanceiro)													
1.3	Controlador e Operador Balanças (Balanceiro)													
-	RESERVA TÉCNICA (Conforme Orientação TCE/MG e Acórdãos TCU)- 2,5%													
1.4	Controlador e Operador Balanças (Balanceiro)													
-	RESERVA TÉCNICA (Conforme Orientação TCE/MG e Acórdãos TCU)- 2,5%													
1.5	Controlador e Operador Balanças (Balanceiro)													
-	RESERVA TÉCNICA (Conforme Orientação TCE/MG e Acórdãos TCU)- 2,5%													

## 2. EQUIPAMENTOS(estimativa mensal e anual)

2.1	ALUGUEL COMPUTADOR /IMPRESSORA (EMBASA- F030011001)													
2.2	CARTUCHO PARA IMPRESSORA - PRETO (EMBASA- F030011001)													
2.3	PAPEL SULFITE ALCALINO A4)- (EMBASA- D229722480)													
2.4	PLANO DE TELEFONIA/INTERNET (AGETOP- 1318)													

PERCENTUAL MENSAL:														
VALOR MENSAL:														
PERCENTUAL ACUMULADO:														
VALOR ACUMULADO:														



## PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

IN 05/2017/SEGES/MPDG - ANEXO VII-D

<https://www.gov.br/anac/pt-br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/licitacoes-2024/pregao-90003-2024/modelo-de-planilha-de-custos-e-formacao-de-precos/view>

Em conformidade com o Art. 18º, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021 e Lei Municipal nº 8.013 de 24/04/2002

## Categoria profissional: Controlador de Acesso ou de Piso

Discriminação dos Serviços		
A	Data de apresentação da proposta	CONF.EDITAL
B	Município	UBERLÂNDIA / MG
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	
D	Nº de meses de execução contratual	

Identificação do Serviço		
	Tipo de Serviço	Unidade de Medida
		Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
	Controlador e Operador Balanças (Balanceiro)-Diurno (44horas semanais)	Posto

Dados para composição dos custos referentes à mão-de-obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Serviço de Controle de Balança
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	
3	Salário Nominativo da Categoria Profissional	
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Controlador de Acesso ou de Piso
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
1	COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	%	VALOR (R\$)
A	Salário Base		
B	Adicional Periculosidade		-
C	Adicional Insalubridade		-
D	Adicional Noturno		-
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		-
F	Outros (x...)		-
TOTAL DO MÓDULO 1			

MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		%	VALOR (R\$)
A	13 (Décimo-terceiro) salário (Percentual obrigatório conforme Anexo XII - IN 5/17)		
B	Férias e Adicional de Férias (Percentual obrigatório conforme Anexo XII - IN 5/17)		
TOTAL SUBMÓDULO 2.1			

Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições		%	VALOR (R\$)
A	INSS		
B	Salário Educação		
C	SAT (Seguro Acidente de Trabalho)		
D	SESC ou SESI		
E	SENAI - SENAC		
F	SEBRAE		
G	INCRA		
H	FGTS		
TOTAL SUBMÓDULO 2.2			

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários			VALOR (R\$)
A	Transporte (R\$ 5,70 x 2 x 22 - 6% x Sal.Base)	-	
B	Auxílio-Refeição/Alimentação e Cesta Básica	-	
C	Benefício Social Familiar e Benefício Natalidade	-	-
D	Auxílio Saúde / Odontológico	-	
E	Seguro de Vida	-	-
F	Outros (especificar)- Contribuição Assistencial- Patronal	-	
TOTAL SUBMÓDULO 2.3			

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS		
Módulo 2 - Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários		VALOR (R\$)
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições	
2.3	Benefícios Mensais e Diários	
TOTAL DO MÓDULO 2		

MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	PROVISÃO PARA RESCISÃO	%	VALOR (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado		
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado		
C	Aviso Prévio Trabalhado		
D	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado		
E	Multa FGTS (40%) sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado (Alterado conf. Lei nº 13.932/2019)		
TOTAL DO MÓDULO 3			

MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais		%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias		
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais		
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade		
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho		
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade		
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)		
TOTAL SUBMÓDULO 4.1			

Submódulo 4.2 - Intraornada		%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação		
TOTAL SUBMÓDULO 4.2			

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		VALOR (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	
4.2	Substituto na Intraornada	-
TOTAL DO MÓDULO 4		

MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS				
5	INSUMOS DIVERSOS (Uniformes e EPI's)	Quant./A no	Vr. Unit.	VALOR (R\$)
A	Uniforme	1		
A.1	Camisa de uniforme- por funcionário	3		-
A.2	Calça jeans- por funcionário	2		-
A.3	Botina de segurança- por funcionário	2		-
A.4	Crachá de identificação- por funcionário	1		-
TOTAL DO MÓDULO 5				

MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO (BDI - SERVIÇO)			
6	CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	%	VALOR (R\$)
A	Custos Indiretos		
B	Lucro		
C	TRIBUTOS		
C.1	PIS (Lucro Presumido)		
C.2	COFINS (Lucro Presumido)		
C.3	ISS		

TOTAL DO MÓDULO 6	BDI =	
-------------------	-------	--

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		VALOR (R\$)
A	MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	
B	MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS	
C	MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO	
D	MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	
E	MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS	
	Subtotal (A + B + C + D + E)	
F	MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO (BDI - SERVIÇO)	
PREÇO TOTAL POR EMPREGADO		

Observações:

## PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

IN 05/2017/SEGES/MPDG - ANEXO VII-D

Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços Disponível em:

<https://www.gov.br/anac/pt-br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/licitacoes-2024/pregao-90003-2024/modelo-de-planilha-de-custos-e-formacao-de-precos/view>

Em conformidade com o Art. 18º, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021 e Lei Municipal nº 8.013 de 24/04/2002

Categoria profissional: Controlador de Acesso ou de Piso

Discriminação dos Serviços		
A	Data de apresentação da proposta	CONF.EDITAL
B	Município	UBERLÂNDIA / MG
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	
D	Nº de meses de execução contratual	12

Identificação do Serviço		
Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Controlador e Operador Balanças (Balançeiro)-Diurno (12x36HS)	Posto	

Dados para composição dos custos referentes à mão-de-obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Serviço de Controle de Balança
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	
3	Salário Nominativo da Categoria Profissional	
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Controlador de Acesso ou de Piso
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
1	COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	%	VALOR (R\$)
A	Salário Base		
B	Adicional Periculosidade		-
C	Adicional Insalubridade		-
D	Adicional Noturno		-
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		-
F	Outros (x...)		-
TOTAL DO MÓDULO 1			

MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		%	VALOR (R\$)
A	13 (Décimo-terceiro) salário (Percentual obrigatório conforme Anexo XII - IN 5/17)		
B	Férias e Adicional de Férias (Percentual obrigatório conforme Anexo XII - IN 5/17)		
TOTAL SUBMÓDULO 2.1			

Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições		%	VALOR (R\$)
A	INSS		

B	Salário Educação		
C	SAT (Seguro Acidente de Trabalho)		
D	SESC ou SESI		
E	SENAI - SENAC		
F	SEBRAE		
G	INCRA		
H	FGTS		
TOTAL SUBMÓDULO 2.2			

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários		VALOR (R\$)
A	Transporte (R\$ 5,70 x 2 x 15 - 6% x Sal.Base)	-
B	Auxílio-Refeição/Alimentação e Cesta Básica	-
C	Benefício Social Familiar e Benefício Natalidade	-
D	Auxílio Saúde / Odontológico	-
E	Seguro de Vida	-
F	Outros (especificar)	-
TOTAL SUBMÓDULO 2.3		

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS		VALOR (R\$)
Módulo 2 - Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários		
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições	
2.3	Benefícios Mensais e Diários	
TOTAL DO MÓDULO 2		

MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	PROVISÃO PARA RESCISÃO	%	VALOR (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado		
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado		
C	Aviso Prévio Trabalhado		
D	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado		
E	Multa FGTS (40%) sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado (Alterado conf. Lei nº 13.932/2019 )		
TOTAL DO MÓDULO 3			

MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais		%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias		
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais		
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade		
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho		
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade		
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)		
TOTAL SUBMÓDULO 4.1			

Submódulo 4.2 - Intrajornada		%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação		-
TOTAL SUBMÓDULO 4.2			-

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		VALOR (R\$)
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		
4.1	Substituto nas Ausências Legais	
4.2	Substituto na Intrajornada	-
TOTAL DO MÓDULO 4		

MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS				
5	INSUMOS DIVERSOS (Uniformes e EPI's)	Quant./Ano	Vr. Unit.	VALOR (R\$)
A	Uniforme	1		
A.1	Camisa de uniforme- por funcionário	3		-
A.2	Calça jeans- por funcionário	2		-
A.3	Botina de segurança- por funcionário	2		-
A.4	Crachá de identificação- por funcionário	1		-

TOTAL DO MÓDULO 5	
-------------------	--

MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO (BDI - SERVIÇO)			
6	CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	%	VALOR (R\$)
A	Custos Indiretos		
B	Lucro		
C	TRIBUTOS		
C.1	PIS (Lucro Presumido)		
C.2	COFINS (Lucro Presumido)		
C.3	ISS		
TOTAL DO MÓDULO 6		BDI =	

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		VALOR (R\$)
A	MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	
B	MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS	
C	MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO	
D	MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	
E	MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS	
	Subtotal (A + B + C + D + E)	
F	MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO (BDI - SERVIÇO)	
PREÇO TOTAL POR EMPREGADO		

## PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

IN 05/2017/SEGES/MPDG - ANEXO VII-D

Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços Disponível em:

<https://www.gov.br/anac/pt-br/acao-a-informacao/licitacoes-e-contratos/licitacoes-2024/pregao-90003-2024/modelo-de-planilha-de-custos-e-formacao-de-precos/view>

Em conformidade com o Art. 18º, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021 e Lei Municipal nº 8.013 de 24/04/2002

## Categoria profissional: Controlador de Acesso ou de Piso

Discriminação dos Serviços	
A	Data de apresentação da proposta
B	Município
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo
D	Nº de meses de execução contratual

Identificação do Serviço		
Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Controlador e Operador Balanças (Balanceiro)-Noturno (12x36HS)	Posto	

Dados para composição dos custos referentes à mão-de-obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Serviço de Controle de Balança
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	
3	Salário Nominativo da Categoria Profissional	
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Controlador de Acesso ou de Piso
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
1	COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	%	VALOR (R\$)
A	Salário Base		
B	Adicional Periculosidade		-
C	Adicional Insalubridade		-
D	Adicional Noturno		
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		-
F	Outros (x...)		-

TOTAL DO MÓDULO 1	
-------------------	--

MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAS E DIÁRIOS		
Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		VALOR (R\$)
A	13 (Décimo-terceiro) salário (Percentual obrigatório conforme Anexo XII - IN 5/17)	
B	Férias e Adicional de Férias (Percentual obrigatório conforme Anexo XII - IN 5/17)	
TOTAL SUBMÓDULO 2.1		

Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições		VALOR (R\$)
A	INSS	
B	Salário Educação	
C	SAT (Seguro Acidente de Trabalho)	
D	SESC ou Sesi	
E	SENAI - SENAC	
F	SEBRAE	
G	INCRA	
H	FGTS	
TOTAL SUBMÓDULO 2.2		

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários		VALOR (R\$)
A	Transporte (R\$ 5,70 x 2 x 15 - 6% x Sal.Base)	-
B	Auxílio-Refeição/Alimentação e Cesta Básica	-
C	Benefício Social Familiar e Benefício Natalidade	-
D	Auxílio Saúde / Odontológico	-
E	Seguro de Vida	-
F	Outros (especificar)	-
TOTAL SUBMÓDULO 2.3		

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAS E DIÁRIOS		VALOR (R\$)
Módulo 2 - Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários		
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições	
2.3	Benefícios Mensais e Diários	
TOTAL DO MÓDULO 2		

MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO		
3	PROVISÃO PARA RESCISÃO	VALOR (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	
C	Aviso Prévio Trabalhado	
D	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	
E	Multa FGTS (40%) sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado (Alterado conf. Lei nº 13.932/2019)	
TOTAL DO MÓDULO 3		

MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		
Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais		VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	-
TOTAL SUBMÓDULO 4.1		

Submódulo 4.2 - Intra jornada		VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação	-
TOTAL SUBMÓDULO 4.2		-

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		VALOR (R\$)
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		

4.1	Substituto nas Ausências Legais	
4.2	Substituto na Intra jornada	-
<b>TOTAL DO MÓDULO 4</b>		

MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS				
5	INSUMOS DIVERSOS (Uniformes e EPI's)	Quant./Ano	Vr. Unit.	VALOR (R\$)
A	Uniforme	1		
A <sub>1</sub>	Camisa de uniforme- por funcionário	3		-
A <sub>2</sub>	Calça jeans- por funcionário	2		-
A <sub>3</sub>	Botina de segurança- por funcionário	2		-
A <sub>4</sub>	Crachá de identificação- por funcionário	1		-
TOTAL DO MÓDULO 5				

MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO (BDI - SERVIÇO)			
6	CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	%	VALOR (R\$)
A	Custos Indiretos		
B	Lucro		
C	TRIBUTOS		
C.1	PIS (Lucro Presumido)		
C.2	COFINS (Lucro Presumido)		
C.3	ISS		
	TOTAL DO MÓDULO 6	BDI =	

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		VALOR (R\$)
A	MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	
B	MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS	
C	MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO	
D	MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	
E	MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS	
	<b>Subtotal (A + B + C + D + E)</b>	
F	MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO (BDI - SERVIÇO)	
<b>PREÇO TOTAL POR EMPREGADO</b>		

<b>COMPOSIÇÃO CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO (BDI / LDI) - SERVIÇOS</b>			
<b>Itens Componentes do BDI:</b>	<b>%</b>	<b>Grupo</b>	<b>%</b>
Administração Central (AC)		Despesas Indiretas	
Custo Financeiro (CF)			
Seguro (S)			
Garantias (G)			
Margem de Incerteza (MI)			
Tributos Municipais (ISS)		Impostos (I)	
Optante pelo SIMPLES Nacional ( % legal definido nos Anexos da Lei 123/2006)			
Tributos Federais (PIS) Regime Cumulativo - Lucro Presumido - 0,65%			
Tributos Federais (COFINS) Regime Cumulativo - Lucro Presumido - 3,0%			
Tributos Federais (PIS) Regime Não-Cumulativo - Lucro Real - 1,65%			
Tributos Federais (COFINS) Regime Não-Cumulativo - Lucro Real - 7,6%			
CPRB - Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta-INSS (Desonerado)			
Lucro*		= Lucro Líquido + (IR+CS)	
<b>BDI/LDI sobre o Custo Total Direto -----&gt;</b>			

\*Tributos (IR+CSLL) não são repassáveis à administração pública.



Fórmula para integração do BDI (Bonificação e Despesas Indiretas): Conforme Acórdão 2.369/2011 e revisão 2622-37/13 (TC 036.076/2011-2 ):

### COMPOSIÇÃO CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO (BDI / LDI) - EQUIPAMENTOS

Itens Componentes do BDI:	%	Grupo	%
Administração Central (AC)		Despesas Indiretas	
Custo Financeiro (CF)			
Seguro (S)			
Garantias (G)			
Margem de Incerteza (MI)			
Tributos Municipais (ISS)		Impostos (I)	
Optante pelo SIMPLES Nacional ( % legal definido nos Anexos da Lei 123/2006)			
Tributos Federais (PIS) Regime Cumulativo - Lucro Presumido - 0,65%			
Tributos Federais (COFINS) Regime Cumulativo - Lucro Presumido - 3,0%			
Tributos Federais (PIS) Regime Não-Cumulativo - Lucro Real - 1,65%			
Tributos Federais (COFINS) Regime Não-Cumulativo - Lucro Real - 7,6%			
CPRB - Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta-INSS (Desonerado)			
Lucro*			

**BDI/LDI sobre o Custo Total Direto ----->>>>>>>>>>>**

\*Tributos (IR+CSLL) não são repassáveis à administração pública.

Fórmula para integração do BDI (Bonificação e Despesas Indiretas): Conforme Acórdão 2.369/2011 e revisão 2622-37/13 (TC 036.076/2011-2):

$$BDI = \frac{((1 + (AC + CF + S + G + MI)) * (1 + L))}{(1 - I)} - 1$$

## MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS

MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS									
Descrição				Unidad e	Quantidad e (Estimada por Ano)	Valor Unitárti o (Média Cotação)		Custo Mês (por Funcionário )	
INSUMOS DIVERSOS (Uniformes e EPI's)									
Uniforme				Jogo	1				
a) Camisa de uniforme				Unidade	3				
b) Calça jeans				Unidade	2				
c) Botina de segurança				Par	2				
d) Crachá de identificação				Unidade	1				

## 2. EQUIPAMENTOS(estimativa mensal e anual)

2. EQUIPAMENTOS(estimativa mensal e anual)									
Descrição	Unidad e	Quantidad e (Estimada por Mês)	Valor Unitárti o (Média Cotação)					Valor Custo Mês	
2.1 -ALUGUEL COMPUTADOR /IMPRESSORA (EMBASA-F030011001)	Mês	1							
2.2 -CARTUCHO PARA IMPRESSORA - PRETO (EMBASA-F030011001)	UN	1							
2.3 -PAPEL SULFITE ALCALINO A4)- (EMBASA- D229722480)	Fl	750							
2.4 -PLANO DE TELEFONIA/INTERNET (AGETOP- 1318)	MêS	1							

**Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente deste processo licitatório, instaurado pelo Departamento Municipal de Água e Esgoto – DMAE, que:**

- 1- Aceitamos plena, total e expressamente os termos e condições do Edital, em todas as fases da licitação, e ainda assumimos inteira responsabilidade pela veracidade de cada um dos documentos apresentados, como também pela anuência das declarações na fase do credenciamento específico para este pregão, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias;
- 2 - Nos preços propostos estão inclusos todos os impostos, taxas e todas as demais despesas necessárias ao perfeito cumprimento da obrigação objeto da licitação em referência.



- 3 - Estamos cientes que o DMAE procederá à fiscalização da entrega dos itens, em caso de rejeição, os mesmos serão substituídos às custas da contratada;
- 4 - Manteremos a proposta pelo prazo de **90 (noventa) dias**, contados a partir da data de apresentação da proposta, sob pena das sanções previstas na *Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores*;
- 5 - Que se vencedora da licitação, na vigência do contrato, será a única responsável perante terceiros, pelos atos praticados, por seus empregados, eximindo o DMAE de quaisquer reclamações e indenizações, sendo de sua total responsabilidade cível o ressarcimento público, danos que vier a causar ao patrimônio público;
- 6 - Submetemo-nos às condições de faturamento, pagamento e outros conforme definido no Termo de Referência;
- 7-Temos conhecimento e submetemo-nos ao disposto na **Lei n. 8.078 – Código de Defesa do Consumidor**, enquanto fornecedora do equipamento sem prejuízo das demais legislações vigentes;
- 8 - O licitante concorda que o tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos **arts. 5º inc. XII, 7º inc. I, 11 e 14 da Lei 13.709/2018** às quais se submeterão para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

Assinatura da licitante:	Data:
Nome:	RG/CPF:

### DADOS BANCÁRIOS

Os dados bancários para efeito de pagamento deverão ser da licitante inscrita no CNPJ/MF e endereço fornecido na documentação de habilitação e proposta, não sendo possível a substituição dos mesmos.

Banco	Código Banco
Agência	Conta Corrente
Operação (se na Caixa)	Corrente/Poupança

### DADOS DO(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS) DA EMPRESA

Dados para identificação do(s) representante(s) legal(ais) da empresa que assinará(ão) o termo de Contrato, conforme consta no Contrato Social ou Procuração (se for anexar a mesma), caso esta empresa seja a vencedora do referido certame licitatório. O termo de Contrato incluirá apenas o nome completo e cargo do representante legal.

Nome:	Profissão:
Nacionalidade:	Estado Civil:
Identidade/Órgão/Data emissão:	CPF/MF:
Endereço completo:	Cidade:
Cargo/função:	
Nome:	Profissão:
Nacionalidade:	Estado Civil:
Identidade/Órgão/Data emissão:	CPF/MF:
Endereço completo:	Cidade:
Cargo/função:	

**Nome Arquivo: 5. Modelo de Proposta.pdf**

**Documento assinado de forma digital por MARIA DO ROSARIO DOS REIS**

**Certificado: \*\*IBljANBg\*\*\*\*\*ywMH9ObL\*\*LKlYr\*\*\*\*\*DAQAB**

**Data: 29/06/2026 09:47:59**

**Documento assinado de forma digital por Rodrigo Sávio Couto de Lacerda**

**Certificado: \*\*IBljANBg\*\*\*\*\*vAxhEfr1\*\*15B/J\*\*\*\*\*DAQAB**

**Data: 29/06/2026 10:57:16**



**20261394163NEC/PAG**

## ANEXO 05

**INSTRUMENTO CONTRATUAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO E****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 117/2026  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº****CLÁUSULA PRIMEIRA - PARTES E FUNDAMENTO**

**1.1 - CONTRATANTE: DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - DMAE**, com sede nesta cidade de Uberlândia, na Avenida Rondon Pacheco nº 6400, Bairro Tibery, inscrito no CNPJ sob nº 25.769.548/0001-21, neste ato representado pelo **Diretor-Geral, Rodrigo Sávio Couto de Lacerda** (no uso de suas atribuições legais, por delegação de poderes na forma do Decreto s/nº publicado no DOM nº 7060 de 10 de março de 2025, pelo Decreto nº 21.567 de 1º de janeiro de 2025 e alterações posteriores) e pela **Diretora de Meio Ambiente e Sustentabilidade, Maria do Rosário dos Reis** (no uso de suas atribuições legais por nomeação em Portaria nº 390 de 16 de junho de 2023, publicada no DOM nº 6640 de 28 de junho de 2023), ambos brasileiros, residentes e domiciliados nesta cidade.

**1.2 – CONTRATADO:**

**1.3 – FUNDAMENTO:** A presente contratação decorre da Licitação **Pregão Eletrônico nº 117/2026**, homologada em \_\_/\_\_/\_\_, fundamentada na Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal nº 20.154, de 1º de fevereiro de 2023 e demais normas pertinentes, bem como pelas disposições contidas neste instrumento.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E PREÇOS**

**2.1 – OBJETO:** Contratação para **prestação de serviços de mão de obra terceirizada, para controle e operação de balanças rodoviárias do sistema de gestão de resíduos sólidos do DMAE, incluindo a locação dos equipamentos necessários à execução dos serviços**, em atendimento à Diretoria de Meio Ambiente e Sustentabilidade, conforme exigências estabelecidas no Termo de Referência anexo ao Edital e especificações do item 2.2 deste Instrumento Contratual.

**2.2 - Objeto da contratação:**

Item	Quant	Un.	Especificação	Valor mensal	Valor anual
01	01	MO	<b>SERVIÇO OPERAÇÃO SISTEMA/ EQUIPOS/MÁQUINAS:</b> Prestação de serviços de operação sistema/equipamentos/máquinas fornecimento de mão de obra para controlador e operador balanças (balanceiro), sendo:  <b>1- Aterro Sanitário Municipal:</b> Serão necessários <b>4 (quatro) balanceiros</b> , organizados em regime de revezamento, de modo a garantir operação contínua (24 horas), conforme escala abaixo:		

			<p>- <b>2 (dois) profissionais</b> atuando às segundas, quartas e sextas-feiras, nos seguintes turnos: 06h30 às 18h30 18h30 às 06h30</p> <p>- <b>2 (dois) profissionais</b> atuando às terças, quintas e sábados, nos seguintes turnos: 06h30 às 18h30 18h30 às 06h30</p> <p><b>2 - Galpões de Triagem Públicos:</b> Serão necessários <b>3 (três) balanceiros</b>, sendo 1 (um) profissional por unidade, para operação das balanças instaladas nos galpões, com jornada de trabalho das 08h00 às 17h00</p> <p>Demais especificações conforme termo de referência.</p>		
02	01	MO	<p><b>LOCAÇÃO DE COMPUTADORES/PERIFÉRICOS:</b> Prestação de serviços de locação de computadores/periféricos <b>fornecimento de computadores, impressoras, nobreaks, conexão à internet e todos os materiais necessários para a impressão de tickets de pesagem em duas vias</b> nas balanças localizadas nos 3 galpões de triagem públicos:</p> <p>1- Galpão de Triagem Daniel Fonseca. Endereço: Rua Monlevade, 1215. Daniel Fonseca</p> <p>2- Galpão de Triagem Santa Luzia. Endereço: Av. Joaquim Ribeiro, 477, esquina com rua Jaime Ribeiro. B. Santa Luzia</p> <p>3- Galpão de Triagem Jardim Brasília. Endereço: Rua Maria Abadia, 177 B. Jardim Brasília</p>		

**2.2.1 - Planilhas Orçamentárias, Composição de Custos, Cronograma Físico-Financeiro, BDI e demais planilhas conforme proposta da contratada, anexa a este contrato.**

**2.3 - Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:**

**2.3.1 - Termo de Referência e anexos das requisições nº 2804 e 2805/2026;**

**2.3.2 - O Edital da Licitação;**

**2.3.3 - A Proposta da contratada;**

**2.3.4 - Eventuais anexos dos documentos supracitados.**

**2.4 - Em caso de divergência entre este instrumento e as disposições do Termo de Referência, prevalecerá o disposto no Anteprojeto.**

**2.5 - O valor total/global estimado da contratação é de R\$ ..... (...).**

**2.5.1 - Os preços unitários que vigorarão no presente Contrato, correspondem aqueles constantes das planilhas constantes na Proposta da Contratada, anexa a este Contrato.**

**2.6 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.**

**2.7 - O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos serviços efetivamente executados, com observância dos valores unitários definidos na proposta comercial da empresa.**

### **CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

**3.1** - A vigência do contrato **será de 01 (um) ano**, contado da data de assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**3.1.1** - O gestor de contratos deverá atestar a vantagem da manutenção do contrato a cada exercício financeiro.

**3.2** - A eficácia do contrato se opera a partir da publicação do mesmo no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

**3.2.1** - A execução contratual só poderá se iniciar após a publicação referida no subitem anterior.

### **CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

**4.1** – O regime de execução contratual, os modelos de gestão e fiscalização assim como o cronograma de execução do objeto constam no Termo de Referência anexo a este Contrato.

### **CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO**

**5.1** – Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

**6.1** - O prazo para pagamento e demais condições referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE E REPACTUAÇÃO**

**7.1** - Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da consolidação do orçamento estimado, qual seja, em **14/05/2026**.

**7.2** - Os preços iniciais serão reajustados, mediante critérios estabelecidos no Termo de Referência, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**7.3** - Havendo reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, ocorrerá a modificação da data-base definida na cláusula 7.1 deste instrumento, passando a mesma a coincidir com a data da revisão do preço, sendo que os próximos reajustamentos anuais serão considerados a partir de então.

**7.4** - No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento definido no Termo de Referência, caso solicitado pelo contratado, poderá o contratante pagar ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**7.5** - Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**7.6** - Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**7.7** - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**7.8** - O reajuste será realizado, em regra, por apostilamento.

**7.9** - A decisão sobre o pedido de reajustamento deve ser proferida no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias corridos, contados a partir da data da solicitação.

### **Repactuação dos preços contratados**

**9.10** - Os preços contratados poderão ser repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, mediante demonstração analítica da variação dos custos contratuais em se tratando dos custos decorrentes do mercado, após o interregno de 1 (um) ano, mediante solicitação do contratado.

**9.11** - O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

**9.11.1** - Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

**9.11.2** - Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

**9.12** - Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

**9.12.1** - Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que apostilada.

**9.13** - A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços. (art. 135, § 4o, da Lei Federal n 14.133/2021).

**9.14** - Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos

forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias. (art. 135, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

**9.15** - É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho

**9.16** - Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratam de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade. (art. 135, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

**9.17** - Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

**9.17.1** - A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

**9.17.2** - Quando a repactuação solicitada pelo contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

**9.18** - No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

**9.19** - Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**9.19.1** - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

**9.20** - Na eventual prorrogação contratual com dedicação exclusiva de mão de obra, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser eliminados e/ou negociados como condição para a renovação.

**9.21** - Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o cálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.



**9.22** - Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

**9.23** - Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

**9.24** - Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

**9.25** - O pedido de repactuação referente aos custos decorrentes do mercado deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

**9.26** - Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

**9.27** - A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

**9.28** - O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 30 (trinta) dias, contado da data do fornecimento, pelo contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados, corretamente instruída. (art. 92, § 6º, c/c o art. 135, § 6º da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

**9.29** - O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.

**9.30** - A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

**9.31** - As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, o restabelecimento da manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**9.32** - Havendo o equilíbrio econômico-financeiro do contrato em relação aos custos decorrentes do mercado, ocorrerá a modificação da data-base, passando a mesma a coincidir com a data de concessão do equilíbrio, sendo que os próximos reajustamentos anuais serão considerados a partir de então.

**9.33** - O contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado, no prazo de máximo de 20 dias, a contar da assinatura do apostilamento ou aditamento.



**9.34** - A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

**9.35** - A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

**9.36** - Considerando que o cargo objeto da presente contratação, denominado “Mão de Obra para Controle e Operação das Balanças Rodoviárias do Sistema de Gestão de Resíduos Sólidos do DMAE em Uberlândia”, não possui enquadramento sindical específico identificado, a Diretoria de Meio Ambiente e Sustentabilidade adotou, exclusivamente para fins de composição estimativa de custos e formação de preços da contratação, como parâmetro referencial de mão de obra, a **Convenção Coletiva de Trabalho 2026/2026** firmada pelo **SIND EMPREG EMPRESAS ASSEIO CONS SIMTRIANG ALTO PARAN**, inscrito no CNPJ nº 00.450.308/0001-39, utilizando como referência o cargo similar de “Controlador de Acesso” ou “Controlador de Piso”, em razão da compatibilidade operacional e funcional das atividades desempenhadas.

**9.36.1** - A adoção da referida Convenção Coletiva de Trabalho possui natureza meramente referencial para fins de estimativa orçamentária, composição de custos e eventual repactuação contratual, não implicando reconhecimento definitivo de enquadramento sindical da categoria profissional, prevalecendo, durante a execução contratual, o instrumento coletivo efetivamente aplicável à categoria dos empregados vinculados à contratada, desde que devidamente comprovado.

**9.36.2** - Eventual apresentação, pela contratada, de acordo, convenção ou dissídio coletivo diverso daquele utilizado como referência inicial deverá ser acompanhada da devida comprovação do efetivo enquadramento sindical da categoria profissional envolvida, bem como da demonstração analítica da repercussão dos custos sobre a planilha contratual, para fins de análise pela Administração.

## **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**8.1** - São obrigações do Contratante:

**8.1.1** - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

**8.1.2** - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

**8.1.3** - Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto executado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

**8.1.4** - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

**8.1.5** - Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

**8.1.6** - Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

**8.1.7** - Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

**8.1.8** - Cientificar o órgão de representação judicial, quando for o caso, para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

**8.1.9** - Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações, inclusive sobre eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

**8.1.9.1** - Deverá ser observado o prazo de 01 (um) mês, contado da data do protocolo do requerimento, fixado no art. 112 do Decreto Municipal nº 20.154, de 2023, caso não haja disposição legal ou prazo específico estabelecido no Termo de Referência, sendo admitida a prorrogação uma vez, por igual período, desde que motivado;

**8.1.10** - Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

**8.1.11** - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

**9.1** - O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

**9.1.1** - Entregar o objeto nas quantidades, prazos e condições pactuadas, acompanhado do manual, folders, catálogo, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando for o caso;

**9.1.2** - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078, de 1990);

**9.1.3** - Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, caso não tenha sido fixado prazo diverso no Termo de Referência;

**9.1.4** - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

**9.1.5** - Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

**9.1.6** - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**9.1.7** - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

**9.1.8** - Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

**9.1.9** - Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para contratação.

**9.1.9.1** - Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

**9.1.10** - Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

**9.1.11** - Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, quando não for definido prazo diverso no Termo de Referência, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

**9.1.12** - Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

**9.1.13** - Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social

ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021).

**9.1.13.1** - Quando solicitado, comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 2021);

**9.1.14** - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, inc. II, alínea “d”, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

**9.1.15** - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

**9.1.16** - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**9.1.17** - Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato, quando aplicável;

**9.1.18** - Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do termo de referência ou instrumento congênere.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**10.1** - A contratação conta com garantia de execução, nos moldes definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**10.2** - No caso de seguro garantia, a apólice deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

**10.2.1** - Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 10.4 deste contrato.

**10.3** - Caso utilizada outra modalidade de garantia, somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

**10.4** - Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

**10.5** - A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

**10.5.1** - prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

**10.5.2** - multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao contratado; e

**10.5.3** - obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

**10.6** - A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 10.5, observada a legislação que rege a matéria.

**10.7** - A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária, por meio da aplicação da(s) taxas positivas (ou negativas) de variação mensal acumulada(s) do INPC/IBGE, ou fração da mesma, considerando que a taxa do mês anterior corrige preços para o mês seguinte

**10.8** - Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

**10.9** - No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

**10.10** - No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

**10.11** - O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

**10.11.1** - O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021).

**10.11.2** - Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicáveis ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

**10.12** - Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

**10.13** - O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao contratado.

**10.14** - O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

**10.15** - Além da garantia de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/21, quando estabelecidas no Termo de Referência, deve ser mantida a garantia contratual do bem a ser fornecido, incluindo manutenção e assistência técnica.

**10.15.1** - A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**11.1** - O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas infrações descritas no artigo 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e, ainda, de qualquer outro descumprimento de cláusula editalícia, contratual ou da legislação referente à licitações e contratações públicas.

**11.2** - Na aplicação das sanções, além das disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021, deverão ser observados os procedimentos dispostos no Decreto nº 20.154, de 2023.

**11.3** - Na aplicação das sanções, conforme resultado apurado em procedimento administrativo, em que sejam oportunizados a ampla defesa e o contraditório, serão considerados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, a natureza e a gravidade da infração, os danos que o cometimento da infração ocasionar à Administração Pública, ao serviço e aos usuários, a vantagem auferida em virtude da infração, as circunstâncias gerais agravantes e atenuantes e os antecedentes do licitante ou contratado.

**11.4** - A cobrança de eventual valor referente às multas aplicadas será realizada nos termos do artigo 137 do Decreto nº 20.154, de 2023, caso não tenham sido estabelecidas outras hipóteses de multa no Termo de Referência.

**11.5** - Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa e, na hipótese de cumulação, serão concedidos os prazos para defesa e recurso aplicáveis à penalidade mais gravosa.

**11.5.1** - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente nos termos da legislação municipal pertinente.

**11.6** - A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação do Contratado de indenizar integralmente eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, que poderão ser apurados no mesmo processo administrativo sancionatório.



**11.7** - As sanções aplicadas serão informadas ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, ou outro que vier a substituí-los, nos termos do artigo 161 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**11.8** - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133, de 2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos no Decreto Municipal nº 20.154, de 2023.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**12.1** - O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

**12.1.1** - O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

**12.1.2** - A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

**12.1.3** - Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

**12.2** - O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**12.2.1** - Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**12.2.2** - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**12.2.2.1** - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**12.3** - O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

**12.3.1** - Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**12.3.2** - Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**12.3.3** - De indenizações e multas.

**12.4** - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório, conforme art. 131, *caput*, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – MATRIZ DE RISCOS**

**13.1** – Ficam alocados os riscos e responsabilidades entre as partes, caracterizando o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, conforme art. 6º, inc. XXVII e art. 103, ambos das Lei Federal 14.133/2021, nos termos da matriz, Anexo III do Termo de Referência.

**13.2** - Sempre que atendidas as condições do contrato e da matriz de alocação de riscos, será considerado mantido o equilíbrio econômico-financeiro, renunciando as partes aos pedidos de restabelecimento do equilíbrio relacionados aos riscos assumidos, exceto nos casos previstos no § 5º, do art. 103, da Lei Federal 14.133/2021.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**14.1** - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Lei Orçamentária Anual deste exercício, na seguinte dotação orçamentária: **17.01.17.512.0018.2.960.3.3.90.34 – Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contrato – Diretoria de Meio Ambiente e Sustentabilidade.**

**14.2** - A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PROTEÇÃO E TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÃO, DADOS PESSOAIS E/OU BASE DE DADOS**

**15.1** - A Contratada obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, nos termos da Lei Federal nº 13.709/2018, durante ou após o cumprimento do objeto descrito neste instrumento contratual.

**15.2** - A Contratada obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando à segurança, à proteção, à confidencialidade e ao sigilo de toda informação, dados pessoais e ou base de dados a que se tenha acesso, a fim de evitar acessos não autorizados, acidente, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.

**15.3** - A Contratada deve assegurar-se de que seus colaboradores, subcontratados e consultores, veículos e ou prestadores de serviços, que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e ou conhecimento da informação e ou dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.

**15.4** - A Contratada não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto neste instrumento contratual.



**15.5** - A Contratada não poderá disponibilizar e ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita, informação, dados pessoais e ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto neste instrumento contratual.

**15.6** - A Contratada deverá notificar, imediatamente, o Contratante no caso de vazamento, perda parcial ou total de informação, dados pessoais e ou base de dados.

**15.7** - A notificação não eximirá a Contratada das obrigações e ou sanções que possam incidir em razão das hipóteses descritas no subitem anterior.

**15.8** - A Contratada que descumprir os termos da Lei Federal nº 13.709/2018, durante ou após a execução do objeto deste Contrato, fica obrigada a assumir total responsabilidade e ressarcimento por todo e qualquer dano e ou prejuízo sofrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.

**15.9** - O dever de proteção, sigilo e confidencialidade e as demais obrigações descritas na presente cláusula/item permanecerão em vigor após a extinção das relações entre a Contratada e o Contratante, bem como entre a Contratada e os seus colaboradores, subcontratados e consultores, veículos e ou prestadores de serviços.

**15.10** - O não cumprimento de qualquer das obrigações descritas nesta cláusula/item sujeitará a Contratada a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, consequente, sanção, sem prejuízo de outras cominações administrativas, cíveis e penais.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – CLÁUSULA ANTICORRUPÇÃO**

**16.1 - Cláusula Anticorrupção:** A Contratada declara conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação, em especial a Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013) e o Decreto Municipal nº 18.389/2019, comprometendo-se a cumpri-las fielmente, tanto por si quanto por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por ela contratados.

**16.2** - As partes do contrato comprometem-se a manter uma conduta ética, honesta e transparente durante toda vigência do contrato.

**16.3** - A Contratada assume as seguintes obrigações:

**a)** Não oferecer ou prometer vantagens indevidas a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas, com o intuito de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente;

**b)** Adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por ela contratados;

**c)** Não empregar trabalho escravo ou infantil, salvo nos casos legalmente admitidos;

d) Participar de treinamentos oferecidos pela Contratante relacionados à lei anticorrupção ou políticas internas de integridade.

**16.4** - A Contratada tem a obrigação de comunicar imediatamente à Contratante, por escrito, caso tome conhecimento de que algum pagamento impróprio realizado, direta ou indiretamente, por um de seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por ela contratados.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS**

**17.1** - Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, no Decreto Municipal nº 20.154, de 2023 e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – ALTERAÇÕES**

**18.1** - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**18.2** - O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**18.3** - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – PUBLICAÇÃO**

**19.1** - Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei Federal 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei Federal nº 12.527, de 2011.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA ASSINATURA ELETRÔNICA**

**20.1** - As partes expressamente concordam que este contrato poderá ser assinado digitalmente. Nessa hipótese, por força da Lei 14.063 de 23 de setembro de 2020, fica desde já estabelecido que (i) será válida e plenamente eficaz qualquer modalidade de assinatura eletrônica prevista em lei e (ii) ficam dispensadas as assinaturas das testemunhas quando a integridade das assinaturas das partes for conferida por provedor de assinaturas. A data de assinatura desse documento será a data em que a última assinatura digital ocorrer.

**20.2** - E por estarem plenamente acordes com todas as cláusulas e condições assinam as partes este instrumento assinado eletronicamente, para que produzam seus efeitos jurídicos, comprometendo-se a cumprir o presente tão inteira e fielmente como nele se contém.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – FORO**

**21.1** - Fica eleito o Foro deste Município de Uberlândia para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Uberlândia/MG, (data da assinatura eletrônica).

**Nome Arquivo: 6. Minuta contratual.pdf**

**Documento assinado de forma digital por MARIA DO ROSARIO DOS REIS**

**Certificado: \*\*IBljANBg\*\*\*\*\*ywMH9ObL\*\*LKlYr\*\*\*\*\*DAQAB**

**Data: 29/06/2026 09:47:59**

**Documento assinado de forma digital por Rodrigo Sávio Couto de Lacerda**

**Certificado: \*\*IBljANBg\*\*\*\*\*vAxhEfr1\*\*15B/J\*\*\*\*\*DAQAB**

**Data: 29/06/2026 10:57:16**



**20261394163NEC/PAG**

Vistado de forma eletrônica por:

CHRISTYAN PAIVA FARIAS - SUPERVISOR  
DMAE-DEP. MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO  
MAT.2907-6  
Data: 29/06/2026 09:02:05



20261394163NEC/PAG